

**UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI**

**RAFAEL GALVÃO MONTEIRO**

**IMIGRAÇÃO COREANA E PATRIMÔNIO CULTURAL NO  
BOM RETIRO/SP**

São Paulo  
2011

**RAFAEL GALVÃO MONTEIRO**

**IMIGRAÇÃO COREANA E PATRIMÔNIO CULTURAL NO  
BOM RETIRO/SP**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Hospitalidade, área de concentração em Dimensões Conceituais e Epistemológicas da Hospitalidade e do Turismo da Universidade Anhembi Morumbi, sob a orientação do Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sênia Regina Bastos.

São Paulo  
2011

**RAFAEL GALVÃO MONTEIRO**

**IMIGRAÇÃO COREANA E PATRIMÔNIO CULTURAL NO  
BOM RETIRO/SP**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Hospitalidade, área de concentração em Dimensões Conceituais e Epistemológicas da Hospitalidade e do Turismo da Universidade Anhembi Morumbi, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Sênia Regina Bastos.

Aprovado em

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. SÊNIA REGINA BASTOS  
Universidade Anhembi Morumbi

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. MARIA DO ROSÁRIO ROLFSEN SALLES  
Universidade Anhembi Morumbi

---

Prof. Dr. OSWALDO MARIO SERRA TRUZZI  
Universidade Federal de São Carlos

## AGRADECIMENTOS

Serei sempre grato a todos aqueles que me acompanharam:

Aos meus pais por sempre me incentivarem nos meus estudos, por sempre reconhecerem a importância da educação na minha vida. Agradeço a essas duas pessoas por terem acompanhado e me apoiado em todas as decisões que sempre tomei. Agradeço, sobretudo, por terem se esforçado em me preparar ao longo da vida para que pudesse tomar minhas próprias decisões.

À minha irmã e ao meu irmão, por estarem sempre por perto. À compreensão da minha irmã nos momentos em que eu sempre dizia ‘não’ porque estava estudando. Obrigado à Plim pelas horas de companhia deitada ao meu lado enquanto trabalhava na dissertação. À toda minha família.

Ao Henrique pela paciência e compreensão nas horas de ausência e de preocupação, pelas broncas, pelas palavras de incentivo, pelo companheirismo ao longo de todo esse processo. Sem contar com as revisões de textos que lhe tomaram horas de trabalho.

A todos meus amigos que aguentaram minhas palavras repetitivas, ora reclamando do volume de trabalho, ora entusiasmado em falar sobre coisas que só interessam a mim, mas que sempre me ouviram e me fizeram companhia nos momentos em que mais precisava desabafar ou me distrair. Agradeço especialmente a: Simone, por ser a primeira pessoa a me encorajar a fazer o mestrado; Ana, Janaina e Patchi que sempre acompanham cada um dos meus passos independente da distância que às vezes nos separa.

À Kelly que me ajudou a enxergar de forma mais clara as minhas dificuldades.

Aos meus colegas do mestrado pela companhia e por tudo que aprendi com eles, pelas sugestões, por tornarem as aulas mais agradáveis e divertidas, pela oportunidade de ver que progredimos juntos e saber que compreendíamos uns aos outros nas dificuldades que enfrentávamos. Sou especialmente grato à colega Susana Jhun e seus pais, que me introduziram à comunidade coreana.

A todos os coreanos que entrevistei pela dádiva da palavra, por compartilharem comigo suas trajetórias pessoais e opiniões. A todos aqueles (coreanos ou não) que me deram dicas, sugestões e responderam minhas dúvidas e me ajudaram a obter informações.

À Alessandra Carvalho e à Alessandra Marota pela prontidão em me ajudar nas questões mais técnicas e burocráticas do curso, dando um ótimo exemplo de hospitalidade.

Ao professor Luiz Octávio Camargo pelas contribuições à minha pesquisa e vida acadêmica, assim como por instigar-nos a refletir. À professora Marielys Bueno pela habilidade em compartilhar tanto conhecimento de forma tão descontraída e prazerosa, por sua simpatia encantadora. À professora Maria do Rosário Salles por toda sua dedicação, sua competência, e valiosa contribuição à minha pesquisa.

À professora e orientadora Sênia Bastos pelo incentivo, por compartilhar tão admirável experiência e conhecimento, pela paciência, pelo exemplo de profissional, pelo carinho maternal e pela companhia agradável.

À Deus por poder usufruir da companhia de todas essas pessoas e pela minha saúde que me permite fazer as coisas que mais gosto.

*“[...] diremos que cada vez que encontramos outra pessoa estamos a entrar em contato com um segredo, com um universo totalmente desconhecido e distinto de qualquer realidade existente no mundo material. É que estar perante outra pessoa significa, afinal, estar perante a existência de um mundo que, sendo também interior, está radicalmente separado do nosso próprio mundo, impondo, nessa condição, a força de uma outra liberdade” (Isabel Baptista)*

## RESUMO

O presente trabalho de natureza qualitativa, fundamentado na metodologia de história oral, busca investigar o acolhimento e estabelecimento dos imigrantes coreanos na cidade de São Paulo, estudar as relações entre os membros da comunidade e entre coreanos e o restante da sociedade paulistana sob o olhar da hospitalidade. Por meio da realização de entrevistas com imigrantes coreanos percebe-se que após quase 50 anos de presença coreana em São Paulo, essa comunidade está organizada de forma complexa, com redes de sociabilidade sólidas, que possibilitam melhor integração, apesar de não terem passado por um processo de assimilação tão evidente. O bairro do Bom Retiro constitui a representação do acolhimento, da memória e do êxito dos coreanos no Brasil. Em suas ruas, o patrimônio cultural coreano se inscreve na paisagem, lado a lado aos remanescentes italiano e judaico.

**Palavras-chave:** Imigração coreana. Hospitalidade. Acolhimento. Patrimônio cultural. Bom Retiro/SP.

## **ABSTRACT**

This qualitative study, based on the methodology of oral history, investigates the reception and establishment of Korean immigrants in Sao Paulo. It also studies the relationships among community members and between Koreans and the rest of the society of Sao Paulo from the perspective of hospitality studies. Through interviews with Korean immigrants, we noticed that after nearly 50 years of Korean presence in Sao Paulo, this community is organised in a very complex manner, with strong social networks that enable better integration, despite not having undergone so evident a process of assimilation. The neighbourhood of Bom Retiro is representative of the reception, memory and success of Koreans in Brazil. In its streets, the Korean cultural heritage is part of the landscape, side by side with the remaining Italian and Jewish heritage.

**Key words:** Korean immigration. Hospitality. Reception. Cultural heritage. Bom Retiro/SP.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Profissões dos coreanos entrados entre 1969 e 1973 .....	66
Gráfico 2: População do distrito Bom Retiro segundo nascimento.....	86
Gráfico 3: População estrangeira e naturalizada do distrito Bom Retiro segundo país de nascimento .....	86
Gráfico 4: População estrangeira e naturalizada do distrito Bom Retiro segundo país de nascimento, excluindo Coreia do Norte e do Sul e Bolívia de acordo com o Censo .....	87

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Rua Amazonas, Bom Retiro .....	90
Fotografia 2: Rua Amazonas, Bom Retiro .....	90
Fotografia 3: Rua Três Rios, Bom Retiro.....	91
Fotografia 4: Rua Prates, Bom Retiro .....	91
Fotografia 5: Letreiros em coreano a direita e golfe ao fundo. R. David Bigio, Bom Retiro ..	92
Fotografia 6: Igreja São Kim Degun. Rua Nair de Teffé, Bom Retiro.....	92
Fotografia 7: Distribuição de jornal gratuito em farmácia, Bom Retiro .....	125
Fotografia 8: Cartazes em coreano, Bom Retiro .....	126
Fotografia 9: Cartazes em coreano, Bom Retiro .....	126
Fotografia 10: Mercearia coreana, Rua Prates.....	128
Fotografia 11: Açougue coreana, Rua Prates .....	128
Fotografia 12: <i>Kimchi</i> .....	132
Fotografia 13: Refeição de <i>banchans</i> , arroz e sopa.....	132
Fotografia 14: <i>Bulgogi</i> .....	133
Fotografia 15: <i>Dorso Bibimbap</i> .....	134

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distrito do Bom Retiro.....	85
---------------------------------------	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perfil dos entrevistados.....	16
---	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Entrada de coreanos no Brasil (1956-1975) .....	53
Tabela 2: População brasileira, paulista e estrangeira nos Censos de 1950, 1970 e 1980 .....	55
Tabela 3: Faixa etária dos imigrantes principais chegados em 1963 .....	60
Tabela 4: Grau de parentesco dos parentes .....	61
Tabela 5: Entradas em caráter permanente entre 1969 e 1973 .....	66
Tabela 6: Saída de coreanos para a América Latina: Brasil e Paraguai .....	69
Tabela 7: Distribuição da população coreana no Brasil e em São Paulo .....	99
Tabela 8: Distribuição da população coreana por distrito cidade São Paulo – 1991 e 2000..	100

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- 9ª SR/IPHAN – 9ª Superintendência/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- ABC – Associação Brasileira dos Coreanos
- ABEC – Associação Brasileira de Educação Coreana
- AVC – Aviso de Chegada de Imigrante
- CIME – Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias
- DPH – Departamento do Patrimônio Histórico do Município de São Paulo
- EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
- FAPESP – Fundo De Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- JAMIC – Japan Immigration and Colonization
- NEPO – Núcleo de Estudos de População
- OIR/IRO – Organização Internacional de Refugiados
- PMOQ – Pedidos de Mão de Obra Qualificada
- SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1 HOSPITALIDADE, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA.....</b>	<b>20</b>
1.1 HISTÓRIA ORAL E ESTUDOS IMIGRATÓRIOS: VANTAGENS E DIFICULDADES .....	20
1.2 MEMÓRIAS DE IMIGRANTES .....	23
1.3 HOSPITALIDADE E ACOLHIMENTO .....	31
1.4 PATRIMÔNIO CULTURAL.....	39
<b>2 IMIGRAÇÃO COREANA NO BRASIL.....</b>	<b>44</b>
2.1 O PROCESSO IMIGRATÓRIO .....	45
2.2 PERFIL DOS IMIGRANTES COREANOS ENTRADOS ENTRE 1956 E 1975.....	52
2.3 REIMIGRAÇÃO, RETORNO E MIGRAÇÃO TRANSNACIONAL.....	67
<b>3 O BAIRRO DO BOM RETIRO .....</b>	<b>78</b>
3.1 O BOM RETIRO NOS DIAS DE HOJE .....	84
3.2 O ESTABELECIMENTO DOS COREANOS EM SÃO PAULO.....	93
3.3 A COMUNIDADE COREANA EM SÃO PAULO .....	99
<b>4 HOSPITALIDADE E PATRIMÔNIO NO BOM RETIRO.....</b>	<b>112</b>
4.1 LUGARES DE HOSPITALIDADE DOS COREANOS EM SÃO PAULO .....	112
4.2 O PATRIMÔNIO IMATERIAL NO BOM RETIRO .....	119
4.3 PATRIMÔNIO IMATERIAL COREANO NO BOM RETIRO .....	121
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>143</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>149</b>

## APRESENTAÇÃO

Desde o ingresso no programa de mestrado em Hospitalidade, inquietava-me a busca por um tema de pesquisa que ia ao encontro dos meus interesses em estudos sociais e históricos, que envolvessem questões como cultura, religião e patrimônio cultural, e a discussão teórica da hospitalidade. Assim, frequentando as reuniões do grupo de pesquisa Socioantropologia da Hospitalidade, me deparei com estudos e discussões sobre os bairros centrais da cidade de São Paulo, que abordavam as questões da imigração e hospitalidade.

Compartilhando das minhas dificuldades em desenvolver meu tema de pesquisa inicial, que tinha seu objeto de estudo na cidade de Paraty, e percebendo meu interesse pelos temas discutidos no grupo de pesquisa, uma colega, que também pesquisou a região central de São Paulo, me questionou porque não estudar o bairro do Bom Retiro. A partir de então, a sugestão abriu meus olhos para um tema de pesquisa fascinante: porque não estudar os diferentes grupos étnicos de imigrantes presentes no Bom Retiro a partir da teoria da hospitalidade? Juntamente, poderia incluir uma análise sobre o patrimônio cultural desses grupos, já que este é um tema de interesse desde meu projeto de iniciação científica na graduação em turismo.

O fascínio pelo novo tema de pesquisa somado ao apoio da minha orientadora, Sênia Bastos, e das outras duas pesquisadoras do grupo, Maria do Rosário Salles e Marielys Bueno, motivaram-me a superar a ansiedade e insegurança de mudar de tema no segundo semestre do programa, e aventurar-me em campos de estudo nunca antes abordados, mas que sempre me causaram grande atração: a história, a sociologia e a antropologia, coincidentemente (ou não), área de formação de cada uma das três professoras acima mencionadas respectivamente, que acompanharam o desenvolvimento dessa pesquisa.

Como trabalho final da disciplina Hospitalidade e História, aproveitei o contato de uma colega coreana no grupo e aceitei a indicação para entrevistar dois coreanos, iniciando assim a pesquisa de campo, ainda prematuramente. Já envolvido com o estudo sobre imigrantes coreanos, percebi que não seria possível estudar todos os grupos étnicos do Bom Retiro, e que apenas a pesquisa sobre essa comunidade era rica o suficiente para desenvolver toda uma pesquisa de mestrado. Assim, sem nenhum vínculo anterior com a comunidade coreana, acabei me aprofundando no tema e chegando até aqui...

## INTRODUÇÃO

A emigração coreana para o Brasil teve seu início na década de 1960, quando o governo coreano adotou uma política emigratória com o intuito de diminuir a concentração demográfica e os conflitos sociais no país. Diferentemente da imigração japonesa que foi tutelada pelo governo japonês, o processo migratório dos coreanos foi financiado e organizado pela população civil, que após a Revolução Militar de 1961 foi incentivada a prosperar em terras estrangeiras. Dentre os países americanos que mais receberam imigrantes coreanos a partir da década em questão, o Brasil está em terceiro lugar, precedido apenas pelos Estados Unidos e Canadá (MERA, 2005).

Apesar de tentativas não muito bem sucedidas de inserção dos coreanos recém-chegados na agricultura, foi no meio urbano que esse grupo realmente se estabeleceu. Desde a fase oficial de imigração coreana em 1963, até a fase de imigração clandestina na década de 1980, esse grupo se concentrou em bairros centrais da cidade de São Paulo, como Liberdade, Brás e Bom Retiro.

O bairro do Bom Retiro que recebe grandes fluxos de visitantes diariamente atraídos pela vasta oferta de artigos de vestimenta, guarda também características singulares no que diz respeito à diversidade étnica e cultural. Seja representado em sua maioria pela comunidade coreana que ali reside atualmente, pelos judeus ainda presentes em menor número, pela invisibilidade dos bolivianos, pelos diversos outros grupos étnicos que no bairro deixam ou deixaram suas marcas, ou mesmo pelos migrantes nordestinos que também se mostram presentes, o Bom Retiro é um dos bairros mais cosmopolitas da capital do estado de São Paulo. Esse bairro serve hoje como cenário de trocas e de relações entre a comunidade coreana e as outras populações que ali residem e frequentam.

O objetivo do presente trabalho é investigar como os imigrantes coreanos que chegaram ao Brasil da década de 1960 a 1980 foram acolhidos na cidade de São Paulo, e analisar as relações sociais entre os membros da comunidade coreana e também dela com a sociedade paulistana sob o olhar da hospitalidade. O problema da pesquisa desdobra-se em questões que buscam verificar como as relações acima mencionadas podem ser compreendidas no campo da memória e do patrimônio cultural. Não objetivou-se abordar a questão do trabalho no ramo da confecção e do esquema de contratação de mão de obra para esse serviço, que pode envolver casos de clandestinidade.

Com o intuito de fundamentar a discussão teórica proposta, utilizou-se de estudos sobre imigração coreana no Brasil, como as pesquisas realizadas por Choi (1991; 1996), que traçam um panorama da presença coreana em território brasileiro até o ano de realização da sua primeira pesquisa. Os trabalhos de outros pesquisadores brasileiros e de outras nacionalidades também permitiram a construção teórica sobre questões ligadas à imigração coreana, diáspora coreana e socialização de imigrantes e descendentes de coreanos, dentre eles estão Joo (2007), Kang (1993), Kim (2008), Mera (2005) e Park (1997; 199; 2010).

A discussão sobre hospitalidade é abordada por estudiosos como Raffestin (1997), Camargo (2004) e Montandon (2003), e também construída a partir das significativas contribuições de Baptista (2002; 2005; 2008) sobre lugares de hospitalidade e de Gomes (2002) sobre a relação do comércio étnico e a hospitalidade. Objetivou-se abordar o tema hospitalidade compreendendo-o como sinônimo de acolhimento. O termo hospitalidade não foi transformado em adjetivo para qualificar quaisquer atores da cena hospitaleira, assim como não foi utilizado o adjetivo hospitaleiro para qualificar o tipo de hospitalidade oferecida e recebida, e os tipos de vínculos estabelecidos dentro e fora da comunidade coreana.

Foram consultados e referenciados também, autores como Santos (2000), Truzzi (2001) e Dertônio (1971) que tratam de temas como Bom Retiro e imigração em São Paulo. No que tange a discussão sobre patrimônio cultural, além dos autores consultados, utilizou-se principalmente dos trabalhos de Fonseca (2009), Toji (2007) e do trabalho organizado pela Superintendência do IPHAN em São Paulo (2010).

No que diz respeito a metodologia, esta pesquisa fundamenta-se em especial nos estudos realizados por Alberti (2000), Ferreira (2000), Thompson (1992) e Pollack (1989; 1992), que além de mencionarem os passos para a aplicação do método, tais como o uso de instrumento de pesquisa e o tratamento do depoimento, também discutem o valor e a importância da história oral em estudos sobre memória, e como ela pode mudar a perspectiva da pesquisa e abrir novos campos de investigação. No sentido de embasar a discussão sobre o ser (e)imigrante e sua condição, buscou-se sustentação em Sayad (1998).

O presente estudo tem caráter qualitativo, e contempla os resultados de pesquisa bibliográfica, análise qualitativa de dados e de pesquisa de campo. Os dados analisados são originários de três fontes principais: de forma mais genérica, são analisados diferentes tipos de dados contidos na literatura; dados sistematizados de banco de dados do Memorial do Imigrante/SP que abarca informações de imigrantes entrados no Brasil no período do Pós Segunda Guerra Mundial; e dados demográficos obtidos por levantamento feito junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O objetivo da inclusão desse tipo de

análise foi de constatar o perfil dos imigrantes entrados no Brasil. Para tanto, os dados foram cotejados e analisados sob uma ótica mais qualitativa, embora muitos sejam dados numéricos.

Buscou-se por meio da análise da literatura existente e também pela incorporação e análise dos dados mencionados anteriormente, contribuir para uma extensão da produção científica acerca da imigração coreana no Brasil, tendo em vista que poucos são os trabalhos realizados no idioma português por estudiosos brasileiros, e os existentes acabam por fundamentarem-se nos mesmos autores.

No que tange a pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e uma série de visitas a estabelecimentos e instituições coreanas, principalmente no Bom Retiro com o intuito de observar o convívio no bairro. Foi feita também, produção de registro fotográfico para ilustrar e melhor expressar e transmitir o conteúdo das análises realizadas sobre o Bom Retiro. Não objetivou-se realizar uma análise aprofundada das imagens.

Evidenciou-se a riqueza da análise das entrevistas realizadas por meio de entrevistas com nove imigrantes coreanos, nascidos entre os anos 1942 e 1977, entre os quais dois são do sexo masculino. Esse grupo selecionado chegou ao Brasil entre os anos 1965 e 1984 e se dedica à realização de atividades econômicas que variam da confecção e do comércio à educação.

A construção do grupo de entrevistados se deu, inicialmente, por meio de indicações de uma coreana conhecida do pesquisador, e também por meio do método bola de neve, em que um entrevistado indicou um segundo, que por sua vez também indicou uma terceira pessoa, que compartilha das mesmas características de interesse para a pesquisa. Biernacki e Waldorf (1981, p.141 – tradução livre<sup>1</sup>) acreditam que “[esse] método é adequado para uma série de pesquisas e é particularmente aplicável quando o foco do estudo é um tema delicado, possivelmente envolvendo uma questão relativamente privada, e que por isso requer conhecimento de *insiders* para localizar pessoas para o estudo”. Como tratam-se de entrevistas que incluem relatos das trajetórias pessoais e histórias de vida que envolvem a exposição de problemas pessoais vividos pelo indivíduo e/ou pelo grupo, percebeu-se que a indicação seria essencial.

Além de terem nascido na Coreia e emigrado para o Brasil em idade que pudessem ter pelo menos algumas lembranças do processo, foram também utilizados como critérios para selecionar os entrevistados indicados, a residência na cidade de São Paulo e habilidades

---

<sup>1</sup> “The method is well suited for a number of research purposes and is particularly applicable when the focus of study is on a sensitive issue, possibly concerning a relatively private matter, and thus requires knowledge of insiders to locate people for study” (BIERNACKI; WALDOF, 1981, p.141).



mínimas para se comunicar em português. Na análise do conteúdo das entrevistas, foram consideradas as diferenças existentes no perfil dos entrevistados, como a variação de idades, sendo que cinco dos entrevistados chegaram ao Brasil ainda criança (de 7 a 10 anos), um era adolescente (15 anos) e os três restantes eram adultos (29 a 33 anos). Sabe-se que a visão e a percepção de cada indivíduo pode variar grandemente de acordo com o repertório e histórico de cada um. Outra diferença considerada foram as chegadas em momentos migratórios distintos, ou seja, indivíduos que deixaram a Coreia e entraram no Brasil em períodos diferentes do processo migratório. E finalmente, uma outra questão levada em consideração foi a situação social e econômica de cada indivíduo e de sua família antes da saída da Coreia.

<b>Entrevistado</b>	<b>Sexo</b>	<b>Ano nascimento</b>	<b>Ano chegada</b>	<b>Profissão</b>
<b>E1</b>	F	1956	1971	Lojista
<b>E2</b>	F	1977	1984	Professora
<b>E3</b>	F	1955	1965	Lojista
<b>E4</b>	F	1963	1973	Professora
<b>E5</b>	F	1945	1975	Lojista
<b>E6</b>	M	1942	1975	Lojista
<b>E7</b>	F	1974	1984	Professora
<b>E8</b>	M	1942	1971	Lojista
<b>E9</b>	F	1974	1982	Advogada

Quadro 1: Perfil dos entrevistados  
Fonte: organização própria (2011)

Como instrumento, foi elaborado um roteiro geral de entrevista cujo objetivo central consiste em analisar a hospitalidade na cidade de São Paulo e a imigração para o Brasil. Ao discorrer sobre a importância da utilização desse instrumento, Alberti (2005, p.84) diz que “a unidade dada pelo roteiro geral permite que se identifiquem divergências, recorrências ou ainda concordâncias entre as diferentes versões obtidas ao longo da pesquisa, aprofundando-se as possibilidades de análise do acervo.”

Foi utilizada também uma entrevista com um imigrante coreano do acervo online do Museu da Pessoa para o projeto Memórias do Comércio em São Paulo / Memórias do Comércio - Cidade de São Paulo. Esse coreano nascido em 1956 em Seul é comerciante.

Tendo em vista o grande número de pesquisas científicas sobre imigração, passa-se a considerar a gama de métodos utilizados para abordar os diferentes olhares sobre o tema. Nesse sentido, a história oral além de permitir a expansão do campo de pesquisa, é vista como

oportunidade de compreender um grupo, a partir de experiências e versões particulares por meio da realização de entrevistas com pessoas que vivenciaram ou testemunharam acontecimentos.

Seja tratada como fonte de pesquisa ou como método de investigação científica, a história oral é, hoje, amplamente utilizada por sua possibilidade de empregabilidade em diversas campos disciplinares .

Busca-se por esse meio, entender como o passado é compreendido por cada indivíduo. Alberti (2003, p.1) sustenta que uma entrevista de história oral tem uma vivacidade especial, que:

É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes.

Esse método tem a vantagem de dar ao material produzido o enfoque pretendido, e explorar a partir de um olhar diferente, assuntos já amplamente discutidos, como é o caso da imigração. A história oral não se limita à história contada oficialmente, tenta, por outro lado, apreender a percepção do indivíduo sobre o geral. A esse respeito, Thompson (1992, p.44) afirma que a história oral é “construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história [...]. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo.”.

A história oral permite a produção de fonte de pesquisa que amplia o conhecimento sobre fatos passados, considerando a interpretação dos atores ou testemunhas de acontecimentos que nos ajudam a compreender uma sociedade. Possibilita a recuperação da história de excluídos por meio da valorização da visão do indivíduo sobre eventos vividos coletivamente. O relato do depoente traz vida, cor, rosto e sensações a uma história distante e muitas vezes repleta de hiatos, resultantes de memórias esquecidas e silenciadas. Conceituada por Alberti (2005, p.18), a história oral é:

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo.

No entanto, a utilização desse método gera uma série de discussões, entre as quais se encontra a reflexão sobre a responsabilidade do pesquisador ao utilizar o documento produzido para que caminhe de encontro com resultados esperados. Entende-se que não cabe ao pesquisador adulterar o relato do entrevistado, modificando o seu olhar sobre certo assunto, mas sim, analisar o documento produzido sob a ótica do estudo proposto. Pode ser inclusive, conveniente para o pesquisador tentar dirigir a entrevista para a direção que facilitaria o desenvolvimento de sua pesquisa, dessa forma, o entrevistador deixa de fazer seu papel mais importante de ser um bom ouvinte, que facilita o relato do depoente, e que age eticamente para extrair da entrevista os melhores resultados, que nem sempre são aqueles esperados pelo pesquisador.

Há também a discussão sobre a veracidade da informação contida em depoimentos e se tal documento pode ser utilizado como fonte de pesquisa científica. Pode-se questionar que a história oral produza fontes permeadas pela subjetividade do depoente e até mesmo informações falsas. No entanto, como evidenciado por Alberti (2005, p.23-24),

[...] é sabido que jamais poderemos apreender o real tal como ele é [...], a objetividade, então, acaba por condicionar-se à competência, à sensibilidade e à honestidade do pesquisador na crítica [...] dos documentos que eleger e na determinação do peso (valor) de cada um deles [...].

Apesar da visão de um depoente representar a sua forma de compreender um evento baseada em sua visão de mundo, pode-se compreender a história de um grupo, considerando-se aqueles elementos de permanência existentes nos discursos de seus diferentes integrantes. Alberti (2005, p.19) é enfática quando diz que:

Não é mais fator negativo o depoente poder ‘distorcer’ a realidade, ter ‘falhas’ de memória ou ‘errar’ em seu relato; o que importa é incluir tais ocorrências em uma reflexão mais ampla, perguntando-se por que razão o entrevistado concebe o passado de uma forma e não de outra e por que razão e em que medida sua concepção difere (ou não) das de outros depoentes.

Percebe-se, nesse sentido, que o relato da trajetória de vida individual reflete o estado de organização da memória do entrevistado. As suas preocupações atuais darão forma as lembranças do seu passado, ou seja, o relato visto como fonte oral de pesquisa é uma amostra de como o depoente entende fatos passados no momento presente, com a mentalidade e maturidade de hoje.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, de forma que no primeiro, intitulado “Hospitalidade, patrimônio e memória”, discorre-se inicialmente sobre a relação da memória e o processo migratório em face de reflexões propostas por estudiosos sobre esses dois temas, e com análise dos relatos orais obtidos. Oportunamente, são feitas também considerações acerca das vantagens e dificuldades do uso do método de história oral em estudos migratórios, baseadas principalmente nas experiências da pesquisa. É feita uma breve introdução ao tema do patrimônio cultural que irá permear o conteúdo de toda a dissertação.

O segundo capítulo, “Imigração coreana no Brasil”, é iniciado com um panorama da história da imigração coreana no Brasil fundamentado nos principais autores sobre o tema, e seguido por uma análise qualitativa de dados coletados em duas fontes distintas (banco de dados do Memorial do Imigrante e IBGE), que são também cotejados à literatura. Assim, é apresentada uma investigação do perfil dos coreanos entrados no Brasil a partir de 1956. Para finalizar, é feita uma reflexão sobre os temas re-imigração, retorno, transnacionalidade e diáspora, à luz de diversas leituras e contemplando os resultados das entrevistas realizadas.

No terceiro capítulo, intitulado “O bairro do Bom Retiro”, são ressaltados temas mais relacionados ao Bom Retiro, onde se concentra a grande maioria dos coreanos em São Paulo, incluindo um breve resgate da história desse bairro. Esse capítulo contém ainda uma trajetória do estabelecimento na cidade de São Paulo, que remonta o caminho percorrido pelos coreanos na capital paulista desde a sua chegada até seu estabelecimento no Bom Retiro.

Por fim, no quarto capítulo que leva o título de “Hospitalidade e patrimônio no Bom Retiro”, são apresentados os resultados de investigação e classificação de lugares de hospitalidade. É apresentada uma discussão a respeito do patrimônio cultural, focando prioritariamente no imaterial, e sua relação com a formação e manutenção das identidades e memórias.

Em suma, por esta dissertação de mestrado foi possível conhecer melhor a dinâmica da comunidade coreana e sua cultura construída longe do país natal. À luz de diferentes estudos e conceitos pôde-se estabelecer relações para melhor compreender a complexa e interessante organização da vida dos imigrantes coreanos e seus descendentes em São Paulo.

## **1 HOSPITALIDADE, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA**

### **1.1 História oral e estudos imigratórios: vantagens e dificuldades**

Inúmeras são as barreiras encontradas quando se depara com um depoente que apresenta dificuldades em se comunicar no idioma do entrevistador. Desde o momento em que é estabelecido o primeiro contato com o futuro entrevistado, percebem-se os obstáculos impostos pela língua na tentativa de explicar o objetivo da pesquisa, a importância do registro das trajetórias individuais e o teor da entrevista. Talvez, ainda mais desafiadora, seja a grande lacuna imposta pelos diferentes traços culturais, que levarão o seu ouvinte, ainda nesse momento, o futuro entrevistado, a compreender porque está sendo requerido dele o relato de sua experiência de vida pessoal, com o objetivo de incluí-la na construção do trabalho do pesquisador. A forma com que esse imigrante compreenderá sua proposta estará sujeita a seus padrões culturais, e valores pessoais. Ao pesquisador cabe se preparar para explicar da forma mais simples e clara o seu objetivo.

É oportuno mencionar logo de início se o resultado da pesquisa que contempla os relatos colhidos serão feitos públicos, para que o depoente se sinta à vontade de decidir se quer ou não prosseguir com a entrevista. Cabe ao pesquisador seguir uma conduta ética e respeitar o desejo expresso pelo depoente de permitir o uso de suas memórias para fins de pesquisa acadêmica. Com efeito, acredita-se que muito além de fonte de pesquisa, as memórias pessoais representam a (re)construção do passado e da identidade do indivíduo, e portanto, expressão de sua intimidade.

Nesse sentido, mostra-se especialmente conveniente ao pesquisador, que seu grupo de entrevistados seja formado por indicação de pessoas próximas ao imigrante, ou até mesmo membros da comunidade, para que já seja quebrada a primeira barreira que é a relutância em ser entrevistado.

Para que esse estudo pudesse ser realizado, foi contatado um membro da comunidade coreana que tinha conhecimento sobre a pesquisa, e a partir dele foram feitos os primeiros contatos com futuros entrevistados, que por já estarem cientes do teor e da seriedade da mesma, não demonstraram nenhuma dúvida ou objeção em relatar suas trajetórias pessoais.

Como mencionado por mais de um depoente ao longo das entrevistas, a comunidade coreana, similar a outros grupos de imigrantes, é ainda, muito reservada. Assim, percebeu-se

o valor dado ao fato do entrevistador ter sido indicado por um conterrâneo conhecido. Talvez por conta do sentido de coesão de um grupo de imigrantes, mostrou-se evidente que o simples fato de ter sido indicado por algum conhecido da comunidade evitou certos entraves.

Durante o processo de formação do grupo de entrevistados, vale narrar a tentativa de contato direto com um imigrante coreano, proprietário de um restaurante em São Paulo. Buscou-se inicialmente explicar o interesse do pesquisador no processo de imigração coreana e o caráter acadêmico da pesquisa. Depois de algumas tentativas de explicar o teor da pesquisa e seu objetivo, tendo a barreira do idioma aparentemente ultrapassada, o indivíduo mostrou-se reticente em participar da entrevista. Ainda assim, iniciou um relato sucinto sobre a imigração coreana no Brasil desde a tentativa de estabelecimento das primeiras levas na agricultura, mesmo não tendo sido essa a sua trajetória. Finalizou seu discurso dizendo que a Associação Brasileira de Coreanos deveria ser procurada se quisesse mais informações acerca da “história oficial da imigração coreana”.

Pôde-se perceber ali, além da dúvida natural do indivíduo se deveria ou não confiar em um estranho que o aborda para falar sobre sua privacidade, a reprodução da história oficialmente contada como forma de proteção da individualidade, ou como forma de “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, [...] eis as duas funções essenciais da memória comum” (POLLACK, 1989, p.7).

Ao retomar a discussão sobre discursos oficiais baseado no relato acima, nota-se a desvalorização de si mesmo pelo indivíduo comum, membro da comunidade, que às vezes não desenvolveu papel de destaque no processo de imigração. Esse indivíduo passa a não reconhecer o seu valor como parte da história, não dar importância à sua história pessoal como formadora da memória coletiva, que representa a si mesmo no grupo e lhe confere identidade como imigrante coreano no Brasil. Ao discorrer sobre esse aspecto da história oral como vantajosa, Thompson (1992, p.44) afirma que:

Ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical do sentido social da história.

O exemplo e a citação acima potencializam a abordagem de que a imagem do grupo é composta também pelo imaginário dos indivíduos pertencentes a ele, que está sempre em formação, inclusive no caso dos imigrantes que têm atrelado à sua imagem uma série de estigmas e estereótipos.

Por conta da contemporaneidade das discussões dos temas acerca da imigração, mostrou-se relevante (o que de fato justifica o aumento das pesquisas sobre o tema) a abordagem da imigração não mais como patologia social, mas sim, como estudo das experiências comuns de imigração, como a convivência, costumes e tensões.

Principalmente em função dessa tendência, percebe-se mais uma vez o valor da fonte oral de pesquisa. O registro do áudio admite que se vá além das palavras, pode-se analisar também, por ocasião da entrevista as alterações na voz, o humor e o clima estabelecido. A utilização de equipamento de áudio e/ou vídeo traz grande benefício ao tratamento do material coletado e seu conteúdo. Contudo, nota-se em alguns casos, que o equipamento chega a intimidar o entrevistado, alguns apresentam certa resistência em falar mais confortavelmente sabendo que sua voz, e às vezes sua imagem estão sendo registradas. Principalmente no caso do vídeo, o depoente, por vezes, fica preocupado com a qualidade da sua voz e imagem – se apresenta boa aparência para uma filmagem e se sua voz não fica distorcida – e a riqueza da informalidade é perdida.

Ainda pensando nas vantagens para a pesquisa acadêmica, considera-se que a entrevista individual dá meios para que o indivíduo seja situado em um contexto histórico, social, político e cultural, contribuindo, dessa maneira, para estudos de objetos e períodos mais abrangentes que simplesmente a biografia.

O fato de a memória ser seletiva e permeada de subjetividade não restringe o alcance da História Oral. Ao longo das entrevistas com o grupo de imigrantes coreanos, notou-se curiosamente que praticamente nenhum dos indivíduos mencionou espontaneamente a relação com os imigrantes bolivianos no bairro do Bom Retiro em São Paulo. Quando se falava sobre o assunto do convívio interétnico, predominaram os relatos de como a convivência com os imigrantes judeus restringe-se a relações comerciais.

Sabe-se, no entanto, que a menção da situação delicada de “indocumentação” de muitos bolivianos e suas condições precárias de trabalho em confecções (inclusive coreanas), pode causar desconforto durante a entrevista. A não menção, também interpretada como silêncio, pode ser um sinal importante de evitar falar sobre um tema que possa causar constrangimento, não necessariamente pelo entrevistado estar diretamente envolvido, mas por alimentar estigmas e estereótipos do grupo, afinal de contas, qual é a imagem que o depoente quer passar como imigrante? Nesse caso, fica a pergunta: Qual o motivo desse silêncio?

Pode-se encontrar também, distorções e divergências nos discursos coletivos e oficiais sobre um mesmo assunto. O silêncio e as distorções não significam necessariamente que a memória foi permanentemente esquecida ou alterada. Como mencionado anteriormente, em

meio a negociações, as memórias são organizadas e expressas quando lhes são convenientes, digamos assim. É por esse motivo que dependendo do objetivo da pesquisa, pode-se buscar a contraprova com outras fontes “de maneira a confirmar ou contestar os depoimentos obtidos” (FERREIRA, 2000, p.4).

Todavia, a preocupação sobre a veracidade da informação contida em depoimentos, e se tal documento pode ser utilizado como fonte de pesquisa científica, deixa de ser hoje discussão central, tendo em vista que, o valor da história oral pode estar justamente na busca de divergências entre fatos que permeiam a imaginação e o simbolismo.

De maneira geral, pôde-se, por meio da aplicação do método de história oral, verificar a riqueza e o valor da produção de fontes de pesquisa “não-oficiais”, como é o caso da biografia dos indivíduos que mantêm vínculos com o tema pesquisado. O fato que deve ser também levado seriamente em consideração é a não compreensão dos fatos relatados como verdade absoluta. Fica como responsabilidade do pesquisador analisar essas fontes e escolher de maneira ética como elas serão úteis para sua pesquisa.

## **1.2 Memórias de imigrantes**

O migrante perde a paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a caça, a lenha, os animais, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o entoado nativo de falar, de viver, de louvar a seu Deus. Suas múltiplas raízes se partem. Na cidade, a sua fala é chamada “código restrito” pelos linguistas; seu jeito de viver, “carência cultural”; sua religião, credence ou folclore. Seria mais justo pensar a cultura de um povo migrante em termos de desenraizamento. Não buscar o que se perdeu: as raízes já foram arrancadas, mas procurar o que pode renascer nessa terra de erosão (BOSI, 2004, p.17).

Ao abordar a memória de imigrantes por meio da utilização da história oral como método de pesquisa, mostra-se relevante a compreensão da memória como fenômeno formado coletivamente, em constante construção e sujeito a transformações diversas e frequentes. Em meio a todos os componentes formadores da memória individual, e conseqüentemente coletiva, vale lembrar a discussão proposta por Pollack (1989) sobre memórias oficiais, subterrâneas e silenciadas.

Ao discorrer sobre memórias que reforçam “sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais”, Pollack (1989) nos lembra que ao dar voz às minorias, excluídos e marginalizados, a



história oral passou a valorizar memórias subterrâneas que se opõem a discursos oficiais, que em excesso passam muitas vezes a fazer parte da memória de uma sociedade civil impotente.

Guardada ou enterrada por motivos políticos ou pessoais, a memória será o instrumento utilizado pela história oral para buscar aqueles indivíduos que se tornam responsáveis por salvaguardar memórias, das quais se tornam verdadeiros guardiões.

Em muitos casos, tratam-se de memórias transmitidas ao longo de gerações, e que passam às vezes a integrar memórias que, de fato, nem mesmo foram vividas pelo seu portavoz, mas que de qualquer forma, passa a entendê-las como suas, por ter acompanhado acontecimentos vividos por alguém muito próximo, ou mesmo por ter simplesmente herdado-as de familiares que vivem essa memória intensamente. Assim, o discurso é internalizado sem a necessidade de o indivíduo ter vivenciado certa conjuntura. Pollack (1992, p.4) afirma que “o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”.

A memória apresenta um grau altíssimo de organização que permite a seleção daquilo que é desejado e vale ser constantemente lembrado, e daquilo que deve realmente ser escondido ou silenciado, em alguns casos, embaraçoso ou muito doloroso para lembrar.

Para um imigrante que passa por um processo de desenraizamento, a negociação ou (re)organização da memória pode ser bastante conflituosa. Para Sayad (1998, p.16):

[...] o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante “nasce” nesse dia para a sociedade que assim o designa. Dessa forma, ele se arvora o direito de desconhecer tudo o que antecede esse momento e esse nascimento.

Toda essa negociação daquele passado que não se deve ou não se quer ter conhecimento, pode levar ao esquecimento, a incerteza de já ter vivido certos eventos, a fusão de alguns fatos em apenas um fato modificado, e inclusive o ato deliberado de silenciar certas lembranças.

É comum àqueles imigrantes que chegam à “nova terra” ainda criança e apresentam hiatos em suas memórias, não resultante simplesmente da dificuldade de lembrar fatos de uma infância distanciada pelos anos passados, mas lacunas oriundas de memórias não muito claras, cheias de incertezas e dúvidas.

A representação de si e a compreensão social passam a figurar na vida de um imigrante conforme já estejam estabelecidas redes sociais mais “resistentes” na sociedade que o agrega, ou seja:

[...] na medida em que o imigrante sai da esfera em que o restringem tradicionalmente o estatuto e a condição que lhe são atribuídos, na medida em que vai ganhando novos espaços [...], chegando a desmentir a definição dominante que se dá dele e da imigração [...] (SAYAD, 1998, p. 14).

A seletividade como característica da memória nos remete a um sentimento de identidade, representado por uma imagem que a pessoa constrói “e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (POLLACK, 1992, p.5).

É sabido que a condição de imigrante é comumente desfavorável perante os diferentes estratos sociais. Sayad (1998) enfatiza a motivação econômica da imigração, ou seja, relaciona a existência do imigrante com a necessidade de mão de obra no país que o acolhe. Consequentemente, a partir do momento em que não há mais a necessidade dessa mão de obra, a presença do imigrante torna-se dispensável. Essa fragilidade é somada ao fato de que imigrar implica invariavelmente emigrar, ou seja, encontrar-se em uma situação de provisoriedade constante, na qual o imigrante não se reconhece como pertencente ao novo país de residência, nem mesmo ao de origem. Da mesma forma, não é visto pela sociedade que o acolhe como, de fato, parte do grupo.

A decisão ou obrigatoriedade de emigrar, a passagem para o estado de emigrante, o desenraizamento, obtenção de *status* de imigrante e o esforço para ser inserido em um novo ambiente, é um processo traumático, do qual o indivíduo nem sempre tem boas memórias.

Rouchou (2008) relata a trajetória dos judeus expulsos do Egito pelo governo Nasser na década de 1950. Nota-se, ao ler os relatos dos seus entrevistados, que suas memórias traduzem-se ora em trauma, ora em saudade. Alguns dos entrevistados, em meio a lágrimas, até hoje não se conformam com a saída do Egito e o constrangimento da expulsão. Percebeu-se, no entanto, que nesse caso a segunda geração pouco sabe sobre toda a dor vivida pelos pais e, portanto, não incorporou o discurso de sofrimento. Pelo contrário, lembram-se apenas das boas memórias a eles contadas de um país de sonhos que não existe mais ou que nunca existiu. Ao retomar o caso aqui estudado da memória de imigrantes coreanos no Brasil, a Entrevistada 7 relata:

Os pais da primeira geração tiveram que trabalhar muito, dia e noite, botar os filhos também para trabalhar. Então assim, muitos já não falam nem português nem coreano, então no sentido de comunicação entre essas passagens, ninguém também gosta de falar de um passado pobre. Eu sinto muito isso assim, na comunidade, agora o cara está super bem, mas teve

aquele momento assim de chegar no Brasil sem nenhum tostão. Não vejo ele narrando muito, eles se focam muito no futuro, no presente e no futuro.

Identificam-se características inerentes ao imigrante, como mencionadas acima. A motivação e a decisão de deixar o país natal é apenas o início de um processo muito complexo. Os entrevistados relatam que, mesmo tendo vivenciado esse período ainda criança, eles sabem que não foi uma situação fácil.

[...] foi uma mudança repentina. Eu vivia com meus avós paternos, e eles mudaram para a casa do meu tio. Foi um negócio muito estranho. Eles foram morar sozinhos. Aí nós, depois de um tempo, a gente veio para cá. Levou meses, eu acho assim que esse negócio de autorização, de recebimento de visto era muito complicado. Porque em 1984 o Brasil ainda estava no finalzinho da ditadura militar. E a gente veio via Paraguai (E2).

Demorou bastante para a gente decidir vir, e tanto que a gente estava pensando se valia a pena continuar estudando, ou não. Acho que demorou de seis meses a um ano, porque decidir se a gente vinha não foi uma decisão muito rápida, porque essas coisas não se decidem de um dia para o outro (E1).

Para conseguir vir para o Brasil, ele [pai] teve que ter um terreno, ele não sabe nem onde que é [...] parece que a gente foi enganado. Daí não consegui vir para o Brasil. Como a gente conseguiu primeiro a cidadania da Bolívia, a gente ficou aqui, e meu pai foi para Bolívia e deixou a gente aqui esperando. Meu pai foi para Bolívia para tentar a cidadania do Brasil (E3).

Esta última, a Entrevistada 3, já relata um caso mais dramático, em que o pai optou por deixar a Coréia com certa urgência e mesmo conseguindo apenas o visto de permanência boliviano, ele decidiu correr o risco de levar toda sua família para o Brasil, onde ficaria temporariamente com visto de turista, enquanto ele tentava na Bolívia a permissão para residirem no Brasil permanentemente. A entrevistada relembra as dificuldades enfrentadas por seus pais ao se esforçarem para não terem que levar seus filhos para a Bolívia. Nota-se que o sofrimento pelo qual os pais da entrevistada se submeteram para conseguir a cidadania brasileira foi muito maior do que o prejuízo de terem perdido o investimento na aquisição de terras para poder vir da Coréia para o Brasil.

Meu pai deve ter ido acho que 10 vezes para a Bolívia para não ter que levar a gente para lá. Só sei que durante um bom tempo, eu não vi meu pai. Ele vinha, e ia. [...] por um ano assim, que ele ia e não tinha telefone. Só sei que minha mãe ficava assim, 15 dias, toda noite, ia pra rodoviária com meu irmão esperar meu pai na rodoviária. [...] só sei que meu pai sofreu muito [...] (E3).

Nos relatos coletados, nota-se a extrema fragilidade da condição dos imigrantes. Com o intuito de sair da Coreia em busca de uma vida melhor, um grande número de coreanos sujeitou-se a tentar vir para o Brasil via outros países da América do Sul, após restrições a imigração coreana no Brasil na década de 1970. No caso da Entrevistada 2, sua família já tinha familiares morando no Brasil na década de 1980 quando resolveram juntar-se a eles. Sem uma permissão, decidiram ir para o Paraguai, onde permaneceram por pouco tempo até que conseguiram entrar clandestinamente no Brasil.

[...] logo que chegamos em Assunção fizemos RG do Paraguai. E a gente ficou uma semana na casa de um coreano, de um conhecido da minha avó, e viemos para cá. Mas viemos em parte, porque não dava para vir a família toda. Então a minha avó trouxe eu e minha irmã. Assim ela levantaria menos suspeita, e meu tio trouxe meus pais. Então a gente se encontrou depois de um tempo, acho que uma semana, 10 dias (E2).

Entre os relatos contidos no trabalho de Choi (1991, p.110), chama a atenção o caso de uma família que com pouco acesso à informação ainda na Coreia emigrou para o Paraguai, onde acreditavam que poderiam viver em condições muito melhores que no país de origem, mas ao chegarem ao destino, espantaram-se com a situação de pobreza do país, que expressam da seguinte forma: “muita gente andando descalça; parecia um país que tinha acabado de sofrer uma guerra”. Essa família reemigrou para o Brasil três meses após sua chegada no Paraguai.

Passados os problemas da saída da Coreia e a chegada ao Brasil, esses imigrantes e suas famílias ainda estavam apenas no começo de um longo processo, no qual ainda teriam que encontrar meios de sobreviver, e só então vivenciar o desafio da adaptação ao novo “lar”. Para os adultos, as dificuldades de adaptação tendem a ser maiores, não só por não dominarem o idioma, mas também por muitas vezes não compreenderem a forma de pensar, agir e se expressar do povo que os acolhe. O Entrevistado 6 que chegou ao Brasil com 33 anos conta a sua resistência inicial em aceitar os padrões culturais brasileiros. Para ele o idioma não foi uma barreira tão grande quanto aceitar o ritmo de vida mais lento, a tolerância e a flexibilidade extremas que encontrou no Brasil. Utilizando-se de uma metáfora para ilustrar essa flexibilidade, o entrevistado diz que para um alemão há uma linha que representa o que se pode e o que não se pode fazer socialmente, para um americano ele diz que a linha se transforma em uma faixa, e para um brasileiro a faixa se transforma no horizonte.

Quando chegou aqui, muito devagar, não aguentava mais, até xingava, depois passa o tempo, eu comecei a entender cultura aqui. Então, se não seguisse cultura brasileira, eu não sobreviveria aqui. Certas coisas aqui é bom, certas coisas lá é bom. O único problema do Brasil é flexibilização muito grande (E6).

Nesse sentido, as redes de sociabilidade e solidariedade tratadas mais adiante apresentaram papel fundamental no estabelecimento e adaptação dos imigrantes coreanos em São Paulo.

Mesmo no caso da adaptação daqueles coreanos que chegaram ao Brasil ainda crianças ou adolescentes, não se pode dizer que não tiveram que enfrentar dificuldades. Pôde-se analisar nos relatos, que muitos desses jovens sofreram algum tipo de preconceito por serem “diferentes”. Mesmo com a tendência de aglomerar-se, no início da imigração coreana em São Paulo, não existiam, por exemplo, escolas coreanas como existem atualmente. Sabe-se que a igreja teve função primordial de acolher e influenciar mesmo na educação desses jovens que tiveram de estudar em escolas regulares onde na maioria dos casos tiveram os primeiros contatos fora da comunidade coreana.

A maioria dos entrevistados chegou ainda jovem aqui e lembra a importância do idioma na sua adaptação. Mesmo concordando que é mais fácil para um jovem ainda em idade escolar aprender uma segunda língua, a Entrevistada 2 não acredita que tenha sido um processo tão natural.

[...] muito natural não foi. Porque eu lembro que eu não conseguia comprar nada da lanchonete no recreio. E era interessante porque eu acho que tinha pouco estrangeiro naquela época. Então, virei meio atração de circo da classe. Na hora do recreio sentavam, e era escola de meninas, só tinham meninas assim, terríveis. E elas faziam uma rodinha e ficavam “ah, qual é o meu nome? Qual é o meu nome?” (risos), aí se eu acertava batiam palma.

Percebeu-se que os coreanos dão grande valor à educação mesmo quando estão fora de sua terra natal, no entanto, a Entrevistada 1 afirma que ter maior habilidade no idioma, às vezes significava que o jovem tinha mais responsabilidade em ajudar os pais e um pouco menos em se dedicar aos estudos.

[...] eles [pais] podem dar ajuda financeira, mas ajuda escolar mesmo... Eles não têm nem tempo porque a vida de imigrante é... E também porque não tem nem base de como tem que ser, então praticamente, a gente estudou assim... Por si. Nós estudamos sozinhos e, geralmente, quando é assim, o filho mais velho ou filha mais velha, são mais sacrificados em prol da

atividade financeira da família, porque vai ajudar a família. Trabalhar. Porque os pais não falam bem português, então eles são geralmente obrigados a ficar na frente. Então o primeiro e o segundo filho geralmente deixam de estudar para ajudar a família e o terceiro, quarto, se tiver, são geralmente mais favorecidos em termos de estudo. Muda de família para família, mas geralmente na nossa cultura é assim (E1).

Já no caso da Entrevistada 3, ela e os dois irmãos sempre tiveram que continuar seus estudos aqui no Brasil, mesmo que tivessem que estar sempre mudando de escola para acompanhar as mudanças de residência da família em função da atividade econômica dos pais. A mesma entrevistada relata que à medida que seus pais conseguiam melhores oportunidades de trabalho e condições de moradia, mudavam-se para outros bairros, mas mesmo assim sempre tinham que mudar de escola e continuar seus estudos.

Outra dificuldade na adaptação imposta pelo idioma é o fato de alguns desses jovens terem tido que refazer algumas séries aqui no Brasil que já haviam feito na Coreia. Esse relato se repetiu algumas vezes ao longo das entrevistas. A Entrevistada 4 conta que na Coreia estava na quarta série quando deixou seu país, e ao chegar aqui foi matriculada na primeira série porque não dominava o idioma. Porém, como ela mesma coloca, “criança aprende rápido a língua. [...] no começo eu tive dificuldade com a língua, mas logo aprendi”.

Finalmente, nota-se que a permanente situação de provisoriedade apontada por Sayad (1998) que acompanha a trajetória de um imigrante é também identificada nas memórias dos imigrantes coreanos aqui estudadas. Mesmo que alguns dos entrevistados não tenham verbalizado a ideia de que se consideram imigrantes, nem brasileiros, nem coreanos, pôde-se perceber que há esse conflito na definição das identidades individuais, como ilustrado na seguinte fala:

[...] eu sou imigrante sim, porque eu não sei nem falar coreano direito, nem português direito. Eu sinto isso. Aparência também. Mas eu sou mais brasileira, é claro. Porque faz 10 anos que eu não vou para Coreia. Porque eu trabalho aqui, eu sou mais brasileira. Com Coreia eu não tenho quase nada mais a ver. Se eu for para Coreia agora, eu sou uma coreana que saiu de lá e que está visitando. Mas a minha raiz... Eu sou coreana, com certeza (E3).

Curiosamente, Oliveira (2006) aborda uma nova consciência sobre a memória, que ilustra a situação vivida agora, uma cultura da memória, em que as pessoas e instituições buscam valorizar a memória do seu próprio passado, da sua família, do seu povo, da sua cidade etc. As festas e os livros comemorativos de aniversário de eventos e lugares, tão populares hoje em dia, são bons exemplos dessa nova perspectiva que se tem da memória,

dessa gana de resgatar o passado e fazê-lo público. Entre os coreanos, já foram lançados dois livros comemorativos, “45 anos de imigração coreana no Brasil” e “50 anos de relações diplomáticas Brasil-Coreia”, e um terceiro sobre os 50 anos da imigração coreana está sendo produzido.

No campo individual, nota-se também um retorno à pátria e à identidade étnica vivida por certos imigrantes e descendentes. Im (2010) fala sobre uma aproximação das gerações mais recentes com a pátria Coreia. Mesmo que em alguns casos eles não tenham efetivamente nascido na Coreia, existe um movimento de contato com a cultura produzida atualmente na Coreia possibilitado pela internet e outras mídias eletrônicas. Esse fenômeno difere daquele em que o imigrante traz consigo seus hábitos culturais, que acabam congelados no local onde se estabelecem, não acompanhando a dinâmica da cultura da terra natal. No caso atual dos coreanos em São Paulo, há uma valorização da Coreia dos dias de hoje, de sua nova vitalidade, sua situação econômica e cultural. Im (2010, p.10 – tradução livre) concorda com Yang em seu artigo sobre a origem do choque cultural dos coreanos no Brasil, que sugere que os jovens coreanos em São Paulo, “embora socialmente integrados à sociedade brasileira como profissionais, identificam-se culturalmente como coreanos”<sup>2</sup>, notando nesse contexto uma possível mudança no paradoxo da aculturação. A autora afirma ainda que a aculturação nunca foi parte do projeto de imigração dos coreanos no Brasil, uma vez que objetivavam reimigrar para os Estados Unidos. Mesmo não tendo reimigrado, aqueles que ficaram, segundo Im (2010), estão cada vez mais caminhando em sentido oposto ao da aculturação, já que essa adaptação acaba acontecendo principalmente no campo profissional.

Na pesquisa realizada sobre a segunda geração de coreanos no Brasil, Im *et al.* (2009) entrevistaram 106 jovens coreanos de 15 a 18 anos em 2008, dos quais a maioria afirmou ouvir música coreana (76%) e assistir novelas e filmes coreanos (60%) de 1 a 7 vezes por semana. Do total apresentado, 30% diz informar-se sobre a Coreia via internet, 18% pelo canal de televisão coreano e 20% por filmes e vídeos, mostrando que 68% dos jovens mantem um canal de comunicação com a Coreia por algum tipo de mídia digital. Mais uma vez ilustrando o conteúdo exposto no parágrafo anterior, os resultados da pesquisa em questão apontam que 62% desses jovens consideram-se mais coreanos do que brasileiros.

A entrevistada 7 concorda em parte com a conclusão de Im (2010) exposta acima, ao sustentar que o vínculo dos coreanos nascido e criados no Brasil com a Coreia não perpassam

---

<sup>2</sup> “[...] these youngsters, albeit being socially integrated to Brazilian society as professionals, are culturally identifying themselves as Koreans” (IM, 2010, p. 10).

o gosto pela cultura e artes, mas que não reconhecem a Coreia como sua pátria. Em suas palavras: “eles gostam da cultura, da culinária, das novelas, da música, a parte cultural é muito incentivada. Essa coisa de patriotismo ficou na primeira geração. A geração assim que cresceu aqui, como eu, 1.5, ou 2, ou 3, não pensa tanto na Coréia como sua pátria”.

Mesmo com isso exposto, observa-se que há ainda uma parcela daqueles imigrantes coreanos que chegam ainda jovens ao Brasil e em função das dificuldades enfrentadas acabaram assimilando-se bastante, e distanciando-se da cultura coreana. Há os casos também similares aos das Entrevistadas 4 e 9, que durante a adolescência e para uma delas até durante um período da vida adulta relacionavam-se mais fora do que dentro da comunidade, até que por motivos profissionais e de estudo acabaram retomando o vínculo e hoje têm maior participação na vida comunitária. Em suma, ao relativizar a frase do Prof. Dr. João Baptista Borges Pereira<sup>3</sup> que diz que “não há nada mais italiano do que italiano-brasileiro de quinta geração”, talvez se possa dizer que não há nada mais coreano do que coreano-brasileiro de segunda geração.

### 1.3 Hospitalidade e acolhimento

O ser humano é frágil, carente, incompleto, e sem a ajuda dos outros humanos não resistiria viver. Assim, uma solidariedade mínima, uma relação de partilha, de articulação, de compromisso com o outro, faz-se condição absolutamente imprescindível para a existência humana (LIBÂNIO apud MILESI; ANDRADE, 2009, p.1)

Depositário da memória, materialidade urbana, representação de identidades e espaço de sociabilidade são expressões comumente utilizadas para qualificar as cidades. Lembrando a discussão de Ítalo Calvino, Grinover (2006, p.33) afirma que “a cidade deixa de ser um conceito geográfico, para transformar-se em um símbolo complexo e inesgotável da experiência humana”. É nesse último sentido, englobando todas as expressões anteriormente citadas, que será compreendida a cidade, com o objetivo de servir como cenário das discussões aqui desenvolvidas sobre os temas de memória e patrimônio cultural.

Ao estudar a cidade, percebe-se que o espaço físico dá meios ou é construído para que dê meios de se estabelecerem relações entre os indivíduos que vivenciam esse espaço urbano.

---

<sup>3</sup> Palestra proferida na reunião do Grupo de Pesquisa Socioantropologia da Hospitalidade na Universidade Anhembi Morumbi em 06 dez. 2010.



As relações acontecem entre as pessoas que ali moram, trabalham, se divertem e transitam. Há um contato entre as diferentes subjetividades, os espaços íntimos de cada indivíduo, que da mesma forma, se “comunicam” com o espaço físico. O espaço urbano, para Bastos, Bueno e Salles (2008), apresenta função social fundamental, por ser um lugar de passagem, comunicação, informação e integração.

O espaço urbano permite a instituição da alteridade, uma percepção do outro que extrapola simplesmente ter a consciência da existência do outro. É a noção de que todo indivíduo se relaciona e depende de outros indivíduos. A alteridade permite o contato com a diferença que constitui a vida social (BASTOS, BUENO, SALLES, 2008) e a construção da sociabilidade. Ao interagirem, os indivíduos criam vínculos sociais, e por meio deles criam suas estratégias de relacionamento, que admitem ou reprimem certos comportamentos dentro do grupo. Os lugares de sociabilidade, nessas condições, dão sentido de pertencimento e identidade aos membros do grupo.

Pesavento (2007a, p.3) aborda a cidade em três aspectos: a materialidade, sendo esta “[...] o traçado e organização do espaço físico e do espaço construído [...]”; a sociabilidade, traduzida na compreensão do espaço no tempo, propiciando a “experiência do vivido”, dando forma a um território onde acontecem relações de sociabilidade; e finalmente, a sensibilidade, ou seja, um espaço carregado de significados, emoções e sentimentos, frutos da percepção e do imaginário dos indivíduos e grupos envolvidos com a cidade.

Para a autora supracitada, nessa noção de sensibilidade a cidade é construída por pessoas e grupos baseada nas experiências que cada um tem com a cidade, da forma como percebem e sentem a materialidade e a sociabilidade. Dessa forma, nota-se a importância da cidade como expressão do homem e das marcas por ele deixadas no seu espaço físico e na sua memória, conferindo à cidade e a seus atores traços de uma identidade possivelmente compartilhada.

Nesse processo imaginário de construção de espaço-tempo, na invenção de um passado e de um futuro, a cidade está sempre a explicar o seu presente. Com isso, acaba por definir uma identidade, um modo de ser, uma *cara* e um *espírito*, um *corpo* e uma *alma*, que possibilitam reconhecimento e fornecem aos homens uma sensação de pertencimento e de identificação com a *sua* cidade (PESAVENTO, 2007b, p.17).

Elhaji (2002, p.178) afirma que “o *self* do indivíduo ou o *ethos* do grupo não podem ser nem separados nem dissociados da espacialidade que os contêm e lhes dá forma [...]”. Similarmente, a memória também não pode ser dissociada do lugar, do meio material. Sabe-se

que a memória não existe apenas com bases sólidas em território ou objeto, um exemplo disso é a língua. No entanto, há sempre um cenário que dá condições ao imaterial de se manifestar, e é justamente ali que se aborda a materialidade novamente. São lugares de memória. Lugares onde os indivíduos envolvidos percebem que estão entrando em contato com algum significado da cidade, do bairro ou do grupo, onde os atores constroem e reciclam a própria memória. Lugares onde o grupo se encontra e a cultura é “coletivamente elaborada, reproduzida e transmitida” (GOMES, 2002, p.7).

Halbwachs (1990) confirma que a memória coletiva está sempre relacionada a um quadro espacial, no meio material onde os indivíduos se encontram. O lugar revela ao portador da memória a possibilidade de mantê-la viva, mesmo que alterada, como geralmente acontece. Alterada pelo presente, pelas circunstâncias atuais e pela trajetória da vida de seu portador. Os lugares de memória por si só também são alterados, vagam no imaginário do indivíduo que os idealizam. São esses recursos que perpetuam e permitem o acesso a certas lembranças, de forma que só tem significado para aquele grupo que atribui valor ao lugar, que por sua vez é escolhido pela seletividade da memória. Da mesma maneira que as memórias são organizadas para serem lembradas ou esquecidas, os lugares de memória são selecionados de acordo com a carga de significados e importância de serem lembrados. Nesse sentido, Monastirski (2004, p.330) sugere que “[...] a memória de cada lugar pode ser mais ou menos privilegiada, enfatizada, considerada segundo o resultado dos embates entre os atores sociais”.

Ao tratar de grupos étnicos, a necessidade de reconhecimento de lugares de memória pode ser ainda mais evidente, já que os membros desses grupos podem precisar mais que a sociedade nativa expressar e reafirmar sua(s) identidade(s) como grupo. “Todo grupo étnico precisa de um fundo espacial, ainda que mítico, para sustentar a sua comunhão, ao mesmo tempo em que precisa também de um espaço físico real e presente para a expressão, a concretização e a preservação dessa identidade” (ELHAJI, 2002, p.184).

Talvez não seja nem o caso da necessidade de se auto afirmar na e para a sociedade nativa, como mencionado acima, mas sim da facilidade e conveniência de utilizar-se do espaço, do território como forma de contato entre os membros do grupo, para atualização de suas práticas culturais, visando os benefícios da própria comunidade. A criação e o estabelecimento de espaços de sociabilidade são maneiras mais seguras e práticas de manter a coesão do grupo. Para Elhaji (2002) as estratégias etno-espaciais adotadas pelos grupos étnicos, não são limitadas unicamente a bairros, clubes e templos, mas também a formas mais prosaicas de se vivenciar a etnicidade, como a música e a língua.

Além do discurso sobre cidades, Pesavento (2007a) aborda o papel dos centros das cidades, locais que testemunharam muitas vezes o nascimento, crescimento e desenvolvimento das cidades, que tiveram suas funções e vitalidade alteradas com o passar do tempo, mas que são espaços de intensa sociabilidade e onde o passado deixa seus vestígios mais claramente marcados, alterando o presente.

No caso do Bom Retiro, apesar de seu uso ter sido alterado diversas vezes, a sua função residencial não foi perdida, mesmo que diminuída significativamente. De qualquer forma, o bairro continua a ter vigor e vitalidade econômica forte, diferentemente de alguns outros bairros adjacentes. A paisagem pode ainda mostrar evidências de outros períodos da história do bairro, todavia, os hábitos e costumes daqueles que ali continuam a habitar e circular forçam a mudança da materialidade que é sempre mais lenta que o movimento da evolução do grupo. Assim, discorre Halbwachs (1990, p.136):

Sem dúvida, a diferenciação de uma cidade resulta na origem de uma diversidade de funções e costumes sociais; mas, enquanto o grupo evolui, a cidade, em seu aspecto exterior, muda mais lentamente. Os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformá-los, e essa resistência permite perceber melhor até que ponto, em tais grupos, a memória coletiva tem um ponto de apoio sobre as imagens espaciais. Com efeito, as cidades se transformam no curso da história.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, foi feito um paralelo com a pesquisa de Laura Gomes (2002) intitulada “Comércio étnico em Belleville: memória, hospitalidade e conveniência”, que ao estudar alguns dos papéis não-econômicos do comércio, busca analisar aspectos significativos das relações sociais que se dão nesse cenário urbano.

Apesar do bairro de *Belleville* em Paris ter um passado ainda rural até meados do século XIX, transformou-se em região industrial e mostra até hoje a marca da presença operária e todas suas lutas. Visto por muitos habitantes de Paris como bairro violento e insalubre, o *quartier* passou a receber um número grande de imigrantes a partir da Primeira Guerra Mundial, onde se estabeleceram e mantém residência até os dias atuais.

Hoje, com caráter mais cosmopolita e multicultural, *Belleville* é marcado por expressões culturais diversas que representam as etnias que coabitam esse espaço. Como local de concentração da memória local, ali se encontra aquele patrimônio relacionado aos modos de vida, práticas sociais e culturais, e lugares relacionados a certo tipo de atividade econômica.

Percebe-se pela pesquisa de Gomes (2002) que no *quartier* em questão, o pequeno comércio se apresenta como lugar urbano onde se desenvolvem relações de sociabilidade, que promovem o acolhimento dos estrangeiros – não apenas no sentido de nacionalidade, mas também no que se refere à pertencimento. Nesse sentido, “[...] o que faz do comércio étnico um patrimônio coletivo de *Belleville* é justamente o reconhecimento da implicação das trajetórias individuais, o fato de que ele está presente na construção da pertença de cada um” (GOMES, 2002, p.16).

Além da sociabilidade, são formadas redes de solidariedade, que criadas e gerenciadas pelos próprios imigrantes, conferem ao recém-chegado a possibilidade de se estabelecer de forma menos sofrida e sacrificante<sup>4</sup>.

Encontrar emprego informal por meio dessas redes é uma das facilidades vividas principalmente pelo imigrante indocumentado. Gomes (2002, p.8) afirma que o comércio “[...] desempenha um papel fundamental em relação à instalação dos estrangeiros imigrantes no país, orientando-os nessa passagem difícil da condição de ‘forasteiro’, ou de ‘não-estabelecido’, à de ‘estabelecido’[...]”.

Nesse contexto, entende-se por hospitalidade o ato, o gesto, a palavra, o símbolo trocado entre aquele que se pode denominar o “hóspede” e o “anfitrião”. A metáfora para designar o papel dos atores da cena hospitaleira é usada por diversos autores de forma variada. Há aqueles que se referem ao hóspede como, estrangeiro, estranho, forasteiro, e ao anfitrião como nativo, local, autóctone. No contexto desta dissertação, a ideia de hóspede e anfitrião é usada para tratar do acolhido e do acolhedor, ou aquele que oferece a acolhida, sendo que este último pode ser uma instituição. Na relação entre os dois atores se busca o apaziguamento, a permissão para ser e estar em uma situação incomum e não usual. A hospitalidade, nesse caso, é a transposição do limite que separa aquele que pertence daquele que não pertence, e como se dá essa relação. A soleira da porta serve como o exemplo desse limite, do limiar.

A hospitalidade é um gesto de compensação, de colocar em pé de igualdade, uma atitude de proteção, no mundo onde o estrangeiro pelas suas origens não tem lugar. Via de regra, não se pode praticar um gesto de hospitalidade, no sentido etimológico do termo, sem que haja desigualdade de lugar e de estatuto entre os dois tipos de hóspedes: um está no interior, dono do lugar, autóctone, é aquele que recebe, o outro chega do exterior, é de passagem, ele

---

<sup>4</sup> As referidas redes de sociabilidade e solidariedade não são tratadas como sinônimos de hospitalidade. São, por outro lado, compreendidas como ferramentas que permitem o estabelecimento do imigrante de forma menos agressiva.

é recebido. O convite, o acolhimento, a caridade, a solidariedade, parecem ser modalidades vizinhas e derivadas de uma forma inicial de hospitalidade (GRASSI, 2004, p.1 – tradução livre).

Retomando o estudo sobre *Belleville*, ao se referir a um aspecto “instrutivo e pedagógico” do comércio e do consumo, Gomes (2002) trata da introdução às normas de conveniência ao estrangeiro, ou seja, como relacionar-se socialmente conforme os padrões que o julgam conveniente, já praticados no *quartier*. Bastos, Bueno e Salles (2010a) sustentam que a fronteira delimita não somente o território físico, mas afirma da mesma forma, uma ordem moral. Pode-se, no entanto, falar também em normas de convivência, em que não somente o imigrante é apresentado à forma mais conveniente de inserir-se na sociedade e com ela interagir, mas também à maneira mais bem aceita pela sociedade que o recebe, que não necessariamente vê com bons olhos a sua presença em “seu” espaço, de se posicionar. Montandon (2003, p.134) menciona que a transposição da soleira significa que o acolhido está submetido às regras do anfitrião, e ainda afirma que “[...] entrar no círculo é deixar de se impor, praticar um ato de submissão e obrigação de fidelidade e obediência à sociedade”.

Para uma melhor compreensão desse fenômeno, é interessante trazer a abordagem de semiosfera discutida por Raffestin (1997). Para o autor, semiosfera é uma noção de limite não somente material, “mas também imaterial ou abstrata, remetendo a valores e a códigos que tem valor legal no interior por oposição ao exterior. Quem está no interior se refere a esses códigos e interpreta o que vem do exterior em função desse sistema de valores e códigos” (RAFFESTIN, 1997, p. 4 – tradução livre). Assim, o pedido de hospitalidade do estrangeiro será aceito ou recusado de acordo com os limites da semiosfera, em outras palavras, passará pelo crivo da sociedade local e das normas morais e éticas que a regem.

Passada a fase de inserção, o comércio continua exercendo função primordial no convívio diário dos imigrantes, ao proporcionar-lhes meios de mantê-los relacionados à sua cultura, mesmo de seu país de origem. Nesse sentido, a autora sustenta que:

[...] é através do ‘comércio étnico’ que os imigrantes podem atualizar suas práticas culturais de origem, fundi-las com elementos de seu novo cotidiano e com os demais sistemas culturais, étnicos e religiosos existentes, permitindo assim uma socialização menos dolorosa, com menos perdas afetivas (GOMES, 2002, p.9).

Em um espaço marcadamente cosmopolita, as normas de convivência anteriormente mencionadas assumem a função de mediar o convívio que permitirá (ou não) a formação de

vínculos relativamente estáveis entre o estrangeiro e os habitantes do bairro e a sociedade parisiense no geral. Segundo Montandon (2003, p.132), “a relação interpessoal instaurada implica uma relação, um elo social, valores de solidariedade e de sociabilidade”.

Apesar de o objetivo da hospitalidade ser sempre o estabelecimento da paz entre as partes, ele não é necessariamente atingido. Camargo (2008, p.27) entende que hospitalidade seja “toda forma de encontro entre alguém que recebe e alguém que é recebido, mesmo que aquilo que se passe nesse encontro não mereça o adjetivo hospitaleiro”. Ao refletir sobre a cidade de São Paulo, Bastos, Bueno e Salles (2008, p.105) abordam a hospitalidade “no sentido de uma abertura para a alteridade, enquanto o primeiro grau de compromisso e de alianças que ampliam, fortalecem ou rompem vínculos sociais”.

A abertura para o estrangeiro e a acolhida harmoniosa pela sociedade local não representam o resultado óbvio de um encontro da cena hospitaleira. Sabe-se que a inospitalidade, isto é, a ausência de hospitalidade ou não acolhimento, pode ser ainda menos doloroso do que a hostilidade, que se mostra como uma atitude mais agressiva, muitas vezes enfrentada por migrantes de uma forma geral. Camargo (2004) lembra que na hospitalidade de migrantes, o hóspede é o necessitado, o que implica que fique totalmente a mercê de seu anfitrião (país ou cidade), e da forma como será recebido. Muitos são os casos de preconceito, daqueles que sofrem com o estereótipo e estigma de serem estrangeiros e migrantes.

Na realidade, a abertura do país ou cidade para o migrante já é restrita pelas políticas migratórias estabelecidas por cada local, que por si só, dependendo de suas condições, já podem ser compreendidas até como uma forma de preconceito e repulsa. Percebe-se que quando se trata de migrações contemporâneas, a questão do acolhimento não é sempre norteada pela ética da hospitalidade. No geral, o migrante bem recebido é aquele que oferece ao local que o acolhe suas melhores retribuições por poder permanecer no espaço que não é seu. Oferece sua mão-de-obra. Mas é claro, que o migrante traz consigo muito mais do que sua força de trabalho, ele traz seus hábitos e seus costumes, que deverão de alguma forma moldar-se ao novo tempo e espaço.

O resultado dessa mobilidade de pessoas e culturas é traduzido no estilo de vida de muitas das grandes cidades do mundo. Cidades cosmopolitas que ganham pitadas de cores diversas que representam um sem-número de comunidades e etnias. Mas será que a sociedade receptora está sempre preparada para receber os migrantes? Será que são vistos de forma positiva? Godbout (2003, p.7) chama a atenção para o seguinte fato: “o imigrante traz também sua cultura. [...] É uma dádiva para a sociedade acolhedora. Mas nem sempre uma dádiva é bem recebida – a sociedade acolhedora poderia não ter gostado dessa mistura de cores [...]”.

O migrante que chega à nova terra para ficar, segundo Bastos, Bueno e Salles (2010a, p.5) traz, além de sua cultura, “seu modo de ser e condições psicológicas particulares em razão das rupturas com suas raízes”. Por esses motivos, para que o estrangeiro seja inserido na nova cultura, se faz necessário que ele se esforce em aprender os novos códigos culturais que orientam a conduta da sociedade acolhedora e, portanto, para que se compreenda o acolhimento de imigrantes como estudo, deve-se identificar primeiramente o lugar que o migrante ocupa no tecido social (BASTOS; BUENO; SALLES, 2010a).

Nesse cenário é válido mencionar o conceito de lugar de hospitalidade estudado por Isabel Baptista, que analisa os lugares de interação e relação interpessoal sob a ótica da hospitalidade, no sentido de “instituir linhas de proximidade que ajudem a consolidar uma geografia desenhada à medida da humanidade do homem” (BAPTISTA, 2005, p.11). Isso quer dizer que se busca uma forma mais humana, mais respeitosa de se relacionar. Nas palavras de Baptista (2008, p.14), os lugares de hospitalidades “são lugares de urbanidade, de cortesia cívica, de responsabilidade e de bondade. São lugares nossos que convidam à entrada do outro numa oferta de acolhimento, refúgio, alimento, ajuda ou conforto”.

Promovendo maior sociabilidade, a presença humana investe os lugares habitados de densidade antropológica, exaltando as manifestações individuais e culturais daqueles que compartilham o espaço. Cada indivíduo tem a oportunidade de experimentar a vida em contato direto com outras pessoas que têm diferentes repertórios e histórias de vida. Nesses locais, Baptista (2002, p.159) acredita que a hospitalidade que ali se instaura:

[...] constitui sempre uma experiência de exposição e de vulnerabilidade. Mas isso não significa passividade ou indiferença. Na relação de hospitalidade, a consciência recebe o que vem de fora com a deferência e a cortesia que são devidas a um hóspede, oferecendo-lhe o seu melhor sem, no entanto, desrespeitar sua condição de outro.

A autora vai mais a fundo ao acreditar que apesar de não ser possível a completa aproximação e compreensão do universo de cada indivíduo, o processo aqui chamado de hospitalidade, em que se busca o estreitamento dos laços de proximidade, permite a valorização do relacionamento interpessoal por meio de práticas de cidadania e respeito. Nesse sentido, são delimitadas noções temporais e espaciais para que se promovam tais práticas, que tornem possível a aventura de tentar compreender um universo completamente alheio a qualquer indivíduo – o outro.

Assim, evidencia-se a relevância do estudo dos lugares de hospitalidade, onde “o outro” e “o autóctone” tem a possibilidade de se aproximarem pacificamente, de forma a

aceitarem a si próprios e o que vem de fora. Baptista (2005) fala em uma geografia de proximidade humana, na qual se pensa na delimitação do espaço em que se instauram atitudes de hospitalidade.

Os lugares de hospitalidade são propícios para a boa aceitação e manutenção de práticas culturais diversas, já que é um ambiente de tolerância e acolhimento onde se promove a sociabilidade daqueles que compartilham o espaço. Mais do que isso, Baptista (2008, p.14) chama a atenção ao fato de que “os lugares de hospitalidade são lugares de pertença e de posse, são lugares de autoctonia e de afirmação identitária”.

Nesta pesquisa, concentrar-se-á nas relações sociais estabelecidas dentro da comunidade coreana, entre eles e outros grupos étnicos, e também entre eles e a sociedade paulistana como um todo. Como pano de fundo dessas trocas está o bairro do Bom Retiro na cidade de São Paulo.

Sabe-se, contudo, que as relações sociais travadas entre os próprios membros da comunidade coreana, assim como as relações existentes entre eles e outros grupos não é essencialmente harmoniosa como na definição de lugares de hospitalidade. Estuda-se aqui a possibilidade da existência de relações sociais saudáveis. Não é discutido neste trabalho, conflitos em evidência na mídia (como a possível relação de contratação de mão-de-obra ilegal boliviana por coreanos, e qualquer outra ocorrência de maus tratos).

## **1.4 Patrimônio Cultural**

[...] uma paisagem é um recorte da natureza organizada pelo olhar e, no caso da cidade, reveladora da apropriação social do território. [...] as paisagens são também culturais, ou seja, carregadas do simbólico. [...] nós ‘veremos’ para além daquilo que é visto. Por uma operação mental, reconstituímos espaços, atores, práticas. Uma cidade invisível? Nem tanto. Chegamos, pois, ao chamado patrimônio imaterial (PESAVENTO, 2007a, p.5).

Ao buscar a territorialização dos coreanos na cidade de São Paulo, inicialmente não parece tão evidente a presença desse grupo na capital paulista. É possível notar que há coreanos vivendo na cidade e convivendo entre si e com outros grupos, mas não se percebe tão fortemente a influência coreana na “camada estética” da paisagem. Mesmo para aquele que circula pelas ruas do Bom Retiro, não é óbvia à primeira vista a influência coreana na



materialidade. Para o observador mais ávido, algumas faixadas de estabelecimentos comerciais e de instituições culturais e religiosas podem ser uma dica de que há na região uma concentração coreana. Mas que de qualquer forma, só aquele que realmente tiver mais conhecimento sobre o bairro entenderia a grande influência coreana no Bom Retiro.

A vitalidade e a dinâmica atual do bairro são em grande parte resultado do investimento no espaço que talvez mais represente o ser coreano no Brasil. A partir de então percebe-se o legado construído e ainda existente no Bom Retiro que representa de diversas maneiras o grupo étnico em questão. Ali está um grande “acervo” do patrimônio cultural imaterial coreano.

Mesmo figurando na Legislação Brasileira de 1988<sup>5</sup> a afirmação de que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”, foi somente em agosto de 2000 que o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial foi instituído com o objetivo de “[viabilizar] projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural”. Nesse sentido, vale referenciar Sant’Anna (2009, p. 55) ao discorrer sobre a importância do registro da memória de bens culturais:

Como processos culturais dinâmicos, as referidas manifestações implicam uma concepção de preservação diversa daquela da prática ocidental, não podendo ser fundada em seus conceitos de permanência e autenticidade. Os bens culturais de natureza imaterial são dotados de uma dinâmica de desenvolvimento e transformação que não cabe nesses conceitos, sendo mais importante, nesses casos, registro e documentação do que intervenção, restauração e conservação.

Com o objetivo de promover a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>6</sup>, por meio do Decreto 3.551/2000 (mencionado acima), estabeleceu o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), que além da salvaguarda, também propõe a implementação de políticas públicas e registro dessas referências culturais.

No caso do registro de bens, o Decreto em questão exige a inscrição do bem em um dos quatro livros, sendo eles: Livro dos Saberes, no qual são inscritos “conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades”; Livro das Celebrações, no qual

---

<sup>5</sup> Artigo 216 (BRASIL, 1988).

<sup>6</sup> Na década de 1970 ocorre a alteração da denominação do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

são inscritos “rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social”; Livro das Fontes de Expressão, no qual são inscritas “manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e finalmente o Livro de Lugares, no qual são inscritos “mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas”.

O bem que levar o título de Patrimônio Cultural do Brasil será acompanhado pelo IPHAN pelo menos a cada dez anos, para que seja feita a reavaliação do título, já que se trata de referências sujeitas a transformações constantes.

A medida tomada no intuito de valorizar o repertório intangível do patrimônio cultural veio trazer luz ao pensamento conservador, elitista, ocidental e até mesmo eurocêntrico dos meios de preservação até então existentes, que baseados no paradoxo da imutabilidade do patrimônio, “[contrapunham-se] à noção de mudança ou transformação, e [centravam] a atenção mais no objeto e menos nos sentidos que lhe são atribuídos ao longo do tempo” (FONSECA, 2009, p.66). Evidenciava-se o caráter excludente do discurso preservacionista do patrimônio de um país com tamanha diversidade social e cultural.

A apropriação e o pertencimento são meios naturais de preservação pela própria comunidade, e formação de identidade coletiva. Nesse sentido, seria necessário que todos os grupos sociais pertencentes à nação se reconhecessem nesse repertório de representações culturais.

No caso brasileiro, a contribuição estrangeira imigrante na produção do nacional é inegável. No âmbito da arquitetura como patrimônio edificado em São Paulo, Lemos (2009) cita o exemplo do saber trazido pelos imigrantes italianos na construção em alvenaria que viria a substituir a São Paulo de taipa.

Assim, apoiado na noção de “patrimônio transnacional”, Gonçalves (2009, p.30) diz ser possível “[...] identificar estruturas espaciais, objetos, alimentos, rezas, mitos, rituais nessa categoria. Mas é preciso não naturalizá-la e impor àquele conjunto um significado peculiar e estranho ao ponto de vista nativo”.

Nesse contexto, pensar o patrimônio relativo aos imigrantes é inicialmente pensar em patrimônio imaterial, tendo em vista que ao deixar seu país de origem, esses bravos cidadãos do mundo abrem mão da materialidade da sua cultura e trazem consigo todo seu repertório intangível, como o saber, a técnica, o modo de pensar e agir. Ao se estabelecerem em suas novas terras, os imigrantes vão refazer suas vidas mesclando o seu saber “nativo” com aquele do local que o acolhe, para formar uma nova materialidade ou cenário que permite a existência dessas práticas culturais, aqui tratadas como patrimônio cultural imaterial.

Ao sair da Coreia, o imigrante que se estabelece no Brasil traz consigo, por exemplo, seus conhecimentos culinários passados de geração a geração no país de origem, e aqui irá, apesar da busca pelo “original”, adaptar-se aos ingredientes disponíveis e ao gosto das gerações já nascidas no Brasil, assim como acontece com as variações no idioma. Será que por isso, o coreano falado aqui deixa de ser coreano? Como se chamaria essa variação? O objetivo não seria classificá-lo de forma a agregar ou depreciá-lo de valor, mas sim, de percebê-lo como forma de expressão da cultura coreana imigrante no Brasil, que por sua vez contribui para a formação da identidade nacional contemporânea.

Não só por meio de processos migratórios que se consegue essa mescla do que se entende como patrimônio cultural de uma nação, mas também pela facilidade dos meios de comunicação cada vez mais acessíveis e difusos. A esse respeito, Canclini (1994, p.95) sugere que “os processos de urbanização, industrialização e massificação da cultura, as migrações e a transnacionalização dos bens materiais e simbólicos, a globalização e as formas de integração econômica exigem a redefinição do que hoje podemos entender por nação”.

O fenômeno, tratado por hibridação, é o exemplo da identidade nacional brasileira. Ao referir-se à ideia de identidade nacional, Hall (2003, p.62) afirma que na atualidade não se pode falar de “um único povo”, mas de híbridos culturais, já que segundo o autor, na Europa Ocidental, e para o Brasil estende-se essa noção, “não tem qualquer nação que seja composta de apenas um único povo, uma única cultura ou etnia”.

Sendo assim, ao pensar no patrimônio cultural imaterial, e em processos migratórios, convergem-se as ideias de que ambos são reconhecidos por Gonçalves (2009) e Sayad (1998), respectivamente, como fatos sociais totais, que lhes garantem a totalidade de participação nos âmbitos da sociedade, em seu funcionamento e sua estrutura.

Pode-se ainda, arrolar uma série de discussões relevantes que permeiam o campo de estudo do patrimônio intangível. Primordialmente, há a dúvida de distinguir o patrimônio material do imaterial, ou mesmo a separação de ambas, como ilustrado por Oliven (2009, p.81) quando diz que “as propriedades químicas da água benta e da água comum são as mesmas; entretanto, a primeira água, ao contrário da segunda, tem poder sagrado, que lhe foi conferido pela Igreja. [...] A comida é material, mas a culinária é imaterial”.

Ainda mais além, pode-se questionar a caráter material até mesmo do imaterial, já que o saber e o conhecimento, muitas vezes, são impressos em objetos e lugares. A materialidade do saber pode ser temporária ou permanente. A comida é prontamente consumida, e logo o que resta volta a ser o conhecimento da receita, porém, a técnica de construção permanece “sacralizada” na sua forma material.

A questão da (de)sacralização do patrimônio é também um ponto de argumentação. Alguns sustentam que ao mesmo tempo em que o reconhecimento do imaterial veio dar representatividade à produção e manifestação popular e das minorias, outros apoiam a ideia de que tal medida poderá levar a banalização do patrimônio, já que dessa maneira, seria possível reconhecer qualquer coisa como patrimônio, uma vez que seja uma expressão cultural.

O valor da discussão sobre o tema, método e sua aplicabilidade, é a reflexão por parte dos envolvidos na questão patrimonial. No entanto, entre todas as abordagens acima citadas, vale reforçar a ideia de que qualquer metodologia de análise e produção de registros deve contar com o envolvimento da sociedade na decisão daquilo que será “consagrado” referência cultural, e também a gestão do mesmo, já que a identidade é criada na relação do uso que lhe dá sentido.

## 2 IMIGRAÇÃO COREANA NO BRASIL

Para a realização desta pesquisa buscou-se inicialmente fazer um levantamento bibliográfico sobre imigração coreana no Brasil e constatou-se que poucas eram as publicações brasileiras que tratavam do tema. Utilizou-se, de forma a contribuir para uma melhor compreensão global do tema, literatura produzida nos Estados Unidos, na Argentina e também na Coreia. Infelizmente, certos textos disponíveis somente no idioma coreano não puderam ser considerados nesta análise.

No Brasil, o único trabalho acadêmico dedicado exclusivamente ao estudo desse grupo imigratório é a dissertação da coreana Choi defendida na Universidade de São Paulo em 1991. A autora (CHOI, 1991) escreveu cinco anos mais tarde um artigo que sintetiza a sua extensa pesquisa de mestrado, e apresenta uma interessante classificação dos períodos da imigração.

Não mais abordando especialmente o processo imigratório, mas também (ou principalmente) os imigrantes e a comunidade coreana no Brasil, encontraram-se alguns outros trabalhos que contemplam análises mais ligadas ao campo sociológico e antropológico, como é o caso das dissertações de Kang (1993) intitulada “Socialização de jovens coreanos”, de Araújo (2005), sobre os missionários protestantes coreanos na periferia de São Paulo, e a de Won (2005), sobre as mulheres coreanas no Brasil e na Coreia. Ainda produzidos no Brasil, o almanaque sobre a comunidade coreana escrito por Kim (2008) ajudou a nortear a pesquisa sobre a comunidade coreana em São Paulo, sobre a questão do patrimônio, assim como a mapear as instituições e estabelecimentos coreanos em São Paulo. E por fim, teve-se acesso ao material produzido por alguns brasileiros em conjunto com o Grupo de Estudos Coreanos da *University of California* (UCLA).

Justamente por meio da produção deste grupo foram encontradas relevantes pesquisas nas universidades argentinas e norte-americanas, como é o caso dos trabalhos das argentinas Mera (1998; 2005) sobre diáspora coreana na América Latina e imigração coreana em Buenos Aires, e Courtis (2000) sobre construções de alteridade no caso da comunidade coreana portenha. Também foi significativa a contribuição da coreana-americana Park (1997; 1999; 2009) com diversos trabalhos sobre imigração coreana nos Estados Unidos e na América Latina.

Na Coreia há uma produção relevante sobre emigração para as Américas, no entanto, a maioria encontra-se somente em coreano. Utilizaram-se alguns artigos produzidos por

estudiosos de universidades coreanas em inglês como é o caso do artigo de Joo (2007) sobre a imigração de retorno de coreanos estabelecidos no Brasil.

É nesse contexto que se buscou por meio de pesquisa bibliográfica e de campo analisar a literatura existente, e contribuir para uma extensão das pesquisas sobre a imigração e a comunidade coreana no Brasil. Este capítulo inclui também a análise de dados de chegada de imigrantes na Hospedaria do Imigrante em São Paulo e dados censitários do IBGE com o objetivo de complementar as informações trazidas pela literatura bastante reduzida sobre imigração coreana existente no Brasil.

## 2.1 O processo imigratório

Desde o início das primeiras levas emigratórias significantes de coreanos na década de 1860 para a região da Manchúria, na China, a península da Coreia viu milhões de habitantes deixarem sua terra natal em busca de melhores condições de vida. No que se refere à imigração coreana na América do Sul, especialmente no Brasil, pensa-se no período de migração Pós-Guerra da Coreia.

De acordo com Choi (1991), após longos séculos como estado tributário chinês, a Coreia é ocupada pelo Japão em 1910, e passa a ser colônia deste país até a sua rendição na Segunda Guerra Mundial, em 1945. Durante esse período colonial, as regiões rurais na Península Coreana foram ocupadas pelos japoneses com o objetivo de explorar a agricultura, forçando assim, a saída de um grande número de coreanos do campo, os quais se estabeleceram em situações de pobreza na cidade (KWON, 1997). Com o fim da Segunda Grande Guerra e a derrota do Japão houve uma onda de repatriação de coreanos do Japão piorando ainda mais o problema da alta demografia na Península. De acordo com Kwon (1997, p.6 - tradução livre), “era estimado que mais de 1.4 milhões de coreanos, ou 70% dos coreanos, foram repatriados para a Coreia do Japão, e entre eles, 1.35 milhões foram para a Coreia do Sul”<sup>7</sup>. Soo (1981 apud MERA, 2005) afirma que um total de 2.3 milhões de coreanos retornaram para a Coreia do Sul após a Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>7</sup> “It was estimated that more than 1.4 million Koreans, or 70% of Koreans, were repatriated to Korea from Japan, and among them, 1.35 million entered South Korea (KWON, 1997, p. 6)”.

Passados anos de subdesenvolvimento, a Península Coreana apresentava-se apenas como ponto estratégico disputado pelo norte comunista, ocupado pela União Soviética, e pelo sul capitalista, ocupado pelos Estados Unidos. O rompimento das relações comerciais com o Japão e a impossibilidade de desenvolvimento econômico de um país dividido e governado por interesses externos eclodiu na Guerra da Coreia (1950-1953), que dividiu oficialmente o país em Norte e Sul. Com a diminuição dos subsídios norte-americanos no final da década de 1950, a economia sul-coreana entra em crise, e leva a população à insatisfação geral com seus governantes, culminando em uma série de revoltas que finalizaram na Revolução Militar de 1961.

Com o objetivo de solucionar alguns dos problemas sociais do país, o governo militar adota as primeiras políticas emigratórias do país. “Em 1962 o governo sul-coreano implementa uma lei emigratória que incentiva a emigração como forma de controle populacional, diminuição de desemprego, ganho de moeda estrangeira e aquisição de conhecimento de tecnologias avançadas”<sup>8</sup> (KIM, 1981, p. 52-53; LIGHT, BONACICH 1988, p. 103 apud PARK, 1997, p.15 – tradução livre).

Dentre os motivos da emigração por parte da população, notou-se que a presença norte-americana na Coreia empobrecida do pós-guerra causou o fenômeno chamado por Park (1997) de *American Fever*, ou a Febre Americana, caracterizada pela ambição do estilo de vida ocidentalizado e capitalista norte-americano. Nesse mesmo sentido, Choi (1996, p.234) diz que terminada a Segunda Guerra Mundial, “[...] o povo coreano passou a considerar o padrão e o estágio de desenvolvimento norte-americano como a meta a ser atingida, ampliando tal visão para todo o Ocidente, sentindo-se incentivado a emigrar”. No sentido de ilustrar o impacto da “febre americana” na população coreana no pós-guerra, vale citar Park (1997, p.29 – tradução livre):

Diversos depoentes contam histórias similares a esta: “Sem nenhum pensamento profundo, eu estava simplesmente determinada em ir para os Estados Unidos. Contavam-me sempre que os Estados Unidos era um país maravilhoso e lindo, cheio de ouro, realmente um paraíso neste mundo. Em uma palavra, eu tinha a febre americana”. A febre americana na Coreia é uma doença. Ela é contagiosa e se espalha. As pessoas chamam aqueles que tem a febre de fantasmas, possuídas pelo espírito ocidental. A febre americana é mais do que interesse na cultura americana. É um complexo cultural de ânsia por bem-estar político, econômico, social e cultural,

---

<sup>8</sup> “In 1962 the South Korean government passed an overseas emigration law to encourage emigration as a means of controlling population, alleviating unemployment, earning foreign exchange, and acquiring knowledge of advanced technology (KIM, 198; LIGHT, BONACICH 1988, apud PARK, 1997, p.15)”.

identificados com a sociedade americana. A única cura esta na saída para os Estados Unidos.<sup>9</sup>

É interessante lembrar também que a rápida urbanização e o desenvolvimento industrial resultado do investimento norte-americano no país levaram muitas pessoas a deixar o campo e seu passado agrário, acelerando consideravelmente o aumento da classe operária sul-coreana (PARK, 1997). Pelo mesmo motivo, notou-se o crescimento de uma nova classe média que em 1988 passou a contar como 20% de toda a mão-de-obra nacional, contra apenas 7% na década de 1960, de acordo com Park (1997). A formação dessa nova classe média sul-coreana levou também à formação em massa de profissionais que o próprio país não tinha condição de absorver, acarretando em uma fuga de cérebros em busca de melhores salários e condição de vida.

Nesse contexto, além das tensões entre o Norte e o Sul continuarem a afugentar muitos coreanos que temiam instabilidade política, e até mesmo uma nova guerra, a autora afirma que “[...] muitos emigrantes deixaram a Coreia em busca de mobilidade e modernidade, e sentiram que essas aspirações poderiam ser alcançadas mais facilmente no mercado de trabalho norte-americano”<sup>10</sup> (PARK, 1997, p.14).

Apesar de em muitos casos o objetivo de emigrar para o Brasil ou qualquer outro país sul-americano ser apenas o primeiro passo para a tão almejada imigração para os EUA, de acordo com os entrevistados, o Brasil nas décadas de 1960 e 1970 era mais bem desenvolvido econômica e industrialmente que a Coreia. Alguns entrevistados desta pesquisa mencionam que se surpreenderam ao chegar ao Brasil e ver que muitas pessoas tinham em suas casas fogão, geladeira e televisão, bastante diferente da realidade que conheciam na Coreia.

Choi (1991) ainda menciona que em vista da dificuldade de emigrar para os Estados Unidos, somam-se também aos motivos até agora citados os fatos de o Brasil “[apresentar] àquela altura baixa densidade demográfica e um vasto território”, e que na época dessa onda mais recente de emigração coreana “[...] publicaram-se muitos artigos no Japão sobre o êxito dos emigrantes japoneses no Brasil”.

---

<sup>9</sup> “Several informants told stories similar to this one: “Without any deep thought, I was just eager to go to America. I was told again and again that America is a wonderful and beautiful country, full of gold, indeed a paradise in this world. In a word, I had the American fever”. American fever in Korea is like a sickness. It is contagious, and it spreads. People call those gripped by this fever ghosts, being eaten and possessed by the Western spirit. American fever is more than interest in American culture. It is a cultural complex of longing for political, economic, social, and cultural well-being, all identified with U.S. society. The only cure lies in leaving for the United States (PARK, 1997, p.29)”.

<sup>10</sup> “Many emigrants left Korea in pursuit of mobility and modernity and felt that these aspirations could be better achieved in the American labor market (PARK, 1997, p.14)”.



Finalmente, entende-se também como motivo para imigração coreana, a reunificação familiar, principalmente dos emigrantes das décadas de 1970-1980, quando o processo migratório legal já havia sido encerrado oficialmente no Brasil. De acordo com Park (1997, p.34 – tradução livre), “[...] a cultura coreana dá muito valor aos vínculos familiares. Por exemplo, se um chefe de família decide migrar, é esperado que cada membro da família siga-o, independente da idade, especialmente se esta pessoa não for casada.”<sup>11</sup>

Nota-se dessa forma que, seja lá o motivo particular ou o destino do emigrante coreano Pós-Guerra da Coreia, a busca por estabilidade política e econômica, assim como mobilidade social, são forças comuns que os levaram a deixar seu país.

Choi (1996) classificou o processo de imigração coreana no Brasil em cinco fases, sendo elas: fase pré-imigratória (1910-1956), fase de imigração semioficial (1962), fase de imigração oficial (1963-1971), fase clandestina (1972-1980) e fase de imigração em cadeia (1980 em diante).

Essa primeira fase, denominada pré-imigratória, constitui-se de dois principais grupos, os coreanos naturalizados japoneses que vieram para o Brasil junto com as levadas de imigrantes japoneses, e um grupo de aproximadamente 52 norte-coreanos anticomunistas ex-prisioneiros da Guerra da Coreia, que ao serem libertados não quiseram retornar à sua terra natal e foram então encaminhados para a Índia, país neutro naquela época, e posteriormente reemigraram para o Brasil em 1956. Não se sabe ao certo o número de coreanos naturalizados japoneses que desembarcaram no Brasil, principalmente porque eram obrigados a adotar um nome japonês.

Em 1962, após diálogos que deram início às relações diplomáticas entre Brasil e Coreia, chegaram ao Brasil 14 membros da Sociedade Cultural Coreia-Brasil, com o objetivo de “acertar alguns detalhes importantes da emigração, como adquirir terras e construir moradias para os primeiros imigrantes oficiais” (CHOI, 1991, p. 38).

A terceira fase, chamada por Choi (1996) de imigração oficial, foi quando se registrou pela primeira vez um número grande de emigrantes coreanos com o intuito inicial de se estabelecer em áreas rurais, para trabalhar na agricultura. Esse primeiro grupo formado por 103 pessoas possuía bom nível educacional e tiveram que dispensar de quantia razoável de dinheiro para emigrar, tendo em vista que além de terem vindo com certo capital para ser

---

<sup>11</sup> “Korean culture puts much emphasis on family bonds. For example, if a household head decides to migrate, each family member is supposed to follow, no matter how old he or she is, especially if the person is unmarried (PARK, 1997, p.34).”

investido aqui, ainda tiveram que arcar com uma série de despesas burocráticas para conseguirem o visto.

Os emigrantes desse grupo, ou seja, a primeira leva oficial, foram vítimas de tentativa de fraude, na qual as terras que alguns já haviam até iniciado a pagar eram impróprias para o cultivo. Nesse caso, o governo brasileiro permitiu que adquirissem novas terras. Sendo assim, após terem permanecido por três meses na Hospedaria do Imigrante em São Paulo, alguns conseguiram comprar ou alugar novas terras, e aqueles que possuíam menos capital, tornaram-se funcionários de outras fazendas ou da indústria automobilística (CHOI, 1991).

Tendo vindo para o Brasil apenas com visto de turista, assim que os membros dessa primeira leva conseguiram regularizar seus vistos de permanência, pôde-se dar início à vinda de seus familiares. Passados nove meses, chega a segunda leva de imigrantes coreanos no porto de Santos, em 1963.

Mesmo após as tentativas não muito bem sucedidas de estabelecimento na agricultura, três outras levas até 1966, que somaram mais de 1.000 coreanos, chegaram a tentar a vida no campo. A terceira leva dirigiu-se diretamente para uma fazenda no Estado do Espírito Santo, na qual a maioria das famílias não conseguiu permanecer por dificuldades de trabalhar a terra, alegando serem impróprias para cultivo.

A quarta leva oficial, organizada por um ex-membro da Primeira Delegação Cultural, chegou em 1964, já com objetivos muito diversos. Mesmo tendo que pagar parte das terras que supostamente cultivariam no Brasil, esses imigrantes tinham o único objetivo de deixar a Coreia, “[...] esgotados com a instabilidade sócio-política e econômica vigente na Península[...]” (CHOI, 1991, p.62). A autora ainda afirma que “[...] os valores adiantados na Coreia, como pagamento para a aquisição de terras, na realidade, serviram apenas para adquirirem o direito de entrar em território brasileiro [...]” (CHOI, 1991, p.62). Entre os membros dessa leva, alguns seguiram para fazendas onde já se encontravam coreanos, e muitos se dispersaram nas cidades do Rio de Janeiro, e principalmente, São Paulo.

Finalmente, a quinta e última leva oficial de imigrantes coreanos ocorreu em três momentos do ano de 1966, e foi organizada pela Igreja Católica. Todas as 514 pessoas que integravam essa leva foram levadas para uma fazenda no Paraná.

O insucesso da inserção do imigrante coreano na agricultura foi notado por alguns motivos, entre eles, o fato de a maioria dessas pessoas não ter nenhuma experiência agrícola, somado à tentação de conseguir êxito em uma metrópole em franco desenvolvimento como São Paulo, trabalhando no comércio como muitos já faziam na Coreia. A esse respeito, Choi (1991, p. 79) discorre:

Chegando ao Brasil, verificou-se que os coreanos que haviam se dirigido para a zona rural, após três anos, em média, cerca de 90% deles haviam mudado para a cidade de São Paulo, que, na época, os atraía, pois estava em pleno crescimento industrial. São Paulo abrigava imigrantes de diferentes países, e o crescimento anual de sua população era superior à casa de 300.000 pessoas, o que permitia melhores condições de vida.

Percebe-se que as entradas entre os anos de 1966 e 1972 constituem-se daqueles que conseguem visto por já terem vínculos de parentesco com imigrantes aqui estabelecidos, ou por conta de contratos de serviço como técnicos, como é o caso de muitos engenheiros. Uma possível explicação é o fato do Brasil ter imposto restrições mais severas à imigração coreana por conta de todo o histórico da entrada de milhares de coreanos no país não ter prosseguido conforme planejado.

No entanto, ao fechar as portas para os imigrantes legais, o Brasil continua a receber grandes contingentes de coreanos, que entram no país via Bolívia e Paraguai, principalmente. Inicia-se então a quarta fase da imigração coreana, denominada por Choi (1996) clandestina. Nesse caso, a maioria dos imigrantes já tinha algum contato no Brasil, com quem já se relacionariam diretamente ao chegar. A igreja teve grande importância no acolhimento dessa onda de coreanos, que assim como aqueles que já haviam se estabelecido na cidade por conta própria anteriormente, viviam em condições muito precárias, sem contar o fato de serem indocumentados e estarem privados de todos os direitos de um cidadão.

Para finalizar a divisão por fases da imigração, a quinta e última, chamada de período de imigração em cadeia, abarca o contingente de coreanos que vem para o Brasil em resposta a convites de familiares que já residiam aqui. A Entrevistada 7, que chegou ainda criança, diz que membros da sua família imigraram para o Brasil na década de 1960, depois outra parcela de familiares veio na década de 1970 por chamada dos primeiros, e ela e seus pais chegaram em 1984, que por sua vez, convidaram também mais duas famílias. Truzzi (2008) percebe que cadeias migratórias são bastante caracterizadas pelo envolvimento de famílias, e de acordo com os contatos já estabelecidos com os “pioneiros”, era definido para onde os imigrantes iriam, onde trabalhariam, residiriam e com quem podiam ou queriam estabelecer relações sociais. Interessa mostrar que o autor sugere que havia também uma preferência pela idade de emigração, ou seja, no caso de imigração em cadeia, muitas famílias emigravam “quando a relação entre bocas para alimentar e braços para trabalhar era favorável, isto é, quando os filhos estão entrando na adolescência” (TRUZZI, 2008, p.204).

A década de 1970 é marcada também pela entrada de um fluxo significativo de coreanos com mão de obra técnica e qualificada para suprir as necessidades do mercado brasileiro em expansão.

Concomitantemente, um grande número de clandestinos continuava a ingressar no país vindo de outros países sul-americanos ou entrando com visto de turista e permanecendo sem regularizar sua situação. Dados da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) contemplados nos anuários estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atestam a entrada de 32.193 turistas coreanos entre os anos 1972 e 1989, dos quais não se pode saber exatamente se estabeleceram-se aqui regularizados ou não, se continuaram no caminho imigratório para outros destinos ou se estavam realmente apenas em visita. Tendo em vista que as relações diplomáticas, políticas e econômicas entre Brasil e Coreia se intensificaram principalmente a partir do final da década de 1980, e que as maiores corporações coreanas, como Hyundai e LG fixaram-se no Brasil somente na década de 1990, pode-se inferir que é possível que uma expressiva parte do número de entrada de turistas acima mencionada seja de coreanos que intencionavam emigrar da Coreia.

A questão da clandestinidade é sempre difícil de ser tratada numericamente, em vista da impossibilidade de quantificação por órgãos governamentais que costumam ter registros de tais dados. Diante disso, trabalha-se apenas com hipóteses e estimativas. Uma possibilidade de chegar próximo a um número (ainda assim impreciso<sup>12</sup>) é a apreciação dos números de indivíduos anistiados por leis de regularização.

Milesi<sup>13</sup> (2009, p.2) traz informações a respeito desse processo:

A Regularização permite ao estrangeiro em situação de clandestinidade ou em indocumentados requerer residência provisória com isenção das penalidades decorrentes de sua situação de estada irregular no País. No Brasil, a partir da Lei 6815/80, já se efetivaram regularizações de estrangeiros em [quatro] oportunidades - em 1981, em 1988 e em 1998 – e agora, 04 de junho [2009].

A esse respeito Milesi (2009) explica que é considerado em estado irregular aquele estrangeiro que excede o tempo a ele concedido na sua permissão de entrada, ou aquele que adentra o país ultrapassando a fronteira sem fiscalização, e ambos estão sujeitos à

---

<sup>12</sup> Milesi e Andrade (2009, p.6) afirmam que “o número de regularizados sempre esteve bem abaixo do que se supõe sejam os estrangeiros em condição irregular no Brasil. Um fator limitador no tocante à adesão à anistia é, em geral, o excesso de burocracia, além da falta de divulgação e esclarecimentos sobre o conteúdo da lei e o custo das taxas”.

<sup>13</sup> Advogada, Religiosa Scalabriniana, Mestre em Migrações, Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH).

penalização, que varia de pagamento de multa a deportação. A autora mostra o número de beneficiados apenas pela anistia de 2009, pela qual 1.129 coreanos tiveram suas situações regularizadas, de um total de 42.999 estrangeiros. Os coreanos aparecem como a quinta nacionalidade mais beneficiada pela lei, atrás apenas dos bolivianos, chineses, peruanos e paraguaios, respectivamente.

Cabe atentar também para as informações (algumas divergentes) expostas por Choi (1991) a esse respeito, que diz que o governo brasileiro concedeu anistia a estrangeiros clandestinos em três ocasiões: em 1969, 1980 e 1988. Fundamentada em outras fontes, a autora afirma que por volta de 1.000 coreanos foram beneficiados pela lei de 1969, e baseado nos dados contemplados na revista *Veja* e no jornal *O Estado de São Paulo*, Choi (1991) comenta que cerca de 4.500 coreanos foram anistiados em 1980. Adicionalmente, Freitas (2003) sustenta que em 1988 foi concedido documento provisório de permanência no país a aproximadamente 4.000 coreanos.

Tendo acesso ou não aos números, sabe-se que a situação de indocumentação dá margem à fragilização do estrangeiro que deve se submeter a tratamentos injustos e condições de vida degradantes em troca da invisibilidade que lhe confere uma sensação ilusória de segurança. São vários os relatos contidos na dissertação de Choi (1991) sobre a vida e as dificuldades enfrentadas pelos coreanos clandestinos em São Paulo.

## **2.2 Perfil dos imigrantes coreanos entrados entre 1956 e 1975**

O perfil do fluxo migratório e dos indivíduos participantes descrito aqui é resultado de pesquisa bibliográfica, juntamente com a análise de banco de dados que reúne informações relativas a 144 imigrantes coreanos entrados no Brasil entre 1956 e 1975, sendo que os números mais representativos são referentes aos anos de 1956 e 1963 (tabela 1), por contemplarem uma porcentagem significativa dos números estimados de entradas encontradas na literatura sobre imigração coreana no Brasil.

No que se refere ao ano 1964 constam no banco de dados informações somente de cinco indivíduos<sup>14</sup>, contrastando com as centenas de imigrantes entrados no mesmo ano de

---

<sup>14</sup> Tratam-se daqueles que se dirigiram à Hospedaria por algum motivo, mas podem ter sido encaminhados diretamente às fazendas ou a empresa, sem necessariamente passar por lá.

acordo com a literatura. Os anos 1973, 1974 e 1975 contemplam a incidência de apenas um indivíduo em cada ano.

Tabela 1: Entrada de coreanos no Brasil (1956-1975).

<b>Ano</b>	<b>Banco de dados</b>	<b>Estimativas da literatura<sup>15</sup></b>
<b>1956</b>	13	50
<b>1962</b>	7	14
<b>1963</b>	116	200
<b>1964</b>	5	600-900
<b>1973</b>	1	-
<b>1974</b>	1	-
<b>1975</b>	1	-
<b>Total</b>	144	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos do Banco de dados (Memorial do Imigrante); Choi (1991); Won (2005)

O banco de dados utilizado foi construído entre 2003 e 2008 por Salles, Sakurai e Paiva durante a realização do projeto “Novos imigrantes: fluxos migratórios e industrialização no Pós Segunda Guerra Mundial 1947-80”, com o apoio do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), numa parceria institucional entre o Memorial do Imigrante e o Núcleo de Estudos de População (NEPO, UNICAMP). O objetivo do projeto então mencionado era analisar a dinâmica dos “novos” fluxos migratórios para São Paulo no período Pós Segunda Guerra Mundial, resultantes dos acordos bilaterais firmados entre o Brasil e outros países, assim como acordos do governo brasileiro com os organismos multilaterais, Organização Internacional Refugiados (OIR/IRO), Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias (CIME) e *Japan Immigration and Colonization* (JAMIC).

Informações sobre o ingresso de 99.659 imigrantes de 74 nacionalidades diferentes, que passaram pela Hospedaria do Imigrante de São Paulo estão contempladas no banco de dados *Access*, organizado em três tabelas para inserção das informações provenientes das seguintes séries documentais custodiadas pelo Memorial do Imigrante/SP: Pedidos de mão-de-obra qualificada (PMOQ); Avisos de chegada de Imigrantes pelo CIME, com a colocação definida no mercado de trabalho em São Paulo (AVC); Avisos de chegada de imigrantes pela JAMIC; Ficha de registros de refugiados e deslocados de guerra; Fichas de registros de imigrantes; *Curricula Vitae* de imigrantes interessados em emigrar para o Brasil; Fichas de

<sup>15</sup> Números aproximados baseados nos estudos de Choi (1991) e Won (2005).

colocação em empresas; e Documentos pessoais. A tabela “principal” contém 45 campos, a tabela “profissão” contempla 6 campos, e a tabela “parentes” compreende 5 campos, cujos dados podem ser consultados pela identificação do imigrante principal.

Os dados contidos no banco de dados podem ser cruzados e sistematizados de inúmeras formas de modo que se possa realizar uma série de diferentes análises, baseadas nos diferentes objetivos do pesquisador. Para este estudo, foram utilizados os seguintes campos: nome, sobrenome, sexo, estado civil, posição familiar, naturalidade, profissão, línguas, procedência, idade, data de chegada ao Brasil, data de chegada à Hospedaria do Imigrante, instituição promotora, origem, destino, meio de transporte, companhia transportadora, residência e observações.

Vale mencionar que o período do Pós Segunda Guerra Mundial é diferente dos outros períodos de entrada de imigrantes no Brasil, pois foi quando se encerrou a política de imigração subsidiada, e se iniciou a imigração espontânea e dirigida (BASTOS; SALLES, 2010). De acordo com Bassanezi (1995), esse período não somente apresentou um volume de entradas menor se comparado a outros momentos da imigração para o Brasil, como também se percebe uma mudança na motivação da vinda de estrangeiros. Com a diminuição da importância da indústria cafeeira, esses novos fluxos de imigrantes chegavam ao Brasil, principalmente à região Sudeste, atraídos pela indústria e pela colonização agrícola. Bassanezi (1995, p. 7) sustenta que:

Este período observou tipos distintos de imigração: a individual, baseada na “chamada por parentes” e na oferta de emprego, a de grupos e cooperativas, que visavam sobretudo a colonização agrícola, e a chamada imigração “dirigida”, isto é, a orientada por organismos internacionais (CIME e Comissão Internacional Católica de Migrações), em convênio com autoridades brasileiras, predominantes a partir de 1952.

Ainda sobre o novo perfil da imigração para o Brasil, em especial sobre a imigração dirigida, Bastos e Salles (2010, p.2) afirmam que do ponto de vista imigratório:

[...] o período do Pós Segunda Guerra Mundial caracteriza-se como a retomada da política imigratória com o Decreto Lei n. 7.967 de 18/09/1945, embora mantendo o sistema de cotas que restringiu a imigração estrangeira na “Era Vargas” desde 1934 [...]. Segundo o Artigo n. 38 desse Decreto, a imigração dirigida ocorre quando o poder público, empresa ou particular promove a introdução de imigrantes, hospedando-os e localizando-os.

Em contraposição à modalidade de imigração dirigida, estava a imigração espontânea, ou como chamada por Bassanezi (1995), imigração individual, que segundo Bastos (2010, p.6) “era viabilizada pelo envio de ‘carta de chamada’ de parentes e/ou de oferta de emprego cujo destinatário responsabilizava-se formalmente, em documento registrado em Cartório no Brasil, pela acomodação e alimentação do imigrante recém-chegado”.

É sabido que no caso dos coreanos, grandes números de imigrantes ingressaram no Brasil de forma espontânea, dificultando assim, a contabilização de um número mais exato de entradas. A disparidade muito evidente nos números de entradas apresentados na literatura e nos números contidos no banco de dados indica, segundo Bastos (2010, p.4), que esses indivíduos “não passaram pela Hospedaria do Imigrante de São Paulo, ou seja, contavam com recursos próprios e com redes de sociabilidade e de acolhimento não oficiais”. Caberia nesse contexto cotejar as informações do banco de dados com outros tipos de informações, como é o caso de dados censitários do IBGE, mas que só contemplam no caso dos coreanos o número de imigrantes entrados no Brasil em caráter permanente do ano 1969 a 1973. Para dificultar ainda mais o objetivo de alcançar um número mais exato de entradas, deve-se considerar as entradas clandestinas via outros países da América do Sul, como Paraguai e Bolívia. Nesse sentido, tentou-se buscar sem êxito junto ao Ministério da Justiça e a Polícia Federal acesso aos números de coreanos beneficiados pelas políticas de regularização de estrangeiros que se encontravam irregularmente no Brasil (anistia) ocorridas desde a década de 1960.

Nota-se que mesmo no período imigratório em questão, os estrangeiros que chegavam ao Brasil continuavam a seguir o padrão de se concentrar primordialmente no Estado de São Paulo e em seguida no Estado do Rio de Janeiro, ou seja, nas áreas que viviam mais intensamente os processos de urbanização e industrialização. A tabela 2 evidencia que entre as décadas de 1950 e 1980, aproximadamente 57% da população estrangeira no Brasil vivia no Estado de São Paulo.

Tabela 2: População brasileira, paulista e estrangeira nos Censos de 1950, 1970 e 1980

Censos	População brasileira	População estrangeira Brasil	% População estrangeira no Brasil	População São Paulo	População estrangeira São Paulo	% População Estrangeira São Paulo	% População Estrangeira Brasil em São Paulo
1950	50.730.213	1.214.184	2,34	9.134.423	693.321	7,6	57,1
1970	91.909.909	1.229.128	1,32	17.771.948	703.536	3,6	57,2
1980	118.089.858	912.848	0,77	25.042.074	523.444	2,1	57,3

Fonte: Censos 1950, 1970 e 1980 (apud BASSANEZI,1995).



Bassanezi (1995) chama a atenção para o fato de que a partir dos anos 1960, o Brasil passou a perder a atratividade que tinha antes, e o movimento migratório começou a declinar. Contudo, é exatamente nesse momento que se iniciam os fluxos de imigrantes coreanos para o Brasil.

Apesar de não estarem claros na produção acadêmica os interesses do governo brasileiro em receber esse fluxo de imigrantes coreanos, pode-se inferir que as primeiras levas chegadas na década de 1960 vieram suprir o objetivo de colonização agrícola já mencionado por Bassanezi (1995), em que se tentava dispersar a população para o interior do Brasil. Ao discorrer sobre a mobilidade geográfica no Brasil na era moderna, Martine (1994) acredita que a crise econômica mundial de 1930 afetou o ciclo do café paulista de forma que dois grandes movimentos migratórios foram gerados.

Por um lado, a aceleração e modernização industrial brasileira, provocada pela substituição das importações após a Segunda Guerra Mundial, encorajou as migrações para os grandes centros urbanos em função do aumento da oferta de emprego nas cidades, e também em função da mecanização da produção agrícola, que levou à redução da necessidade de mão de obra (MARTINE, 1994).

Por outro lado, Martine (1994, p. 42 – grifo do autor) sustenta que “uma parcela da população *desarraigada* dirigiu-se para as fronteiras internas, ocupando progressivamente diversos segmentos do interior”. O autor afirma ainda que esse movimento de interiorização iniciado na década de 1930 durou até meados dos anos 60, impulsionado pela recuperação da economia agrícola no final dos anos 30, aumentando a população rural em cinco ou seis vezes até a década de 1970. Os dois principais motivos para a organização desse movimento, segundo Martine (1994, p.42), são a amenização de tensões sociais iniciadas em áreas agrícolas tradicionais, e o melhor aproveitamento dos recursos do país “sem alterar o sistema fundiário, as formas predominantes de organização social, ou a base tecnológica da estrutura dominante”.

Quando o autor acima citado menciona população “desarraigada”, pode-se compreender, juntamente com outras parcelas da população, migrantes nacionais ou estrangeiros que já se encontravam desenraizados, uma vez que não estavam mais em suas terras natais. Nesse contexto, encontram-se as primeiras levas de imigrantes coreanos entrados até 1966, com o intuito de seguirem para o campo para trabalhar na agricultura.

A partir dos anos 1960, de acordo com Basanezzi (1995), os níveis de entradas passam a diminuir, limitando os ingressos mais a técnicos e engenheiros. Bastos (2010) sugere que a redução do movimento migratório acontece em função de uma nova política imigrantista que

privilegia a entrada de mão-de-obra qualificada na década de 1970. Dessa forma, é possível justificar a mudança no perfil dos imigrantes coreanos entrados no Brasil legalmente no final da década de 1960 e principalmente 1970.

Com o fracasso da inserção dos coreanos no meio rural, que segundo Choi (1991) eram registrados como agricultores, mesmo que tivessem sido majoritariamente comerciantes na Coreia, ingressaram aqui, a partir de 1968, os indivíduos a quem eram concedidos vistos por vínculos com parentes já estabelecidos no Brasil, ou aqueles que vinham por contrato de serviço. Em 1970, foi instalada em São Paulo uma agência da Companhia Oficial de Desenvolvimento da Coreia no Exterior, que “[facilitou] a vinda de muitos técnicos através de contratos. Em 1971, por exemplo, desembarcaram no aeroporto cerca de 1.400 coreanos, a maioria dos quais portadora de diploma de nível universitário” (CHOI, 1991, p. 78).

Os imigrantes coreanos entrados no Brasil durante os anos 1956 e 1975 analisados a seguir totalizam um número de 144 indivíduos participantes de um fluxo imigratório principalmente dirigido, que passaram pela Hospedaria do Imigrante de São Paulo, dos quais 56 estão documentados como imigrantes principais e os 88 restantes como parentes. No que diz respeito à instituição responsável pela vinda desses coreanos, 59 declararam ter sido beneficiados pela ajuda do IRO, 30 do CIME, 2 da Organização das Nações Unidas (ONU), 5 declararam ter vindo por conta própria, e 48 não informaram. Contudo, curiosamente, sabe-se que o IRO foi extinto em 1952, e desde então as entradas passaram a ser organizadas pelo CIME e pelos acordos bilaterais entre os países (BASTOS; SALLES, 2010).

### **Entradas em 1956 – Os ex-prisioneiros de guerra**

Em sua dissertação, Choi (1991) relata que em 1953, ano em que a Guerra da Coreia veio ao fim, 20.000 prisioneiros anticomunistas norte-coreanos foram libertados, dos quais a maioria se fixou na Coreia do Sul, enquanto um número menor decidiu permanecer na Coreia do Norte. No entanto, uma minoria não aceitou ficar em nenhum desses dois países, e foram entregues à Comissão dos Países Neutros. Assim, em 1954, 88 prisioneiros de guerra foram acolhidos na Índia por um prazo de dois anos enquanto era decidido seu destino final (CHOI, 1991; WON, 2005). Não aceitos pelos Estados Unidos, 55 desses coreanos foram acolhidos pelo governo brasileiro e apenas 8 rumaram para a Argentina. Choi afirma que desses 55 indivíduos, 5 eram de nacionalidade chinesa, contudo, não se sabe ao certo se eram chineses

naturalizados coreanos, coreanos nascidos na China, ou se eram chineses que viviam na Coreia do Norte.

No banco de dados está registrada a entrada de 13 homens solteiros, de idade entre 21 e 27 anos (apenas sobre um indivíduo não consta a idade), de origem norte-coreana (há um registro de nacionalidade chinesa), que chegaram no ano 1956, sendo que 11 declararam ter chegado no dia 06 de fevereiro. Consta que chegaram por transporte aéreo na cidade do Rio de Janeiro, e 11 viajaram com a companhia aérea Air France, com origem na Índia (7) e na Coreia (3). Destacam-se 9 indivíduos que ingressaram com apoio do CIME e 2 da ONU. Verifica-se pelo histórico profissional dos imigrantes que a maioria possuía mão-de-obra técnica (8), como torneiro e desenhista mecânico, ou qualificada (2), como professor.

Nota-se que a grande maioria (10) declarou ter domínio do idioma japonês, tendo em vista que a Coreia foi colônia japonesa por mais de 30 anos até o final da Segunda Guerra Mundial, enquanto mais da metade (8) registrou o inglês também como língua estrangeira, já que alguns estiveram na Índia por um período antes de chegar ao Brasil.

Pouco menos da metade (5) revelou ter fixado residência na cidade de São Paulo, e o restante (8) não declarou essa informação. Choi (1991) sustenta que ao chegarem ao aeroporto da Cidade do Rio de Janeiro, esse grupo de coreanos foi encaminhado para a Hospedaria do Imigrante da Ilha das Flores, onde permaneceram até que tivessem sua situação regularizada no país. Curiosamente, há três registros no banco de dados de imigrantes que deixaram o Rio de Janeiro por não terem se adaptado ao clima da cidade.

### **Entradas em 1963 – A primeira leva oficial**

No ano 1963 é quando está registrado o maior número de entradas de coreanos no Brasil, de acordo com o banco de dados. Na literatura, esse grupo é conhecido como a primeira leva oficial de imigrantes coreanos no Brasil. O banco de dados contempla 116 indivíduos que entraram no ano 1963, dos quais 35 estão registrados como imigrantes principais e 81 como parentes. Do total, 111 declararam ter chegado no dia 12 de fevereiro e os 5 restantes, no dia 18 de agosto. No que se refere ao meio de transporte utilizado, dos 35 imigrantes principais, a maioria (31) afirmou ter viajado pelo navio holandês *Tjitjalengka* e aportado em Santos, ao passo que apenas 4 chegaram via aéreo no Rio de Janeiro.

Essas informações variam ligeiramente se comparadas aos dados trazidos por alguns autores. Won (2005, p.88 – grifo do autor) afirma que “em 18 de dezembro de 1962, o primeiro grupo de imigração formado por *95 pessoas de 17 famílias* partiu do porto de Busan sob aplausos e despedidas calorosas, passou por Hong Kong, Cidade do Cabo na África do Sul e cruzou o Atlântico”. Outros autores dizem o seguinte:

A primeira imigração teve 33 famílias aprovadas, mas só *92 pessoas* (de *17 famílias* diferentes) receberam os vistos do Consulado Brasileiro localizado no Japão. Dessas, *89 pessoas* embarcaram no navio holandês Tjitjalengka e as *outras três* entraram no Brasil mais tarde, chegando de avião. Com as famílias do navio, embarcaram mais *10 pessoas*, todos ex-oficiais, com vistos de turistas. Essa turma de 10 ficou conhecida como Grupo Precursor. O navio holandês deixou o porto de Busan, na Coreia, no dia 18 de dezembro de 1962 e aportou no porto de Santos, no Brasil, no referido dia 12 de fevereiro de 1963 (KIM, 2008, p.48 – grifo do autor).

O primeiro grupo de emigrantes coreanos que chegou ao Brasil, em caráter oficial, recebeu especial atenção por parte do governo coreano. Era constituído por *17 famílias, 92 pessoas e mais 11 ex-militares* a serviço da Companhia de Promoção de Cooperação entre Coreia e Brasil. Estes últimos compunham a chamada “expedição de observação nas áreas de agricultura, encarregada de providenciar a vinda das próximas levas”. Com visto de turista, cuja validade era de seis meses, pretendiam, na realidade, verificar a possibilidade de sua permanência no Brasil (CHOI, 1991, p.49 – grifo do autor).

Apesar dos números acima mencionados não serem exatamente os mesmos, observa-se que há muitas semelhanças no que se refere às datas, divisões dos grupos e meios de transporte. Vale lembrar que uma das dificuldades em trabalhar com o banco de dados é exatamente a possível não exatidão de alguns dados, e a falta de outros. Em alguns momentos, percebe-se que os dados de alguns indivíduos se assemelham muito aos dados de outros que apresentam, por exemplo, a data de chegada diferente, o que se leva a pensar que alguns desses dados podem ter sido inseridos incorretamente ou mesmo apresentar erros na própria documentação.

Choi (1991) relata que ao chegarem ao porto de Santos e descobrirem que o plano inicial de já seguirem para a fazenda onde ficariam instalados e trabalhariam havia sido alterado e que a divisão de terras e as moradias ainda não estavam prontas, o grupo da primeira leva foi direcionado à Hospedaria do Imigrante em São Paulo com planos de permanecerem lá por apenas alguns dias, até que todas as providências finais fossem tomadas. Contudo, esses coreanos permaneceram ali por dois meses, sendo eles “os últimos estrangeiros a ocupar a Hospedaria, em 1963” (CHOI, 1991, p.54).

Do grupo de 35 imigrantes principais, 22 indivíduos dos 30 que declararam ter chegado no dia 12 de fevereiro apresentaram-se na Hospedaria no mesmo dia conforme descrito pela autora no parágrafo anterior. Dos 8 restantes, sobre 4 não constam a data de apresentação, e os outros 4 apresentam datas distintas nos anos 1963 e 1966. Percebe-se assim que realmente a maioria desses imigrantes seguiu no mesmo dia de sua chegada no porto de Santos para a Hospedaria do Imigrante.

Do total de 116 imigrantes que ingressaram em 1963, consta que pouco mais da metade (59) conseguiu imigrar com a ajuda da IRO, apenas 18 contaram com o auxílio do CIME, e 39 não identificaram a instituição promotora. No que tange à naturalidade dos entrados, há um predomínio (93) em Seul, a capital da República da Coreia, como resposta, e somente 11 são naturais de outras regiões da Coreia do Sul.

Analisando o grupo principal que contempla um número maior de campos para inserção de dados sobre os imigrantes, revela-se que do total de 35 indivíduos, praticamente a metade identificou-se como chefe de família (18), e sobre a outra metade (17), não constam dados. No entanto, grande parte era casada (23) e do sexo masculino (27). As idades desses indivíduos variavam de 15 a 59, conforme a tabela 3 abaixo:

Tabela 3: Faixa etária dos imigrantes principais chegados em 1963

<b>Faixa etária</b>	<b>Número</b>
<b>15-19</b>	5
<b>20-29</b>	10
<b>30-39</b>	6
<b>40-49</b>	9
<b>50-59</b>	3
<b>Não identif.</b>	2
<b>TOTAL</b>	35

Fonte: Banco de dados (Memorial do Imigrante)

Evidencia-se que dos 23 indivíduos casados, 17 trouxeram suas famílias consigo. Ao analisar o grau de parentesco dos 81 imigrantes classificados como parentes, nota-se a preponderância de filhos ou filhas (58), assim como de esposas (15), conforme mostra a tabela 4. No campo comentários de um dos indivíduos há uma nota que diz que o imigrante veio sozinho apesar de ser casado, mas que sua esposa chegou em outubro de 1963. Choi (1991) sustenta que a segunda leva de imigrantes chegados em novembro de 1963 tinha a

característica principal de reunião familiar, em que a maioria dos membros veio para encontrar familiares já estabelecidos. Ao discorrer sobre as características das imigrações em cadeia, Truzzi (2008) sustenta que a vinda, primeiro do chefe de família para investigar as condições e oportunidades, assim como enfrentar o período mais difícil de adaptação podia ser uma estratégia adotada pela família.

Tabela 4: Grau de parentesco dos parentes

<b>Grau de parentesco</b>	<b>Número</b>
<b>Filho(a)</b>	58
<b>Esposa</b>	15
<b>Mãe</b>	3
<b>Irmão(ã)</b>	2
<b>Pai</b>	1
<b>Não identif.</b>	2
<b>Total</b>	81

Fonte: Banco de dados (Memorial do Imigrante)

Ressalta-se, também, o fato de a maior parte dos imigrantes principais declararem ter vindo ao Brasil como agricultores (27), assim como a própria literatura evidencia o intuito dessa leva de imigrantes de trabalhar no campo. Aparecem apenas duas outras ocupações declaradas, sendo elas: doutor agricultor (1) e prendas domésticas (2), sendo que os 5 restantes constam como não indicado.

A partir dos campos endereço e observações, foi possível estudar onde se fixaram e trabalharam esses coreanos. Porém, houve grande dificuldade na sistematização dessas informações, uma vez que muitos dados estavam incompletos, o que requereu pesquisas em outras fontes. As dificuldades também se apresentaram na forma de mais de um endereço por indivíduo. Não se sabe se o endereço fornecido era o local previsto de moradia antes da chegada, ou local de moradia/trabalho na época do fornecimento dos dados, ou qualquer outro momento até a finalização das atividades da Hospedaria do Imigrante em 1978, como poderia ocorrer se um dos indivíduos passava por ali posteriormente, para encaminhamento profissional.

Pôde-se classificar os endereços dos imigrantes principais (35) e seus parentes (81) de acordo com 5 regiões rurais e 1 grupo de diferentes locais urbanos, quase que unicamente na cidade de São Paulo. A primeira região rural é a Fazenda Bonsucesso, que se localizava

segundo observações, na altura do quilômetro 26 da Rodovia Presidente Dutra no Estado de São Paulo, que conta com um grupo de 30 imigrantes, sendo eles 6 principais (apenas uma mulher) e 24 parentes. Há também comentários que indicam que os imigrantes tinham um contrato de cinco anos e pagavam aluguel mensal de Cr\$35.000,00 por alqueire nos três primeiros meses, e posteriormente a produção seria dividida a meia. Em sua dissertação, Choi (1991, p.57) informa que “um grupo de cinco famílias protestantes, dispendo de pouco capital, alugou terras de propriedade dos japoneses para formar a ‘Fazenda de Seoul Coreia Nova Bom Sucesso São Paulo Brasil’ (sic), mais tarde denominada fazenda Seul”.

A autora afirma que a fazenda localizava-se a 30 km da capital paulista, próxima ao município de Guarulhos, e que assim como consta no banco de dados, tinha um contrato de aluguel de cinco anos, porém, pagaram adiantados dois anos, pelo valor de Cr\$20.000,00 anuais. Inicialmente, as famílias se dedicaram à avicultura com muito sucesso até que enfrentaram problemas que levaram ao fim das atividades, e ao término do segundo ano na fazenda, duas famílias haviam reemigrado para a Argentina, e as outras três mudado para a cidade de São Paulo (CHOI, 1991). No banco de dados constam também quatro outros endereços de quatro dessas famílias nos bairros de Pinheiros, Santa Cecília e Tremembé, em São Paulo.

A segunda região rural classificada é a Chácara Takamori, localizada nos arredores do município paulista de Mogi das Cruzes, onde cinco famílias (apenas 1 mulher como imigrante principal), e um imigrante principal solteiro, totalizando 28 pessoas, adquiriram glebas de 1 à 6 alqueires cada. De acordo com Choi (1991) este grupo era formado por 6 ex-militares, que adquiriram um terreno de 37 alqueires nas proximidades de Mogi das Cruzes, em 10 de março de 1963. A fazenda, que recebeu posteriormente outros ex-militares, fora propriedade de imigrantes japoneses, e passou a se chamar *Arirang*, onde os coreanos dedicavam-se à avicultura e à fruticultura (CHOI, 1991). Won (2005) sustenta que a fazenda *Arirang* também não pôde ser mantida por muito tempo, e que em 1965 só havia duas famílias vivendo ali, e o restante dos moradores havia deixado a fazenda para tentar a vida em São Paulo. Se contrastadas as informações expostas por Choi, de que os fundadores da fazenda *Arirang* eram ex-militares, com a lista de nomes dos ex-oficiais (KIM, 2008), conhecidos como o grupo precursor, encontramos grandes diferenças, já que nenhum dos nomes contemplados no banco de dados referente a moradores da fazenda *Arirang* coincide com os nomes do grupo precursor.

A terceira região rural identificada foi a Colônia Itaquera, onde o banco de dados aponta terem-se estabelecido dois homens e uma mulher, solteiros, de idade entre 15 e 23

anos. Sabe-se que havia uma comunidade japonesa chamada Colônia de Itaquera, no subúrbio da capital paulista (DEMARTINI, 2000), e Choi (1991) lembra que com exceção daqueles coreanos que dispunham de capital para adquirir ou alugar terras, como foi o caso dos dois grupos anteriormente mencionados, um número de imigrantes empregou-se em fazendas de proprietários japoneses. Consta também no registro um endereço no bairro do Brás, em São Paulo, na região da Hospedaria, o que pode sugerir que estiveram hospedados ali.

O banco de dados contempla também, compreendido como a quarta região rural, a incidência de dois homens de aproximadamente 50 anos, casados, e com 10 membros de suas famílias, que forneceram como endereço Rodovia Presidente Dutra quilômetro 35 no Estado de São Paulo, e afirmam que a eles foram emprestadas terras por três meses. Cotejando esses dados aos de outros indivíduos, não se pode inferir se esse endereço era também algum dos outros acima mencionados.

Finalmente, analisa-se a quinta região rural, baseado nos dados de três imigrantes principais, acompanhados de 15 familiares que declararam trabalhar no bairro Vila Caputera em Mogi das Cruzes, como assalariados na fazenda de um senhor de nome japonês, que se localizava na altura do quilômetro 24,5 da Rodovia Anhanguera. Todos também apresentam endereços em regiões centrais da cidade de São Paulo, como Avenida do Estado e Rua Conde de Sarzedas, na Liberdade.

Houve aqueles indivíduos que não declararam endereço em áreas rurais, como é o caso de 15 imigrantes, dos quais 7 são casados, e sobre apenas dois constam registros de terem trazido familiares consigo. Desses 15, apenas um indicou residência na cidade do Rio de Janeiro, e a maioria (10) forneceu endereço em regiões centrais da cidade, como Liberdade e Brás.

### **Entradas em 1964**

Apesar do banco de dados contar com apenas 5 ingressos no ano 1964, é interessante avaliar os comentários inseridos no campo observações e as suas semelhanças com a literatura. Apresentam-se 2 imigrantes principais do sexo masculino, dos quais 1 é casado, e é acompanhado por pai, esposa e filho(a). Esse indivíduo que ingressou por conta própria no Brasil indica ter sua família de 15 pessoas já estabelecida no país, ilustrando o caráter de



reunião familiar da imigração que seguiu a primeira leva em 1963, concordando com o que diz a literatura.

Já o segundo imigrante principal era solteiro e tinha 17 anos quando chegou no mês de maio de 1964. Declarou ter ingressado por Vitória, Espírito Santo, com mais 300 coreanos, mas que todos se direcionaram a São Paulo. Esse indivíduo afirmou estar sem dinheiro, e que por esse motivo, a Companhia Católica (acredita-se que seja a Comissão Internacional Católica de Migrações) pagou seus documentos e condução.

Choi (1991) sustenta que esse grupo de imigrantes coreanos faz parte da terceira leva oficial, que também chegou de navio até a cidade de Vitória, de onde prosseguiram até a fazenda Ponta Grossa, localizada nas proximidades da capital do Espírito Santo. Em depoimentos coletados pela autora, é relatado que as famílias que se estabeleceram na fazenda efetuaram pagamento de 50% do valor da propriedade, e ao chegarem, as terras foram divididas entre as 68 famílias, de modo que cada uma ficou com apenas dois alqueires de terra, tendo em vista que a maior parte do terreno era imprópria para o cultivo.

Gradativamente, os 350 coreanos que haviam se estabelecido ali foram deixando a fazenda em direção à cidade de São Paulo, insatisfeitos com as condições oferecidas (CHOI, 1991). Won (2005) afirma que a segunda imigração, organizada em conjunto com o governo do Espírito Santo, era formada por 450 imigrantes de 68 famílias, que adquiriram propriedade rural em Ponte Limpa. Segundo Kim (2008), no entanto, as 68 famílias reuniam 480 pessoas, que se fixaram na fazenda Ponte Limpa, e após decidirem deixar o campo, rumaram para a cidade do Rio de Janeiro em busca de outras formas de ganhar a vida.

### **Entradas na década de 1970**

Embora haja incidência de somente três imigrantes coreanos no banco de dados chegados nos anos 1973, 1974 e 1975 cada um, nota-se que se cotejados à literatura e aos dados coletados nos anuários estatísticos do IBGE de 1968 a 1983, podem ser encontradas semelhanças significativas no perfil, trajetória, e quantificação dos ingressos de imigrantes coreanos na década em questão.

Dos três imigrantes que constam no banco de dados, todos são do sexo masculino, um é solteiro, os outros dois são casados, e chegaram acompanhados da família, apesar desta informação estar apresentada somente no campo observação, e não estar contabilizada na

planilha parentes. Todos foram beneficiados pelo CIME para imigrarem e chegaram de navio, saindo da Europa – dois da Alemanha e um da Áustria.

Concordando com a literatura, os três coreanos saíram da Coreia na primeira metade da década de 1960, logo após a promulgação da lei de emigração de 20 de março de 1962, e foram para a Alemanha, onde adquiriram qualificação como técnico mecânico e experiência profissional em diferentes empresas alemãs, em suas áreas de treinamento. Choi (1991, p.77) afirma que “entre 1968 e 1970 vieram os que conseguiram visto de entrada, ou por terem ligações de parentesco com imigrantes aqui estabelecidos, ou em razão de contrato de serviço como técnico”.

A instalação de uma agência de Companhia Oficial de Desenvolvimento da Coreia na cidade de São Paulo em dezembro de 1970 facilitou a entrada de mão-de-obra técnica e especializada por meio de contratos (CHOI, 1991). Segundo Won (2005), foi aceita a entrada de especialistas de vários países para impulsionar o crescimento econômico do Brasil, assim 120 coreanos de 25 famílias desembarcaram no aeroporto de Campinas em janeiro de 1970, e desde esse momento até 1972 ingressaram no Brasil 1.200 pessoas de 210 famílias. Trazendo outros números, Choi (1991) sustenta que em 1971 chegaram por via aérea aproximadamente 1.400 coreanos, dos quais a maioria era portadora de diploma universitário.

Nas pesquisas realizadas nos anuários estatísticos do IBGE, constam entradas em caráter permanente, ou seja, apenas daqueles que possuíam visto de permanência e não dos que ingressaram com visto de turista ou clandestinamente, nos cinco anos entre 1969 e 1973. Da mesma forma que tratado por pesquisadores do tema, há o registro de entrada de 124 imigrantes coreanos em 1970, e de 1.895 indivíduos em 1971, conforme ilustra a tabela 5.

Tabela 5: Entradas em caráter permanente entre 1969 e 1973

<b>Especificação</b>	<b>1969</b>	<b>1970</b>	<b>1971</b>	<b>1972</b>	<b>1973</b>
Totais	372	124	1.895	1.190	204
Sexo:					
Masculino	234	68	1.009	650	101
Feminino	138	56	886	540	103
Idade:					
Até 17 anos	128	57	795	478	78
De 18 a 59	239	68	1.049	660	123
60 e mais	5	3	51	52	3
Profissão:					

Atividades domésticas	66	--	436	268	72
Engenheiros	25	2	14	44	7
Estudantes	95	51	175	131	47
Técnicos diversos	116	22	454	240	15
Sem profissão	60	18	775	477	46
Outras	8	31	41	30	17
<b>Estado civil:</b>					
Casados	169	47	800	475	97
Solteiros	201	75	1077	696	107
Outros	2	2	18	19	--

Fonte: Anuário estatístico do Brasil (IBGE - 1970, 1971, 1972, 1973, 1974)

Ao analisar a tabela 5, percebe-se que de 50% a 60% dos entrados em cada um dos anos estudados são do sexo masculino, adultos (entre 18 e 59 anos) e solteiros. Nota-se, entretanto, que de 38% a 48% desses indivíduos eram casados, e de 35% a 45% eram menores de idade, o que leva a inferir que boa parte dos ingressos caracterizava-se por famílias. Se excluídas da especificação “profissão” as atividades domésticas, os estudantes e os sem profissão (menores e aposentados), evidencia-se que 79% dos indivíduos eram técnicos diversos, 9% eram engenheiros e 12% exerciam outras profissões, como ilustrado no gráfico 1.

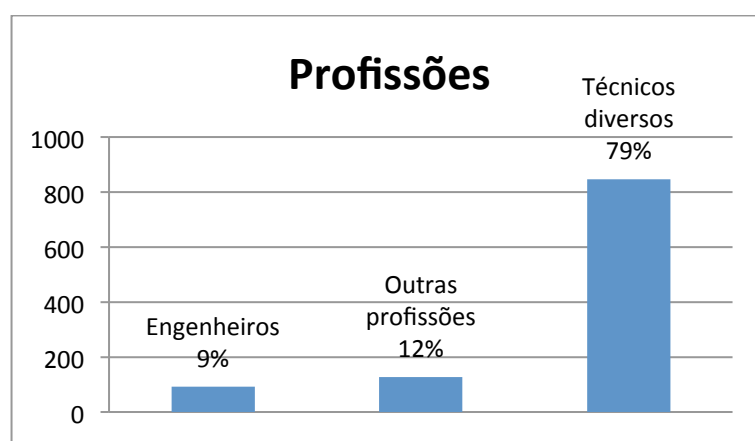


Gráfico 1: Profissões dos coreanos entrados entre 1969 e 1973

Fonte: Anuário estatístico do Brasil (IBGE - 1970, 1971, 1972, 1973, 1974).

Nos relatos orais coletados para o desenvolvimento desta pesquisa, encontra-se o caso de dois imigrantes que ingressaram nos anos 1970, como engenheiros. O Entrevistado 6

chegou em 1975 acompanhado de sua esposa (Entrevistada 5) e duas filhas pequenas. Foi chamado pelo primo de sua esposa para imigrar e trabalhar em projetos de hidroelétricas. Trabalhou por aproximadamente 12 anos como engenheiro no Brasil, até que não conseguiu manter-se nessa área de atuação, e acabou entrando no comércio, onde atua até hoje.

Em 1971, chegou ao aeroporto de Campinas o Entrevistado 8, com diploma de engenheiro eletrônico. Imigrante de 28 anos e solteiro, resolveu deixar a Coreia em busca de melhores condições de vida no país onde ouvira que seus compatriotas vinham se estabelecendo e ganhando espaço. Ao chegar ao Brasil, foi recepcionado por um conhecido coreano que imigrara em 1963, e estabeleceu-se com ele na cidade de São Bernardo do Campo. Diferentemente daquilo que o tinha atraído, o Entrevistado 8 não conseguiu inserir-se no campo da engenharia no Brasil, e começou a trabalhar no comércio como empregado até que conseguiu abrir seu próprio negócio no ramo de confecção.

### **2.3 Reimigração, retorno e migração transnacional**

A fase de migração coreana iniciada na década de 1960 até os dias atuais ocorreu durante um período em que a mobilidade física e a comunicação já não eram grandes barreiras como no início do século passado e, portanto, facilitaram as migrações internacionais. A possibilidade de transportar-se com mais facilidade e conforto em menos tempo, somada aos avanços dos meios de comunicação permitem (e já permitiam há pelo menos duas décadas, porém de forma diferente) maior flexibilidade em se optar por migrar em momentos de crise ou oportunidade. A perspectiva de ampliação de negócios, desenvolvimento acadêmico e profissional no exterior passou a ser uma opção mais real ao redor do mundo.

Entre os coreanos, a realidade é parecida. Notam-se hoje negócios internacionais, famílias espalhadas pelo mundo, filhos sendo enviados para outros países para completar seus estudos, não somente migrações de países menos desenvolvidos para mais desenvolvidos, mas novos tipos de transnacionalismo, ou seja, mudanças nos antigos formatos de migração transnacional. Park (2009) em um estudo sobre migrações transnacionais entre coreanos-latino-americanos chega a traçar as rotas migratórias feitas por seus entrevistados, que chegam a ter seis ou mais etapas, como é o caso da rota Coreia do Sul-Paraguai-Argentina-Brasil-EUA-México-EUA.

Hoje há grandes diferenças que facilitam e motivam migrações transnacionais. Levitt, DeWind e Verotovec (2003, 569 – tradução livre) afirmam que essas diferenças não se limitam ao fato de que novas tecnologias em transportes e comunicação permitem conexões mais rápidas e menos caras, mas também nota-se que “há um contexto social mais tolerante à diversidade étnica e a conexões transnacionais de longo prazo comparado ao passado, quando a assimilação era exigida de forma mais vigorosa”<sup>16</sup>.

Curiosamente, a noção de uma ligação forte entre o migrante e o lugar físico, seja ele uma cidade, uma vila etc., não está mais necessariamente vinculada à afirmação de sua identidade, tendo em vista que a participação em grupos étnicos e religiosos pode ocorrer em níveis locais, regionais e nacionais (LEVITT; DEWIND; VEROTOVEC, 2003). Ou seja, um imigrante coreano, por exemplo, pode participar ativamente nas atividades da comunidade coreana em São Paulo sem apresentar lealdade ao seu lugar de origem, e sim às práticas culturais do grupo. E ao mencionar o grupo, nota-se que há membros com diferentes históricos migratórios, que trazem consigo um repertório cultural único.

Muitos dos coreanos que chegaram diretamente ao Brasil nas décadas de 1960 e 70 não permaneceram aqui, enquanto outros já vinham de outros países até que chegassem a seu destino final, que para alguns era o Brasil mesmo e para outros era os EUA, por exemplo. Em função da dificuldade na obtenção de vistos de permanência, algumas famílias iam inicialmente para países como Paraguai e Bolívia, onde permaneceram por pouco tempo até que conseguissem de forma legal ou não entrar no Brasil e na Argentina.

Dados compilados por Choi (1991) apontam que medidas restritivas impostas pelo governo brasileiro à entrada de coreanos em 1972 apenas mudaram a direção dos fluxos de imigrantes. De acordo com a tabela 6, o número de saídas para o Brasil em 1972 foi de 2.635, seguido de uma queda drástica em 1973, de 194 saídas. No entanto, o número de saídas para o Paraguai aumentou dramaticamente a partir de 1972 com 94 saídas, até 1976 com 6.727 saídas.

Tendo em vista que a estimativa da população coreana no Paraguai era de 10.000 pessoas em 1999 (PARK, 1999) e de 6.000 pessoas atualmente, de acordo com o Ministério das Relações Internacionais e Comércio da República da Coreia<sup>17</sup>, o número de coreanos que permaneceu no Paraguai é muito menor do que o apresentado na tabela 6 que contabiliza

---

<sup>16</sup> “[...] today migrants encounter a social context that is much more tolerant of ethnic diversity and long-term transnational connections compared to the past when assimilation was demanded more strenuously (LEVITT; DEWIND; VEROTOVEC, 2003, p. 569)”.

<sup>17</sup> <http://www.mofat.go.kr>

apenas nove anos de entradas na América do Sul. Park (2009) traz ainda informações que aproximadamente 40.000 coreanos chegaram a se estabelecer no Paraguai, contrastando com o número muito menor de 6.000 coreanos vivendo nesse país atualmente.

Mera (2005) também traz em seu estudo informações de outros autores que afirmam que praticamente metade dos coreanos que foram para o Paraguai remigraram para o Brasil e para a Argentina. No entanto, a literatura mostra que em função de instabilidades político-econômicas já no final da década de 1970 na Argentina, quatro vezes mais coreanos que passaram pelo Paraguai reemigraram para o Brasil do que para a Argentina (PARK, 2009).

Tabela 6: Saída de coreanos para a América Latina: Brasil e Paraguai

<b>Ano</b>	<b>Brasil</b>	<b>Paraguai</b>
<b>1970</b>	1.775	52
<b>1971</b>	1.393	11
<b>1972</b>	2.635	94
<b>1973</b>	194	192
<b>1974</b>	184	714
<b>1975</b>	136	2.391
<b>1976</b>	107	6.727
<b>1977</b>	71	1.211
<b>1978</b>	41	1.515
Total	6.536	12.907

Fonte: Ministério das Relações Exteriores da República da Coreia (1985 apud CHOI,1991).

O caso da família da Entrevistada 9 ilustra bem a questão da transnacionalidade. Em função de um problema de saúde de seu pai, sua família resolveu mudar para um país com temperaturas mais amenas e inicialmente planejavam imigrar para os Estados Unidos na década de 1970. Tendo o visto negado, a família deixou a Coreia em 1976 e foi para o Paraguai, onde permaneceram por aproximadamente três meses até que conseguiram reemigrar para a Argentina. Neste último país, permaneceram por quase sete anos, porém, em função da situação do país e da saúde de seu pai, reemigraram para o Brasil, onde tinham um contato com uma igreja local, e se fixaram permanentemente. Desde quando ainda residia na Coreia, a família dedicava-se ao trabalho com bordados, e assim seguiram ao longo de sua trajetória na América do Sul. Trabalharam no ramo da confecção em Buenos Aires, e em São Paulo tiveram oficina de costura, de caseado, de bordado, e tiveram loja também.

No caso da reemigração para os EUA, já foi mencionada a grande atração dos coreanos pelo estilo de vida norte-americano que representa um referencial de sucesso profissional e financeiro muito valorizado pela sociedade coreana. Somado aos problemas socioeconômicos pelos quais o Brasil passou nas décadas de 1980 e 1990, muitos coreanos sentiram-se motivados a perseguir o tão sonhado *American dream*. Park (1999) menciona que aproximadamente a metade dos quinhentos ou seiscientos produtores e comerciantes de roupas membros do *Korean Garment Wholesalers Association in the United States*<sup>18</sup> são operados por coreanos do Brasil. Como um grande número de coreanos que reside no Brasil trabalha na indústria da confecção e já possui a experiência e expertise da área, eles tentam fixar-se no mesmo tipo de negócio ao reemigrarem. Pode-se ainda ilustrar o fato da reemigração da América do Sul para os EUA com a seguinte citação:

Baseado em estimativas da comunidade, acredita-se que 20.000 dos 300.000 imigrantes coreanos no sul da Califórnia, aproximadamente dez por cento da população, são imigrantes secundários de países sul-americanos. Geralmente, esses coreanos viveram de quinze a vinte e três anos na América do Sul antes de mudarem para os Estados Unidos (PARK, 1999, p.669 – tradução livre<sup>19</sup>).

Em alguns casos, afirma Joo (2007), a emigração para o Brasil já era parte de um plano para alguns, de acordo com o qual permaneceriam aqui temporariamente ao sair da Coreia, como um estágio intermediário antes de conseguirem emigrar para os Estados Unidos ou Canadá.

Para alguns, o motivo da reemigração para os EUA pode variar muito, mas entre os apontados por Joo (2007), encontram-se a vontade de oferecer aos filhos a oportunidade de uma melhor educação e perspectiva de vida, planos de viver em um país mais avançado, e a certeza de que irão prosperar nos negócios como o fizeram no Brasil. Além disso, inclui-se o caso dos imigrantes que se estabelecem na América do Norte e conseguem levar o restante dos familiares consigo para ter a família unida, seguindo assim as tradições. Park (2009) discorre também sobre casos de famílias que mandam seus filhos para estudar nos EUA e posteriormente conseguem levar a família toda para se estabelecer lá, e também casos de coreanos que deixam o Brasil por motivos de segurança. “Muita gente tem aquele sonho, porque as melhores universidades estão lá [EUA], então, muita gente mandou os filhos para lá

---

<sup>18</sup> Associação Coreana de Atacadistas de Vestuário dos Estados Unidos.

<sup>19</sup> “Based on a community estimate, 20,000 of 300,000 Korean immigrants in Southern California, almost 10 percent, are said to be secondary migrants from South American countries. Generally, these Koreans lived for fifteen to twenty-three years in South America before relocating to the United States (PARK, 1999, p.669)”.

para estudar, ganhava o dinheiro aqui e mandava o filho para os Estados Unidos para estudar. Aí os filhos acabam ficando e chamam os pais” (E7).

A Entrevistada 3 relata o caso da sua família, em que o irmão, filho mais velho, formado em medicina no Brasil foi para os EUA fazer um estágio e acabou se estabelecendo lá por ter conseguido uma boa oportunidade de trabalho. À medida que o irmão se fixou confortavelmente nos EUA, levou os pais que já estavam aposentados no Brasil. Nota-se nesse caso o valor familiar coreano em que o primogênito se responsabiliza por cuidar dos pais quando alcançam certa idade. Soma-se, ainda, o fato de que além do irmão, a entrevistada possui também uma irmã mais nova, ou seja, os pais haviam ficado no Brasil com as duas filhas, contudo, quando as filhas casam, de acordo com a tradição, elas tendem a ficar mais próximas à família do marido. Esse é um caso no qual os valores culturais influenciam a migração de reunião familiar.

Durante a década de 1980, também conhecida como a década perdida na América Latina, a estagnação da economia brasileira e os altos índices de inflação, seguidos pela instabilidade político-econômica do início dos anos 1990, foram motivos significativos para que coreanos recém estabelecidos no Brasil pudessem tentar uma nova vida nos Estados Unidos. Park (2009) afirma que nesse caso, muitos coreanos simplesmente seguiram os passos de muitos outros brasileiros que tentaram emigrar para países estrangeiros em busca de melhores condições de vida.

É relatado no trabalho de Park (1999, p.671 – tradução livre<sup>20</sup>), que o fato do imigrante coreano já ter tido vivências distintas em outros países antes de chegar aos Estados Unidos lhe confere maior vantagem em relacionamentos pessoais e maior tolerância em questões sociais, como descrito abaixo:

O conceito de cultura transnacional também ajuda a explicar porque reemigrantes coreanos da América do Sul conseguem desenvolver um papel mais estratégico em bairros multiétnicos nos EUA que outros imigrantes coreanos. Enquanto outros imigrantes avaliam a sociedade americana de uma perspectiva coreana ou não coreana, imigrantes transnacionais trazem consigo outros quadros de referência para questões, que levam a uma variedade de soluções executáveis.

---

<sup>20</sup> “The concept of transnational culture also helps explain why Korean remigrants from South America can better play a strategic role in multiethnic U.S. neighborhoods than other Korean immigrants. While other immigrants evaluate U.S. society in either a Korean or a non-Korean way, multiply-displaced immigrants bring additional frames of reference to questions, leading to varied workable solutions (Park, 1999, p.671)”.



Por outro lado, há aqueles que resolvem retornar ao Brasil depois de ter reimigrado para os Estados Unidos. Os motivos do retorno para o Brasil variam segundo Park (1999), no entanto, entre eles destacam-se aqueles de ordem social, em que coreanos sentem que a questão racial no Brasil é levada menos a sério, e por consequência são alvo de menos preconceito aqui. Outras críticas se referem ao fato de nos EUA os coreanos sentirem que sua cultura não é tão respeitada, e por esse motivo, coreanos nascidos nos Estados Unidos são menos expostos à cultura coreana do que aqueles nascidos na América do Sul, que tendem a ter mais habilidades no idioma coreano e terem incorporadas mais características da cultura coreana.

Uma minoria acabou retornando para a Coreia, e segundo Joo (2007), muitos deles são mais velhos, ou seja, imigrantes que chegaram ao Brasil em idade adulta e tiveram mais dificuldade em adaptar-se aqui. A Entrevistada 7 diz ter conhecimento do caso de vários imigrantes coreanos de idade a partir de 60 anos que retornaram para a Coreia após terem juntado dinheiro no Brasil, ou mesmo para a realização de tratamentos médicos, onde se sentem mais confortáveis para se comunicarem.

Outro caso é aquele dos coreanos que chegaram ainda jovens ao Brasil, ou mesmo aqueles da segunda geração, nascidos no Brasil e que acabam retornando para a Coreia. Nesta última situação, os retornados coreanos-brasileiros tendem a encontrar mais dificuldade no processo de adaptação por já estarem mais familiarizados com os costumes e estilo de vida brasileiros. Estes *return migrants*, como chamados por Joo, enfrentam mais dificuldades em readaptarem-se à nova realidade e em redefinirem suas identidades étnicas, ora considerando-se brasileiro, ora coreano.

Nota-se, inclusive, que atualmente os jovens coreanos que residem no Brasil, na sua maioria da segunda geração, valorizam mais a cultura e a identidade coreana do que aqueles que chegaram aqui vindos de um país onde viviam muito precariamente. Nesse sentido, a Entrevistada 4 relata:

[...] na década de 1990, a Coreia subiu muito de patamar, e junto com isso as mídias eletrônicas, internet, DVD, TV por satélite, começaram a mostrar uma Coreia diferente, melhor do que o Brasil. Então a juventude de agora, tem como modelo de país, a Coreia. [...] os pais não precisam falar para os coreanos agora que eles são coreanos, que eles não podem esquecer que são coreanos, porque o próprio jovem fala “eu sou coreano, a Coreia está melhor agora”, eles curtem mais música coreana. Isso é possível por causa da internet.

Em uma pesquisa realizada em 2008 por um grupo de estudantes da Universidade de São Paulo para o projeto *The Korean Immigration in the Americas* da *University of California – UCLA* (IM *et al.*, 2009) sobre a segunda geração de coreanos no Brasil, foram aplicados 106 questionários com brasileiros filhos de pai e mãe coreanos, entre 15 e 18 anos de idade. Notou-se que pouco mais da metade (56%) dos respondentes se considera mais coreano do que brasileiro, mostrando evidência do forte vínculo dos jovens com a cultura coreana.

Mesmo apresentando tal nível de identificação com a cultura coreana, a grande maioria dos jovens entrevistados (86%) respondeu que não gostaria de emigrar para a Coreia. Entende-se que mesmo sendo talvez muito jovens para decidir se gostariam ou não de se mudar para o país natal de seus pais, nota-se que um adolescente nessa idade está fortemente enraizado em seu país, em sua cidade, aos seus hábitos, e muito vinculado às pessoas com quem se relaciona.

Ao ser perguntada sobre a questão do retorno, a Entrevistada 7 responde que, em sua percepção, um coreano que vive no Brasil preferiria reemigrar para os Estados Unidos a retornar para a Coreia. A entrevistada acredita que coreanos que vivem e já estão acostumados ao estilo de vida ocidental encontram muita dificuldade em se adaptar à vida na Coreia atual, em suas palavras: “tudo é muito apressado, tudo é muito corrido, então a gente se sente meio sufocado quando vai para lá. [...] é meio alucinante, de competição. E as pessoas lá, acho que são mais frias, por causa da competição intensa” (E 7).

Mesmo no caso de alguns adultos é muito complexo o retorno para a Coreia ou a reemigração para outro país estrangeiro. O entrevistado 6 diz que gostaria ou talvez devesse retornar para a Coreia, especialmente por conta do crescimento do país e pelo fato da maioria da sua família ainda estar lá, mas ele diz que ele já teve suas raízes retiradas e não pode mais voltar. Em suas palavras: “[...] uma vez que você tirou raiz, se colocar em outro lugar, outra terra, se colocar raiz errado não dá para sobreviver. Pensava... é melhor aguentar aqui”. Inclusive para esse indivíduo que já tem filhos adultos no Brasil, deixar tudo aquilo que se construiu no país que o acolheu, após ter saído de sua terra natal em busca de melhores condições de vida, é um grande risco.

Ao discorrer sobre o impacto do retorno desses coreanos-brasileiros na Coreia, Joo (2007, p.169 – tradução livre) sustenta que os coreanos do Brasil “mantiveram sua cultura e seus costumes mais do que qualquer outro grupo da diáspora coreana”<sup>21</sup>. No trabalho da autora, entende-se que tal fato se dá pelo motivo das comunidades imigrantes no Brasil

---

<sup>21</sup> “[...] retained their culture and customs more than any parts of the Korean diaspora (JOO, 2007, p.169).”

gozarem de relativa tolerância que lhes permite manter suas práticas culturais com menos interferência da sociedade local, em oposição ao caso das comunidades coreanas nos Estados Unidos e Europa, que enfrentam problemas mais sérios de discriminação.

A questão do retorno à terra natal não se resume ao simples fato de estar de volta entre os seus e em lugar familiar após ter conseguido a estabilidade social e econômica que se buscava ao deixar a Coreia. Encontram-se por trás desse processo diversas implicações na situação do emigrante, do imigrante, da população receptora, e da população deixada. O impacto social e individual (psicológico) é imenso.

Para Sayad (2000, p.11), o retorno é fato intrínseco à ideia de imigração, e utilizando-se de uma metáfora, o autor ilustra que “o retorno é naturalmente o desejo e o sonho de todos os imigrantes, é como recuperar a visão, a luz que falta ao cego, mas, como cego, eles sabem que esta é uma operação impossível. Só lhes resta, então, refugiarem-se numa intranquila nostalgia ou saudade da terra”.

Nesse sentido, sustenta o autor, o retorno envolve relações com o tempo, com o espaço e com os grupos – aquele que o acolheu (não necessariamente atribuindo a esse contato o adjetivo hospitaleiro), e o grupo que ele deixou. As relações com o tempo e com o espaço implicam a noção de poder voltar ao ponto e ao lugar de partida, assim como quando foram deixados. No caso do espaço, significa ainda, a sacralização do lugar, onde somente nele o emigrante acredita estar em contato consigo mesmo.

Já a relação com os grupos envolve a necessidade de se adaptar e auto afirmar para conseguir seu novo espaço na sociedade que recebe. No caso da sociedade que é deixada, busca-se se explicar e se desculpar pelo fato de tê-los abandonado, e ainda carregar afetivamente consigo o sentimento de ainda fazer parte do grupo.

Nesse caso, o imigrante coreano que deixa o Brasil e retorna à terra natal busca o contato com aquilo que acredita ser a sua essência. No entanto, não se pode ignorar o fato do imigrante ter vivenciado conjunturas e ter tido experiências que engendraram mudanças substanciais ao caráter e estilo de vida do indivíduo. Acredita-se que mesmo para aqueles que no Brasil viveram nos chamados enclaves étnicos<sup>22</sup>, o contato, mesmo que mínimo, com a cultura brasileira, transformou-os de alguma maneira.

---

<sup>22</sup> Caracterizado como um padrão de territorialização de minorias nas cidades, onde há “concentração de grupos específicos baseada em escolhas voluntárias, como o desejo de constituição de relações de vizinhança, manutenção de elementos de cultura ou religião, proximidade de equipamentos de comércio e serviço específicos, direito à manutenção da língua nativa” (CYMBALISTA; XAVIER, 2007, p. 121).

Assim, mesmo que o retorno à Coreia após a experiência da imigração no Brasil possa ser facilitado pela internet e pela realocação dos vínculos sociais pela família e amigos, o processo continua sendo traumático e doloroso.

### **A diáspora coreana?**

Uma série de estudiosos aborda o tema da imigração coreana no mundo e sua organização em comunidades nos países de dispersão como “a diáspora coreana”. Ao consultar a discussão sobre a definição do termo diáspora, encontramos certos aspectos em comum, mas que mesmo assim não levam os diversos autores a concordar com a abrangente aplicação do termo, ou mesmo com a denominação “diásporas contemporâneas”.

A discussão sobre a aplicação do termo diáspora concentrou-se só nos casos de migrações transnacionais, e não simplesmente como a dispersão de grupos sociais e religiosos quaisquer, sem a relação com etnicidade.

De forma sintética, Sheffer (1986, p.3 – tradução livre) define diáspora moderna como “grupos étnicos minoritários, de origem imigrante, que vivem e atuam no país de acolhimento e mantem fortes laços afetivos e materiais com seus países de origem – suas terras natais”<sup>23</sup>. Outros autores como Bruneau (2004 apud MERA, 2005), criam categorias para que a partir delas possa-se analisar cada caso. Suas categorias sustentam que, em primeiro lugar o grupo em questão deve estar disperso em diversos lugares; em segundo lugar, a escolha do país de destino deve ter ocorrido em função de cadeias imigratórias, nas quais os novos imigrantes estejam vinculados com aqueles imigrantes já estabelecidos; em terceiro lugar, que esses grupos se integrem com a sociedade local sem haver grande assimilação, ou seja, que os grupos mantenham uma vida associativa ativa de forma a permitir a manutenção de formas tradicionais de reprodução comunitária; e finalmente, que os grupos mantenham fortes vínculos de intercâmbio com o país de origem e outros polos migratórios.

Há também aqueles que mencionam categorias mais rígidas e acreditam que diáspora envolva a não assimilação “total” do indivíduo e a sacralização da terra natal pelo migrante, como lar ideal para onde se deva retornar. Ao se debruçar sobre uma grande crítica ao uso do

---

<sup>23</sup> “*Modern diaspora are ethnic minority groups of migrant origins residing and acting in host countries but maintaining strong sentimental and material links with their countries of origins – their homelands* (SHEFFER, 1986, p.3).”

termo diáspora, Brubaker (2005) aponta uma ambivalência interessante na literatura, que diz que apesar da ênfase de alguns em defender a preservação da identidade como característica essencial de grupos diaspóricos, há uma corrente contrária que sustenta a ideia do hibridismo ilustrado pela citação de Hall (1996, p.75): “A experiência da diáspora, como aqui a pretendo, não é definida por pureza ou essência, mas pelo reconhecimento de uma diversidade e heterogeneidade necessárias; por uma concepção de “identidade” que vive com e através, não a despeito, da diferença; por *hibridação*”.

Um dos grandes motivos geradores de polêmica sobre o tema é a dificuldade em classificar uma população nos critérios estabelecidos. As dúvidas e discussões pairam sobre as questões de quais critérios seguir, e sobre o fato de muitas vezes não se conseguir aplicar todos os critérios ao mesmo grupo.

Em sua revisão da literatura e questionamentos, Brubaker (2005) relata que há casos de estudos nos quais se classificam como “diásporas” quaisquer grupos que tenham se dispersado, e também populações que estão altamente assimiladas. O autor critica dizendo que “se todo mundo é diaspórico, então ninguém o é distintivamente. O termo perde seu poder de discriminação – sua habilidade de apontar fenômenos, fazer distinções. A universalização da diáspora, paradoxalmente, significa o desaparecimento da diáspora” (BRUBAKER, 2005, p.3 – tradução livre) <sup>24</sup>.

A pesquisadora argentina Mera (2005) discorre sobre a diáspora coreana na América Latina, tratando dos grupos de coreanos existentes no Brasil, Argentina, Paraguai, Peru e Chile. A autora mostra a relação dessas populações com a construção da identidade e memória do grupo.

No caso dos grupos de imigrantes coreanos e seus descendentes na cidade de São Paulo, pode-se encontrar alguns ou muitos dos critérios estabelecidos pelos diferentes estudiosos e participantes da discussão sobre o tema. De acordo com dados de Inbom Choi (2003), há grandes grupos de coreanos espalhados pelo mundo, calcula-se que haja cerca de seis milhões de coreanos, ou quase 10% da atual população da Península Coreana vivendo fora dela. Os países com a maior população de coreanos são sucessivamente Estados Unidos, China e Japão. Aproximadamente metade dos coreanos vivendo na América Latina encontra-se em São Paulo, e por volta de um quarto está na Argentina.

---

<sup>24</sup> “If everyone is diasporic, then no one is distinctively so. The term loses its discriminating power – its ability to pick out phenomena, to make distinctions. The universalization of diaspora, paradoxically, means the disappearance of diaspora (BRUBAKER, 2005, p.3)”.

É sabido também, inclusive por meio de pesquisa de campo, seja ela por entrevista ou observação no bairro do Bom Retiro, que os coreanos em São Paulo estão altamente organizados no sentido de manter a coesão do grupo, mesmo sabendo que há muitos casos de alto grau de assimilação, percebe-se que a comunidade coreana na capital paulista conta com significativa vida associativa, que se reflete em forte sentimento de pertencimento identitário.

Sabe-se também que muitos coreanos mantem vínculos com outros coreanos na Coreia e em diferentes partes do mundo, tendo em vista que muitos daqueles imigrantes que vieram para o Brasil acabaram reimigrando ou retornando para seu país de origem. É comum a um coreano no Brasil mencionar que tenha familiares, amigos ou mesmo conhecidos vivendo nos Estados Unidos, por exemplo. Além do contato entre comunidades, é evidente o contato do coreano “na diáspora” com a cultura em sua forma mais atual na Coreia, principalmente pelos jovens ligados à internet.

Todavia, evitar-se-á neste trabalho referências à comunidade coreana em São Paulo como diáspora, não por qualquer oposição ao termo e suas possíveis más interpretações, mas simplesmente para não tomar partido no debate acima mencionado. Entende-se, no entanto, que é relevante a discussão agora trazida pelo fato de estimular as diferentes formas de estudar o fenômeno migratório, seja ele denominado ou não diáspora.

Concorda-se com Sorj (2007, p.9) ao afirmar que:

Um dos fenômenos mais interessantes da diáspora é que ela permite um estudo das relações complexas entre as dimensões global e local, a permanente reabsorção e retradução a partir das condições locais de cada comunidade, de discursos e práticas geradas em outros contextos.

Apropriar-se-á, nesse sentido, de discussões ricas no campo da diáspora, no que tange a territorialização da cultura e da memória, a questão da formação de redes sociais que objetivam manter vivas as manifestações culturais e tradições da população dispersa, e também o estudo sobre a identidade do grupo.

### 3 O BAIRRO DO BOM RETIRO

Localizado na região central da cidade entre os bairros Brás, Campos Elíseos, Barra Funda, Luz e Santa Cecília, o bairro do Bom Retiro, situado no distrito homônimo, encontra-se apenas há 1.6 quilômetros do antigo triângulo paulistano (formado pelas ruas XV de Novembro, Direita e São Bento), onde se encontrava o núcleo urbano da então pacata São Paulo do início do século XIX, local onde se concentrava a porção mais urbanizada da cidade. A região onde se situam atualmente os bairros supracitados fazia parte da planície próxima aos rios Tietê e Tamanduateí denominada Campos do Guaré, onde a elite paulistana mantinha suas chácaras no final da década de 1820 até o final da década de 1870, que segundo Santos (2000, p.37) “representavam uma evolução da casa grande e senzala do interior”. Ao descrever a paisagem, Dertônio (1971, p.12) discorre:

[...] havia muito chão inabitado, ‘campos’ e ‘chácaras verdes e solitárias’, onde, sem dúvida, iam descansar as famílias nobres daqueles tempos, deleitando-se, em seus retiros, sob as grandes paineiras, pejadas de flocos brancos na frutificação, ou sob os verdes sabugueiros, cheios de brancas ou róseas flôres perfumadas.

Assim como local de retiro das famílias mais abastadas da capital, a paisagem bucólica da região era cenário também, de uma das opções de lazer e sociabilidade da elite cafeeira, o Jardim Botânico, atual Parque da Luz (SANTOS, 2000). A instalação da Cadeia Pública em 1852, da primeira olaria da cidade, por volta de 1860, da Sociedade Propagadora de Instrução Popular em 1873, que foi posteriormente transformada no Liceu de Artes e Ofícios em 1882 (atual Pinacoteca do Estado) e da primeira escola primária de São Paulo em 1884, levaram ao arreamento de várias chácaras, incentivando assim, a maior circulação e facilidade de acesso à planície.

No entanto, o que impulsionou a transição da paisagem rural da região para urbana (movimento de urbanização que já vinha acontecendo com toda a cidade em decorrência da economia cafeeira) foi a inauguração da estrada de ferro Santos-Jundiaí, que além da escoação da produção agrícola do interior para o litoral, trazia de Santos os milhares de imigrantes que vinham substituir a mão-de-obra escrava. Inicialmente, essa leva imigratória subsidiada por acordos bilaterais referia-se principalmente a grupos de italianos.

A linha férrea não causou apenas o aumento populacional do entorno da estação, mas também fomentou o desenvolvimento de uma grande estrutura que servisse todas essas

pessoas e demandas de serviços. Santos (2000, p.43-44) afirma que, “com a ferrovia surgiram, associadas direta ou indiretamente a ela, vários equipamentos e edificações além das estações de embarque, como: galpões e oficinas de locomotivas, carros e vagões, alfândegas, armazéns de mercadorias, etc.”

A grande estruturação dos atuais bairros Bom Retiro, Santa Ifigênia, Campos Elíseos e Luz levou a sua valorização e a especulação fundiária. Nesse cenário, os donos das chácaras passaram a interessar-se no loteamento e venda dos seus espaços de retiro. Em função das suas localizações mais privilegiadas, os bairros de Santa Ifigênia e Campos Elíseos, este último, local de construção das casas da elite paulistana e da sede do governo do Estado de São Paulo, foram os primeiros bairros a perderem seu caráter rural. A esse respeito, acrescentam as seguintes pesquisadoras:

Do ponto de vista imobiliário, o sucesso dos Campos Elíseos foi tão grande que impulsionou o loteamento de diversas outras chácaras. Esses novos loteamentos visavam não só à elite, mas também os operários, o que acabou provocando loteamentos isolados uns dos outros, dando uma certa feição desordenada ao tecido urbano de São Paulo (RAMOS; BLASSIOLI; ROLIM, 2007, p.77).

O Bom Retiro, onde ainda encontravam-se diversas chácaras, por localizar-se em área de várzeas inundáveis, e separada fisicamente dos Campos Elíseos pela linha férrea, acabou isolado de comunicação com a parte rica da região. Santos (2000, p.50) sustenta que “as áreas de várzeas eram rejeitadas pelas classes abastadas também por uma questão sanitária – na época o saneamento básico ainda era precário na cidade”. De qualquer forma, a demanda por moradia popular criada pelo fluxo de imigrantes italianos principalmente, veio a ser conveniente também para os proprietários das terras do bairro.

De 1881 a 1883, Manfred Meyer, proprietário de uma das chácaras e da olaria próxima ao rio, junto a Câmara Municipal fazem o arruamento do bairro, que vai saindo de seu isolamento (SANTOS, 2000). Com o intuito de aumentar o trânsito no bairro, iniciam-se os loteamentos e é construído no antigo sobrado Bom Retiro, localizado na chacara homônima, a primeira Hospedaria de Imigrantes, que funcionou ali de 1882 a 1887, até que foi transferida para o bairro do Brás, onde funcionou até a década de 1970 e hoje se encontra o Memorial do Imigrante.

Mesmo com a transferência da Hospedaria para o Brás, a circulação de imigrantes recém-chegados à São Paulo continuou em função da instalação do Desinfetório da cidade na mesma época que a primeira Hospedaria no Bom Retiro, já que “para ser admitido na



hospedaria do Brás era necessário passar obrigatoriamente pelo Desinfetório Central, no Bom Retiro” (EVASO, 1998, p.48 apud SANTOS, 2000, p.56).

A constante chegada e permanência de imigrantes italianos no Bom Retiro e a instalação de fábricas dão cada vez mais um caráter operário ao bairro. De acordo com levantamento de Bandeira Junior em 1901 (SANTOS, 2000), a grande maioria dos operários das sete fábricas instaladas no bairro no ano em questão é imigrante. As mudanças, nesse sentido, vão além daquelas paisagísticas da transição de chácaras para moradias populares:

Como vemos, São Paulo, em fins do séc. XIX, não apenas diversificava sua produção, mas também formava suas classes, e atrelados a estas diferenciava seus subespaços. Definia uma primeira zona urbana em oposição a uma rural, graças à implantação e o desenvolvimento das infraestruturas do consumo coletivo, da diversificação das edificações (em estrutura e estilo), dos modos de se habitar e conviver, assim como também, passava a classificar bairros de elites e de operários... como o Bom Retiro (SANTOS, 2000, p.55).

Com toda a urbanização, o aumento populacional vertiginoso e mesmo com condições precárias de moradia em cortiços e vilas, falta de estrutura básica e inundações, o Bom Retiro não cessou em continuar recebendo grandes números de imigrantes de diferentes nacionalidades. De 1870 a 1890 predominaram os portugueses, entre 1900 e 1940 a maioria era italiana, de 1940 a 1970 o Bom Retiro transformou-se em um bairro de maioria judaica, contando também com a presença de gregos, e de 1970 até os dias atuais, concentram-se no bairro os coreanos e também bolivianos, que se estabeleceram lá a partir de 1980 e 1990 apesar de não terem até então deixado marcas tão visíveis como os grupos anteriormente mencionados (DERTÔNIO, 1971; TOJI, 2007)

Na década de 1920, imigrantes judeus vindos principalmente da Rússia e da Polônia começam a se estabelecer no bairro. Provenientes de centros urbanos e acostumados a trabalhar no comércio, esses judeus emigraram para o Brasil, principalmente após os Estados Unidos terem fechado as fronteiras para esse tipo de imigração.

De início, muitos se estabeleceram no Bom Retiro, não só em função da facilidade de transporte, tendo em vista que a nova Estação da Luz, inaugurada em 1900, localizava-se no bairro, e as Estações Rodoviária de São Paulo e a Ferroviária Júlio Prestes estavam nas proximidades, mas também por ser uma região onde os terrenos e aluguel eram baratos, já que era um bairro fabril e proletário, onde os mascates (profissão de muitos desses judeus) poderiam encontrar abertura para um mercado em pleno processo de urbanização. Ali os mascates se abasteciam de mercadorias para revendê-las no interior e em outros estados.

Do trabalho de comerciante ambulante, esses judeus iniciaram os primeiros trabalhos no ramo de confecção e comercialização de roupas prontas, e o bairro firmou-se como pólo confeccionista e atacadista. Feldman (2004, p.35) evidencia a dimensão dessas atividades: “em 1937, 39% das indústrias localizadas no Bom Retiro eram de roupas feitas e de tecidos e 15% de malharias”. Essa atividade econômica veio a mudar drasticamente as feições e o perfil do bairro até então operário. Aos poucos o número de imigrantes europeus de origem judaica passou a superar o número de italianos, que se espalharam por outros bairros paulistanos e que hoje no Bom Retiro perfazem uma minoria concentrada na porção mais baixa do bairro, próxima ao rio. Truzzi (2001, p.7) afirma que:

No início da década de 40, a parte alta do Bom Retiro assumiu características de um enclave étnico. O ambiente era francamente judeu: sinagogas, filmes falados e cantados em ídiche, pessoas portando barba e vestuário típicos, estabelecimentos que comercializavam alimentos próprios consumidos pela colônia etc. Os judeus lograram assim recriar, no Bom Retiro, um ambiente muito favorável, seja nos negócios que prosperavam, seja em termos de sua sociabilidade, cultura ou religião.

É curioso mencionar que de acordo com estudos de Truzzi (2001) e Póvoa (2007), a nova população do bairro manteve relação próxima e saudável com outros grupos étnicos representados no bairro, como é o caso especial dos italianos, mas também gregos e armênios.

Gradativamente, aqueles judeus que já haviam se estabelecido no Bom Retiro começaram a criar e consolidar as primeiras redes de sociabilidade e solidariedade para que outros membros da comunidade pudessem fixar-se no bairro, incluindo os fluxos de imigrantes/refugiados do pós-II Guerra. De acordo com Póvoa (2007), a primeira sinagoga de São Paulo foi criada em 1912 na Rua da Graça, e uma dezena de outras seguiram esse passo inicial. O autor ainda menciona uma série de outras entidades que facilitavam a inserção e o estabelecimento da comunidade no bairro como escolas judaicas, entidades de caridade e assistência social, instituições de cunho econômico que apoiavam os recém-chegados e os inseriam no mercado de trabalho, instituições de crédito popular, entre outras.

Além da mudança na economia do bairro, notaram-se também as mudanças na paisagem – de bairro operário para comercial, onde muitas residências foram transformadas em lojas. Aqueles prédios residenciais coletivos, como cortiços, deram espaço a prédios de apartamentos. Ao longo da década de 1940 e 1950, o bairro já sentia os primeiros sinais de uma certa verticalização e urbanização mais intensa. Nesse sentido afirma Nascimento (2007, p.23):

Exceto a região entre a Praça Coronel Fernando Prestes e a Rua dos Bandeirantes até a Rua Prates, que sofreu um *boom* nos anos 60, o Bom Retiro não viveu a verticalização do Centro propriamente dito, mas sofreu processo de substituição edilícia, evidente nos prédios residenciais de dois a quatro andares, representativos da linguagem do movimento moderno.

É nesse contexto que as famílias de imigrantes judeus que ali se estabeleceram inicialmente começam a mudar-se para bairros mais residenciais, em busca de melhor qualidade de vida, uma vez que já tinham alcançado poder econômico mais alto. Assim, sustenta Truzzi (2001, p.8), “[...] lojistas e fabricantes começaram a perceber as desvantagens de residir em um bairro misto, isto é, residencial e comercial-industrial”. A partir da década de 1950, muitos desses judeus passam a morar nos bairros próximos, Santa Cecília e Higienópolis, onde hoje a maioria reside e frequenta. Freitas (2003) afirma que na década de 1960 os judeus não só passaram a desenvolver uma confecção mais elitizada que levou a criação de grandes marcas, como também começou a investir em setores diversos, como a construção civil. Outro fator que contribuiu para a diminuição gradativa do envolvimento da comunidade judaica com a confecção e o comércio atacadista do Bom Retiro foi o fato das gerações seguintes não darem prosseguimento aos negócios familiares.

A partir da década de 1950, um grande movimento migratório no Brasil, fez o Bom Retiro sentir sua população inflar uma vez mais. Principalmente nordestinos – esses novos migrantes vão fixar-se também em áreas centrais menos valorizadas, onde poderão encontrar emprego e viver a um custo baixo. Martine (1996, p. 63) diz que:

[...] a abertura de estradas e o desenvolvimento dos meios de comunicação vinham facilitando progressivamente as migrações inter-regionais. Assim, iniciou-se uma migração de nordestinos que, movidos pela seca, pelo crescimento demográfico e pelas crescentes disparidades inter-regionais nas condições de vida, passaram a alimentar os [...] fluxos nacionais.

Apesar de sua presença no Bom Retiro não ter sido tão marcante como em bairros como Brás, Bixiga e na periferia, como Santo Amaro, no Bom Retiro, essa onda de novos moradores estava principalmente entre o grupo dos trabalhadores, ao contrário dos imigrantes judeus, e posteriormente coreanos, que chegaram a perfazer grande parte do número de empreendedores do bairro (SANTOS, 2000).

Na década de 1960, muitos coreanos começaram emigrar para o Brasil, e a grande maioria acabou estabelecendo-se na cidade de São Paulo. Inicialmente, concentraram-se na parte baixa do bairro da Liberdade, que chamavam de Vila Coreana. À medida que começaram a perceber o ramo da confecção como uma opção para sua sobrevivência na nova

terra, já que era uma atividade que não necessitava de grande capital inicial e envolvia baixos riscos, os coreanos foram aos poucos mudando para as regiões do Brás e Bom Retiro.

Como o Bom Retiro já tinha certa tradição na produção e venda de roupas, alguns coreanos passaram a trabalhar em oficinas de costura e lojas de roupas de judeus já estabelecidos no ramo, ou como prestadores de serviços terceirizados para os mesmos. Com o tempo, garra e vontade de enriquecer, muitos conseguiram iniciar seus próprios negócios, substituindo os antigos empreendedores.

Por trabalharem longas jornadas e empregarem a família toda, os coreanos conseguiam uma produção maior e de custo inferior, o que lhes garantia mais competitividade no mercado. Aos poucos, foram ganhando o mercado e fixando-se no Bom Retiro como centro comercial, e por um tempo, centro residencial da comunidade. A Entrevistada 1 conta a trajetória da sua família e da comunidade:

Bom Retiro era um bairro dos judeus, a maioria era judeu. Então, um ou dois [coreanos] bem sucedidos na confecção conseguiu pegar umas lojas no Bom Retiro. E quando um, dois, três começou a mudar, a maioria começou a mudar. Aí teve uma época, que essa rua toda, Três Rios, rua da Graça, coreanos começaram a tomar conta das redondezas. José Paulino, Aimorés, era um ponto muito caro, eles não tinham muito dinheiro, então começava na rua dos Italianos, na Nilton Prado. A maioria fez no quintal de casa e vendia para judeus que tinham lojas. Inclusive, meus pais também começaram a produzir no quintal da loja e vendiam para judeus, e depois juntaram algum dinheiro e já começaram a pegar lojas das redondezas. Assim, eles [coreanos] tomaram conta de José Paulino, Aimorés, Lombroso e agora do Bom Retiro todo.

Com a saída gradativa dos judeus para outros bairros, a partir da década de 1970 o Bom Retiro passou a ser marcado pela presença coreana, e essa comunidade ali criou vínculos fortes. A influência coreana se fez presente não só nas grandes reformas de apartamentos e de fachadas de lojas que lhes deram um ar de *shopping center*, mas também na dinâmica do comércio local, como sustenta Santos (2000, p.100):

Os coreanos foram, e ainda são, os responsáveis pela imposição de uma nova dinâmica no comércio local, com a implantação do giro rápido do estoque, o ritmo de trabalho intenso em suas confecções, a venda de roupas em tecidos mais leves, em grande parte importados, a introdução de um marketing mais agressivo e inovador, visto sobretudo na organização e design de suas lojas, etc.; fatores que colaboram para a decadência e, ao mesmo tempo, renovação do comércio tradicional do bairro.

Da mesma forma como aconteceu com os judeus, os coreanos perceberam que morar no Bom Retiro não lhes oferecia as vantagens de um bairro residencial, e já tendo se estabelecido financeiramente, alguns começaram a mudar para bairros próximos como Higienópolis, Aclimação e até mesmo Jardins, de onde poderiam diariamente se locomover para o local de trabalho com facilidade.

Mais uma vez, a paisagem do Bom Retiro é alterada pelos novos moradores do bairro. As igrejas coreanas, restaurantes, mercearias e todo o resto do comércio étnico<sup>25</sup> com seu estilo “oriental” e letreiros em caracteres coreanos dão nova roupagem a um bairro multicultural.

Mais recentemente, chegaram ao bairro grupos de sul-americanos, principalmente bolivianos, ou assim como são taxados todos os sul-americanos que procuram o Bom Retiro para trabalhar nas oficinas de costura. A situação de indocumentado, muitas vezes força-os a aceitar condições de trabalho de semiescavidão, evidenciando o caráter mais perverso deste sistema produtivo.

Justamente por não poder mostrar-se à sociedade, sabe-se que a sua presença no Bom Retiro, assim como no Brás e no Pari é grande, esse grupo tem uma presença silenciosa como diz Silva (1995) em seus estudos sobre os imigrantes bolivianos. Trata-se do grupo imigrante que menos tem sua cultura marcada na paisagem do bairro.

### **3.1 O Bom Retiro nos dias de hoje**

Hoje o Bom Retiro é um bairro misto, onde muitas pessoas trabalham e residem apesar de ter praticamente a metade do número de moradores que tinha na década de 1970. De acordo com Feldman (2004, p.33) no Bom Retiro “ocorre a mistura de funções: moradias convivem com comércio, serviços, equipamentos de educação e culturais, que garantem a moradores proximidade ao trabalho, ao lazer, à escola e, ao mesmo tempo, extrapolam a escala de bairro”.

---

<sup>25</sup> “Comércio étnico” é a tradução da expressão francesa *commerce ethnique* bastante utilizada pelos especialistas em estudos urbanos (*urbanisme comercial*) e sobre a imigração na França contemporânea, para designar diferentes tipos de empreendimentos comerciais pertencentes a imigrantes. Dessa forma, o “comércio étnico” não está relacionado à origem/procedência da mercadoria posta à venda, mas à organização do empreendimento e do negócio como um todo. Bem entendido, lojas francesas podem oferecer e expor produtos exóticos, considerados étnicos, mas isso não caracteriza o comércio étnico como tal (GOMES, 2002, p.18)”.



Figura 1: Distrito do Bom Retiro  
Fonte: Prefeitura de São Paulo

Em um levantamento sobre o distrito do Bom Retiro<sup>26</sup>, realizado pelo IPHAN (2010) durante o projeto Inventário de Referências Culturais do Bom Retiro, baseado em dados demográficos do IBGE do censo de 2000 foram destacadas as seguintes características: há 8.550 domicílios onde residem 26.5 mil pessoas, e quando comparado ao censo anterior, nota-se uma queda na população (36.004 em 1991). Outro dado interessante na caracterização da população do distrito é o fato de ser levemente mais envelhecida se comparada ao município de São Paulo, assim, o esvaziamento da população mais jovem, típico das regiões centrais da cidade, está de acordo com o fato do bairro ser mais popular na escolha de residência pelos coreanos idosos do que pelos mais jovens, conforme relatam os entrevistados. As maiores médias de rendimento mensal e de anos de estudos dos responsáveis dos domicílios estão na região chamada de Alto Bom Retiro, ou seja, na região da Rua José Paulino, Três Rios e parte da Luz, onde está localizada a maior parte do comércio.

No que se refere a migrantes e imigrantes, o levantamento do IPHAN (2010) destaca que aproximadamente 43% da população (11.5 mil pessoas) não é nascida no Estado de São

<sup>26</sup> O Distrito do Bom Retiro ultrapassa as fronteiras do bairro Bom Retiro, incluindo uma parcela do bairro Luz.

Paulista, sendo que desses, 5.7% (3.7 mil pessoas) é formada por estrangeiros e naturalizados. Entre a população de migrantes no distrito do Bom Retiro, 32% é formada por estrangeiros e naturalizados, sendo que mais da metade destes reside na região do Alto Bom Retiro.

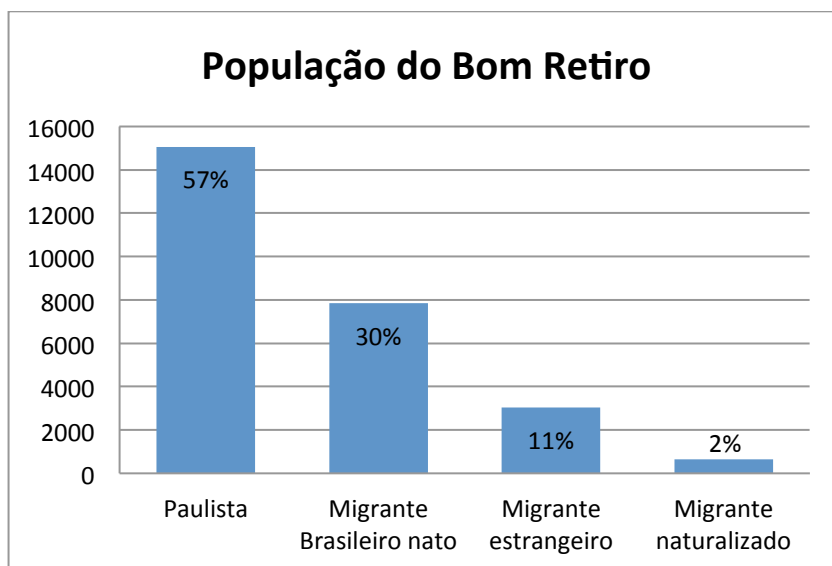


Gráfico 2: População do distrito Bom Retiro segundo nascimento  
Fonte: Censo demográfico (IBGE 2000 apud IPHAN, 2010).

A população estrangeira e naturalizada expressa significativamente os fluxos imigratórios contemporâneos na cidade de São Paulo, uma vez que os coreanos representam 43.3% desse grupo, seguidos apenas pelos bolivianos (18.5%). A situação de clandestinidade de muitos bolivianos e de outros sul-americanos (gráfico 4) não permite apresentar um número tão confiável de moradores dessas nacionalidades.

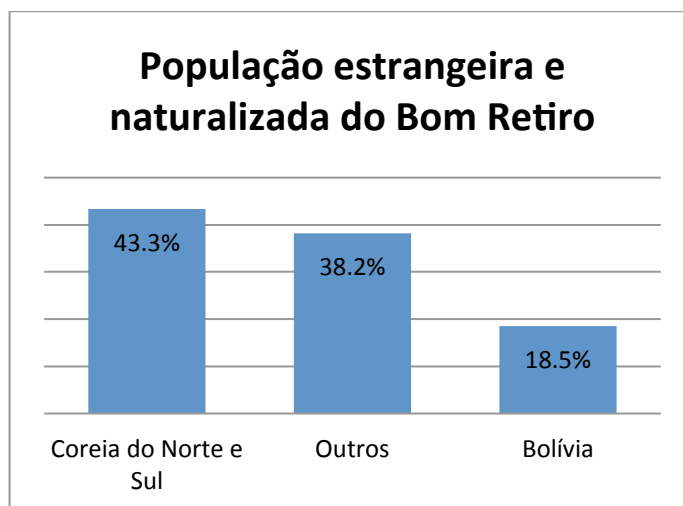


Gráfico 3: População estrangeira e naturalizada do distrito Bom Retiro segundo país de nascimento  
Fonte: Censo demográfico (IBGE 2000 apud IPHAN, 2010).

Embora o gráfico 3 ilustre claramente a predominância de imigrantes de fluxos recentes, o gráfico 4 também mostra a presença de imigrantes de fluxos mais antigos, como portugueses, italianos e gregos. Considerando que um número grande de imigrantes judeus em São Paulo são naturais de países como Polônia, Rússia, Israel e países da Europa Oriental, nota-se a presença significativa desse grupo no bairro, que também faz parte do grupo de imigrantes de fluxos não contemporâneos.

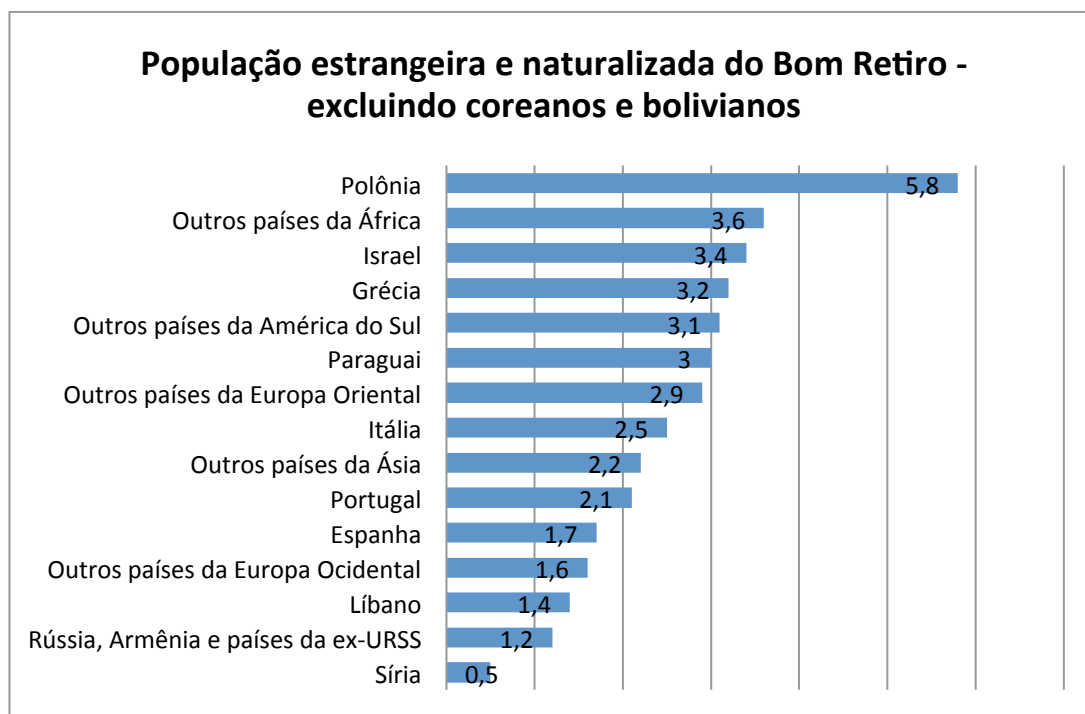


Gráfico 4: População estrangeira e naturalizada do distrito Bom Retiro segundo país de nascimento, excluindo Coreia do Norte e do Sul e Bolívia de acordo com o Censo  
Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2000 apud IPHAN, 2010).

Uma última característica da população do Distrito do Bom Retiro contemplada na pesquisa do IPHAN (2010) é que quase metade dos residentes (considerando a faixa etária de 15 a 64 anos) trabalha no próprio distrito, sendo que o “comércio a varejo e por atacado e reparação de objetos domésticos”, assim como a “confeção de artigos de vestuário e acessórios” são as duas categorias de atividades com maior incidência entre as dez apresentadas.

Caracterizado essencialmente pelo comércio e pela produção de roupas, assim como outros bairros centrais de São Paulo focam sua economia em certos produtos e serviços, o Bom Retiro é um polo especializado na indústria de confecções, que segundo Kowarick (2007, p.174) conta “com 2 mil unidades produtivas, 50 mil empregos diretos, antes, com



forte presença de judeus e, mais recentemente, de coreanos, recebe 70 mil compradores por dia”.

Na visão dos atuais moradores coreanos do bairro, segundo atestado nas entrevistas, o Bom Retiro é um bairro muito prático e conveniente para residir principalmente para aqueles que também trabalham ali ou confortam-se com o fato terem fácil acesso a uma gama de serviços focados na comunidade. A Entrevistada 9, que hoje vive e trabalha no bairro, afirma que tem muito mais qualidade de vida do que quando residia em outro bairro, principalmente porque consegue evitar de dirigir, já que é um bairro plano, fácil para caminhar, e bem servido de transporte público. Unanimemente, todos os entrevistados mencionam a preferência dos coreanos idosos em residir, ou voltar a residir no Bom Retiro pela facilidade de estar em contato próximo com a comunidade. Embora esteja próximo a regiões mais degradadas e associadas a altos índices de violência como Luz, Campos Elíseos e Santa Ifigênia, o Bom Retiro, provavelmente por manter a função residencial e ser muito ativo comercialmente, não é um bairro muito perigoso na visão dos moradores entrevistados. Estes chegam a mencionar que há ocorrências de assaltos e outros tipos de violência, mas que não é diferente da média da cidade.

Outro fato destacado pelos entrevistados é o alto preço dos poucos imóveis residenciais disponíveis no Bom Retiro. É sabido que os pontos comerciais nas principais ruas de comércio do bairro são muito valorizados, contudo, com a alta procura e a baixa oferta de apartamentos residenciais, esses imóveis também estão sendo mais valorizados, sem contar com os altos custos de manutenção dos prédios, em sua maioria, antigos do bairro. A esse respeito:

Tem muita gente que quer ir para o Bom Retiro, mas está com déficit de imóveis lá. Inflacionado bastante o preço de imóveis por lá (E2).

Não tem grande mudança no bairro. Percebo que tem muitas construções novas, de lojas. As lojas do Bom Retiro estão mais bonitas. Tem bastante investimento para fazer aquelas vitrines mais modernas. Acho que investimento grande [...] é uma região que não pode [...] Tem várias coisas meio tombadas, é um bairro meio antigo, então não pode furar, não pode uma série de coisas. Os apartamentos do Bom Retiro têm uma série de problemas, porque são muito antigos, o condomínio é muito caro, porque precisa fazer manutenção toda hora, então não é um bairro barato. Mas o pessoal gosta de estar lá por causa da comodidade (E7).

Ainda hoje, apesar da população de judeus no bairro ter diminuído substancialmente, nota-se que há muitos proprietários de prédios e lojas judeus, e em muitos casos os inquilinos

são coreanos. Essa é também a percepção da Entrevistada 1: “antigamente, os judeus eram lojistas, a maioria, e coreanos eram fabricantes que vendiam. Agora mudou. Coreanos são fabricantes e lojistas, e judeus são proprietários dos prédios”. Adicionalmente, observa-se que a percepção dos entrevistados no geral é muito parecida quanto à divisão da população e de frequentadores do bairro: “judeus [...] quase maioria já saiu, ficou uns dez ou quinze por cento (E8)”; “Se você for andar no Bom Retiro, no mínimo 70 ou 80% dos donos são coreanos. Então você pode pedir informação em coreano, se você for nas mercearias coreanas, quase todos os funcionários falam coreano” (E9). Conclui-se que a noção de que “70 ou 80%” do bairro sejam coreanos, não significa necessariamente que sejam residentes, mas principalmente composta por aqueles que trabalham no Bom Retiro, já que como mostram os dados acima, os residentes coreanos são uma minoria se comparados a população total do bairro.

É inegável que o Bom Retiro atual apresenta uma forte expressão da territorialização dos coreanos em São Paulo. Cymbalista e Xavier (2007, p.122) acreditam que o Bom Retiro, assim como a Liberdade, são territórios étnicos que se assemelham pelo fato de “[terem sido] ocupados por grupos específicos que passaram por grande ascensão social e que marcaram permanentemente seus espaços com a forte presença no espaço público, além de equipamentos de comércio e serviços”.

Todavia, percebe-se que ele não segue padrões tão complexos de bairros étnicos como as *Chinatown* e *Koreatown* existentes nos Estados Unidos e em alguns outros países, ou mesmo o bairro da Liberdade em São Paulo, que tentam reproduzir ambientes muito similares aos do país natal com características peculiares da comunidade estrangeira, e muitas interferências na paisagem e na dinâmica do bairro como um todo. O Bom Retiro ainda é esparsamente ocupado pelos coreanos, sendo que a maior concentração dos estabelecimentos e instituições coreanas estão localizadas no Alto Bom Retiro, sendo que os serviços voltados para a comunidade coreana em si, como restaurantes, mercearias e lojas de produtos coreanos estão concentrados principalmente nas ruas Prates e Correia de Melo, e um pouco menos evidentemente nas ruas Lubavitch, Três Rios, Silva Pinto, da Graça, Guarani, Bandeirantes, Ribeiro de Lima e Amazonas. As lojas coreanas de vestuário que são responsáveis por grande parte do trânsito de pessoas no bairro, principalmente nas ruas José Paulino, Prof. Cesare Lombroso, dos Italianos e Aimorés, não são óbvias referências à cultura coreana, tendo em vista que não dispõem de letreiros em coreano e os funcionários são majoritariamente brasileiros. Sem dúvida, entretanto, a dinâmica dessa região do bairro é fortemente

influenciada pela vitalidade e tipo de relação imposta pelos lojistas e confeccionistas coreanos.

Ao comparar o Bom Retiro com o bairro onde se concentra a comunidade coreana de Buenos Aires, a Entrevistada 7 explicita a sua opinião de que não há um bairro declaradamente coreano em São Paulo:

Se você for comparar, quando eu fui para Argentina, Buenos Aires, eu me senti muito mais na Coréia do que quando eu vou para o Bom Retiro. Tinha muito mais placas, muito mais ambientalização. Você vê que mesmo com, os restaurantes coreanos, alguns têm uma coisinha bonitinha na frente, mas não vejo uma identificação muito forte de que é um bairro coreano. Apesar de ter muito coreano andando de lá para cá, você vê que o coreano não transportou aquelas coisas todas da Coréia para cá. Eu acho que o Bom Retiro é bem discreto comparado a outros locais. Tem algumas ruas, como a Prates que tem alguma coisa mais coreana, mas o resto do bairro você não percebe que ali mora muito coreano (E7).

Nas fotografias 1 e 2 observam-se os letreiros em coreano da igreja e do salão de beleza ao lado do supermercado não coreano na rua Amazonas. Já na fotografia 3, na rua Três Rios é possível notar a sutil presença no nome da loja de cosméticos, já que Kim é um sobrenome coreano muito popular, e no letreiro da doçaria e cafeteria, que exhibe caracteres coreanos, junto ao nome do estabelecimento que faz referência a relação dos coreanos com o sonho americano. A fotografia 4 ilustra o dia-a-dia na Rua Prates e uma das mercearias coreanas ali localizadas.



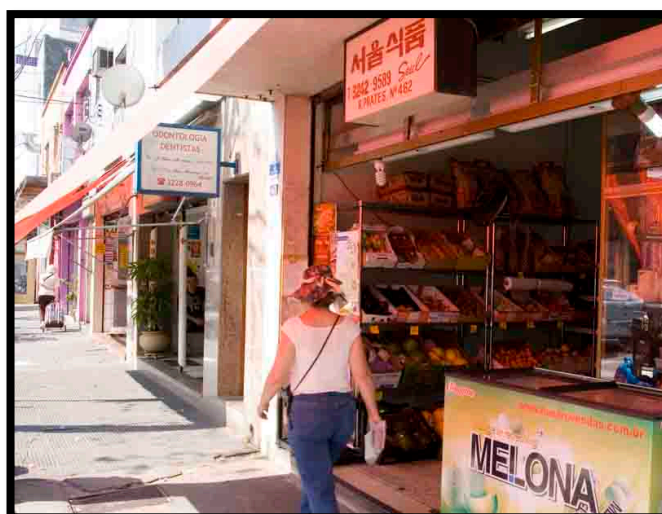
Fotografia 1: Rua Amazonas, Bom Retiro  
Fonte: Rafael Monteiro (2010)



Fotografia 2: Rua Amazonas, Bom Retiro  
Fonte: Rafael Monteiro(2010)

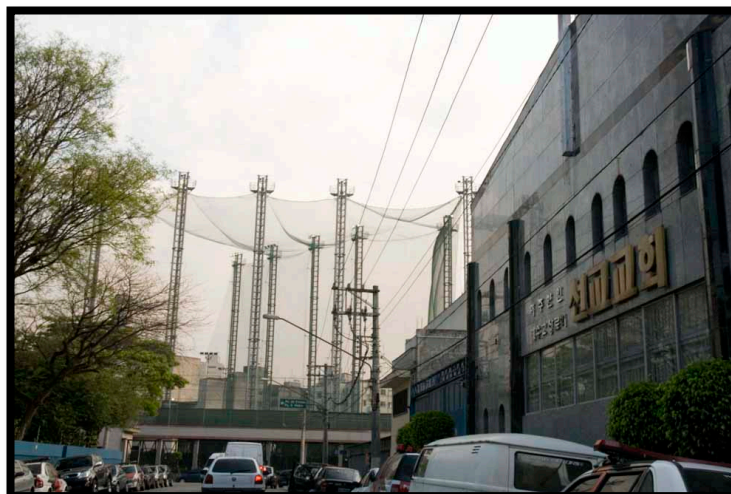


Fotografia 3: Rua Três Rios, Bom Retiro  
Fonte: Rafael Monteiro (2010)



Fotografia 4: Rua Prates, Bom Retiro  
Fonte: Rafael Monteiro (2010)

Ao orientar-se para as ruas que compreendem a região do Baixo Bom Retiro, mais próximas aos Rios Tietê e Tamanduateí, vindo do parque da Luz, percebe-se que as interferências dos coreanos na paisagem ocorrem de forma menos evidente. Ainda nas ruas Joaquim Murtinho, Júlio Conceição, Mamoré, Nilton Prado, Sólon, Matarazzo, Nair de Teffé e David Bigio há certa concentração, mesmo que mais espaçada de estabelecimentos e instituições coreanas, como as inúmeras pequenas igrejas protestantes, a grande e única igreja católica coreana, São Kim Degun, o colégio Polilógos, algumas pré-escolas, a clínica Nazaré e o hotel Prince Tower, que dispõe de um centro de treinamento de golfe.



Fotografia 5: Letreiros em coreano a direita e golfe ao fundo. Rua David Bigio, Bom Retiro  
Fonte: Rafael Monteiro (2010)



Fotografia 6: Igreja São Kim Degun. Rua Nair de Teffé, Bom Retiro  
Fonte: Rafael Monteiro (2010)

Quanto mais orientar-se em direção a Rua Sérgio Tomás, menor será a presença coreana. Há ali algumas poucas referências como a Sociedade Pequeno Jesus, uma instituição de assistência social ligada à igreja católica, localizada na Rua Javaés. Nessa região, visivelmente mais pobre do bairro, ainda podem ser vistos exemplos de vilas e casas operárias, algumas inclusive transformadas e utilizadas como cortiços ainda hoje.

No dia 21 de maio de 2010, a Câmara Municipal de São Paulo prestou homenagem ao bairro do Bom Retiro, pela criação de lei que institui o bairro como Polo Cultural das Tradições Coreanas, caracterizando-o como Bairro Coreano. O objetivo da lei é promover

maior interação dessa comunidade com a sociedade paulistana, assim como incluir o Bom Retiro no roteiro turístico de São Paulo<sup>27</sup>.

O Bom Retiro é hoje um grande depósito da memória da cidade de São Paulo, do passado operário, da urbanização paulistana, do bairro de múltiplas identidades, da imigração de diversos grupos étnicos no país, da migração de nordestinos para o sudeste brasileiro, que formam um grande repertório de patrimônio cultural.

### **3.2 O estabelecimento dos coreanos em São Paulo**

A impossibilidade de manterem-se no campo realizando atividades agrícolas atraiu os coreanos a tentarem a vida nos grandes centros urbanos. Uma vez que muitos outros coreanos já estavam estabelecidos na cidade de São Paulo, esse foi o destino da grande maioria que deixou as fazendas. São Paulo parecia o destino ideal para esses imigrantes que não tinham um histórico rural na Coreia, principalmente porque estava em pleno processo de crescimento econômico.

Ao chegarem a São Paulo, aqueles que não tinham conseguido sucesso, passaram por momentos de dificuldades ao tentarem entrar no mercado de trabalho, pois não dominavam o português e não estavam familiarizados com os códigos culturais brasileiros. Aqueles que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho, mas que dispunham de algum capital, tentavam abrir pequenos negócios, como charutarias, mercearias e quitandas, já que esses tipos de estabelecimentos ainda eram bastante populares em São Paulo, quando não havia redes de supermercados como existe atualmente (FREITAS, 2003). Realizaram diversos tipos de ofícios, inclusive as mulheres, para ajudar na renda familiar, começaram a venda de roupas e outros artigos importados, como aqueles trazidos por eles mesmos da Coreia, de porta em porta, prática conhecida pelos coreanos como *bendê*. Por meio das entrevistas realizadas, pôde-se perceber que as mulheres coreanas exerceram papel fundamental na adaptação da família no início.

---

<sup>27</sup> [http://www.camara.sp.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2260:camara-homenageia-o-bom-retiro---polo-cultural-das-tradicoes-coreanas&catid=37:eventos&Itemid=94](http://www.camara.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2260:camara-homenageia-o-bom-retiro---polo-cultural-das-tradicoes-coreanas&catid=37:eventos&Itemid=94) e <http://institutoagora.org.br/node/2889>

[...] minha mãe saía, ela vendia tudo o que a gente trouxe. Ela vendeu até louça que a gente trouxe da Coreia. Ela foi vendendo tudo que a gente trouxe, ela saía com as coisas e foi vendendo, vendendo (E3).

[...] antes da gente, quem veio fazia muita costura e bordado dentro de casa, e quando a gente veio, já estavam começando a fazer um negócio que a gente chamava de vender roupa de porta em porta. Minha mãe fez isso, e com o dinheiro que ela ganhou fazendo isso, nos mudamos para outro apartamento na mesma rua (E4).

Muitos dos homens, como chefes de famílias capacitados e com experiência profissional na Coreia, encontravam dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. Choi (1991, p. 99) ainda explica que para os maridos, a venda de mercadorias de porta em porta significava romper com certos padrões que para eles deveriam ser respeitados, além de serem homens, “conservavam certo orgulho inerente à classe média coreana”. O Entrevistado 8 afirma, no entanto, que só era possível trabalhar como ambulante, mesmo ganhando bem, no Brasil onde ninguém o conhecia:

É uma vergonha para trabalhar vendendo caneta na rua. Mesmo ganhando bem. Inclusive eu ganhava naquele tempo [como engenheiro na Coreia] uns 250 dólares. Ambulante ganhava 350 dólares. Mesmo ambulante ganhando bem ele não pode tirar gravata, tirar a paletó, colocar camiseta e vai vender caneta. Porque todo mundo me olha (E8).

Em busca de melhor qualidade de vida, os coreanos tentavam inserir-se no comércio. É comum o relato de famílias que abriram vários negócios de diferentes ramos do comércio até conseguirem êxito. Os empreendimentos variavam de bares e restaurantes a mercearias e lojas de presentes e papelerias. Muitos tentavam aventurar-se em negócios que focavam atender a própria comunidade coreana, pensando na maior facilidade de comunicação e aceitação dos produtos e serviços. Ao justificar o motivo dos diferentes negócios de sua família serem quase todos destinados a atender a comunidade, a Entrevistada 7 afirma que por terem chegado aqui já em idade adulta, havia a “[...] restrição da língua e [...] dificuldade de se lançar em um mercado que não tenha conhecimento”.

O que se percebe, no entanto, era a busca por maiores lucros independente do tipo do negócio. A Entrevistada 2 menciona que a família desde que chegou ao Brasil na década de 1980 teve confecção, loja de roupa, restaurante, loja de quadros coreanos, floricultura e casa de chá. Já a Entrevistada 4 relata que no início, sua mãe era vendedora ambulante, depois seus pais abriram uma papelaria, em seguida conseguiram montar uma confecção, e finalmente iniciaram uma gráfica.



Aos poucos, os coreanos iniciaram as atividades às quais até hoje a maioria se dedica, a confecção de roupas, e o comércio em geral. Alguns já vieram da Coreia com o conhecimento de produção de roupas, mas muitos se envolveram com o ofício por conta da necessidade de ter um trabalho que sustentasse a família. Como podiam produzir as peças em suas residências para depois vendê-las para os comerciantes, não necessitavam trabalhar como funcionários diretos de donos de empresas, podiam trabalhar quantas horas quisessem e pudessem já que quanto mais produziam, mais ganhavam. Nesse caso, as barreiras do idioma não eram grandes empecilhos, pois não precisavam ter contato com o cliente. Além disso, não requeriam grandes investimentos iniciais para começar uma pequena produção. “A produção feita inicialmente de forma artesanal e familiar, e vendida por ambulantes, foi crescendo e se segmentando em confecção, oficinas de costura, oficina de bordado, atacado e varejo” (FREITAS, 2003, p.5).

Inicialmente, a maioria dos coreanos que veio para São Paulo se fixou na parte baixa do bairro da Liberdade na cidade de São Paulo, principalmente nas ruas do Glicério e Conde de Sarzedas. Praticamente todos os entrevistados estabeleceram-se na Liberdade em algum momento no início da fase de adaptação. A escolha do bairro se deu em função da localização central, dos benefícios de viver em uma região já habitada por orientais (japoneses), e também pelos baixos preços do aluguel. A esse respeito, Truzzi (2001, p.8) afirma que “a localização dos coreanos no seio do bairro dos japoneses significava facilidades tanto em termos de comunicação, quanto no que se refere à usufruir dos benefícios de se passar por anônimo perante a sociedade nativa, misturando-se a uma comunidade mais antiga”. Uma vez que o número de conterrâneos já residia em uma região, era mais fácil e conveniente fixar-se ali também para amenizar o choque cultural e para ser introduzido pelos mais experientes na nova sociedade.

[...] naquela época, na década de 1970, a gente chamava Parque Xangai, lá na Liberdade, onde tem uma rua chamada Conde de Sarzedas. E naquela época, lá que começara a confecção dos coreanos. Então, acho que tinha umas cinco, seis a dez confecções, debaixo de casas, na garagem, e a maior atividade era revendedora, de casa a casa, de roupa. Então, eu acredito que muita gente viveu lá, porque era uma comunidade lá, que depois mudou para o Bom Retiro, aí saiu toda a colônia coreana para o Bom Retiro. Mas em princípio, a maioria se estabeleceu lá (E1).

Nas ruas que formavam a chamada Vila Coreana, morava a maioria dos coreanos em más condições de higiene, marcada também pela pobreza e violência do bairro central. Primeiramente ali, residiam e trabalhavam por horas a fio coreanos que pretendiam oferecer



as suas famílias melhores condições de vida. Mesmo assim, para muitos, uma das maiores vantagens de estar estabelecido na região era o fato da aglomeração de coreanos, que aliviava as dificuldades de adaptação à nova terra, e a possibilidade de manter vínculos de convivência e solidariedade dentro da comunidade.

À medida que foram prosperando, passaram a mudar-se para bairros próximos como Aclimação e Bom Retiro, este último, junto com o Brás, tornou-se, aos poucos, em meados da década de 1970, centro comercial da comunidade coreana em São Paulo. Ainda hoje há a presença do comércio e negócios coreanos no Brás, no entanto, foi o Bom Retiro que se destacou como referência para a comunidade, representando o sucesso dos coreanos e da organização da comunidade na capital paulista. Ao discorrer sobre a trajetória dos coreanos no Bom Retiro, Truzzi (2001) sugere que a relação entre acumulação e mobilidade econômico-social vivenciada pelos coreanos foi a mesma dos judeus, no mesmo ramo de atuação e espaço físico.

O autor atribui a rápida ascensão econômico-social dos coreanos em São Paulo principalmente pelo “engajamento da família no trabalho e [pela] capacidade de articular redes internas à colônia para facilitar a inserção na nova pátria” (TRUZZI, 2001, p.9). Isso significa que as redes estabelecidas principalmente pelas igrejas no início, fortaleceram as bases comunitárias dos coreanos permitindo que se organizassem de forma tão eficiente. Um dos melhores exemplos da cooperação entre os coreanos que fomentou o crescimento e estabilidade da comunidade é o *kye*, um sistema de auto financiamento, um tipo de consórcio financeiro, em que se consegue levantar capital para determinado objetivo, sendo essa uma das formas que possibilitou o sucesso econômico dos coreanos no mercado de confecção e venda de artigos de vestuário.

Típico expediente utilizado na terra natal e em qualquer país que abrigue coreanos, os *kyes* podem envolver a captação de recursos para a colheita agrícola, para a educação ou o casamento dos filhos, para a realização de futuros funerais, ou, o que mais nos interessa, para a montagem de um negócio. Aqui importa ressaltar a relevância dessa forma de cooperação financeira praticada pelos coreanos, capaz de oferecer grandes oportunidades de se levantar capital, sem que a comunidade tenha de recorrer aos serviços de intermediação bancária, fora de seu controle e aos quais ela teria menos acesso (TRUZZI, 2001, p. 10).

A partir do recurso captado nos *kyes*, muitas famílias puderam abrir ou expandir seus negócios, assim como pagar pelos estudos dos filhos e oferecer festas de casamento. O Entrevistado 8 confirma a vantagem do *kye*: “financiar no banco precisava de muito

documento, muita burocracia. Então consórcio é mais prático, mais fácil. Se tiver confiança, aí entrava. Depois tira dinheiro, precisa ter avalista, garantia para devolver dinheiro”.

Choi (1991) chama a atenção para o fato de que como o *kye* não tem bases legais, o organizador convida membros do seu círculo familiar e de amizade para participar, de forma que cada um tenha e saiba de seus deveres e direitos para conseguirem alcançar o objetivo em comum. Mesmo selecionando os participantes a partir de critérios de confiabilidade, houve casos de fraude e de pessoas que desapareceram após terem sido sorteadas ou terem dado um lance. Atualmente o *kye* não é mais tão praticado como anteriormente, tendo em vista que a comunidade já está estabilizada, e por ter crescido muito os riscos de fraude crescem também.

Eu vejo que hoje em dia as pessoas estão usando cada vez menos, porque já teve muita gente que sumiu, pessoal que coordenava isso sumiu e, como que eu vou acreditar, porque eu não tenho nenhuma garantia. E os jovens de hoje, eles tem outras formas de financiamento, então eu vejo que está cada vez mais diminuindo esse tipo de capitalização (E7).

Um tempo atrás deu muito problema e quase tudo quebrou, esse consórcio. Ainda tem algumas coisas. Me parece que agora tem algumas coisas ainda. Eu por exemplo não faço mais. Mas eu fazia também (E8).

Nota-se, no entanto, a formação de uma sociabilidade fundamentada nessa prática. As reuniões, geralmente mensais, eram realizadas em restaurantes ou nas casas dos participantes sempre acompanhadas de muita comida (PARK, 1997).

Adicionalmente, Park (1997) sustenta que as famílias de imigrantes coreanos estavam organizadas de forma que não precisavam gastar muito dinheiro, pelo contrário, conseguiam economizar muito, tendo em vista que na maioria dos casos traziam muitas coisas da Coreia, incluindo roupas e utensílios domésticos. Com cargas horárias de trabalho semanais altas, que não permitiam muito tempo para o lazer somado ao fato do trabalho envolver a família, era muito mais fácil economizar dinheiro.

Com o sucesso do estabelecimento dos coreanos no ramo da confecção, os bairros do Brás e Bom Retiro principalmente vivenciaram grande transformação desde a década de 1980. As ruas José Paulino, dos Italianos, Aimorés, Silva Pinto e Prof. Cesare Lombroso, onde estão concentradas as lojas de atacado e varejo tiveram seus pontos supervalorizados pela nova infraestrutura desenvolvida pelos coreanos.

Próximo ao Bom Retiro, no prédio tombado como patrimônio histórico do Estado na Praça Júlio Prestes, onde funcionou a antiga Estação Rodoviária de São Paulo (1962 – 1982), funcionou de 1988 a 2009 o shopping Fashion Center Luz – um espaço de 21 mil m<sup>2</sup> onde

encontravam-se 143 pequenas lojas de vestuário feminino e acessórios, em sua maioria (FREITAS, 2009; IPHAN, 2010). De acordo com Freitas (2003), os valores exorbitantes cobrados em dólar pelos pontos, aluguéis e luvas no Bom Retiro levou lojistas (dos quais 80% eram coreanos) a transferirem e fixarem suas lojas no Fashion Center Luz, que recebia diariamente ônibus cheios de compradores de diversas cidades do estado e do país. Na entrevista do senhor In Sung Cho, realizada para o projeto Memórias do Comércio em São Paulo, pelo Museu da Pessoa, ele relata que o shopping teve o início de suas atividades em 1988 e que 90% dos lojistas eram coreanos, e os 10% restantes dividiam-se entre brasileiros e chineses. Para esse senhor, a maior vantagem para o lojista era o fato dele não ter que pagar luvas, uma vez que era o proprietário da loja e só deveria pagar o condomínio. Por outro lado, como síndico do shopping, Cho reclamava da falta de poder da administração que levava à dificuldade de gerenciar o estabelecimento, principalmente quando decisões deveriam ser tomadas e não havia consenso entre os lojistas. Em 2009, o shopping foi desativado para abrigar um projeto da Secretaria de Estado da Cultura, onde foi proposta a instalação de um centro cultural e um teatro, que também servirão de sede para um corpo de baile do Estado, de um coral de ópera, de uma escola de dança e da existente escola de música do Estado, localizada na Rua Mauá (IPHAN, 2010). Por alegações de irregularidades de acessibilidade e segurança na infraestrutura, o imóvel foi interditado por operação conjunta da Prefeitura e Governo do estado de São Paulo<sup>28</sup>.

Muitos coreanos fixaram residência no Bom Retiro e no Brás até terem condições financeiras de mudar novamente para bairros residenciais, como Aclimação e Higienópolis, porém, sempre próximos ao Bom Retiro. Percebeu-se que sair do Bom Retiro e ir para bairros mais residenciais não só representava um melhora na qualidade de vida, mas também uma mudança de *status* dentro da comunidade. Nota-se isso na fala da entrevistada ao se referir ao Bom Retiro:

[...] teve uma época em que a moda era ter negócio aqui e morar fora, morar aqui dentro era sinônimo de pobreza, digamos assim. “Ah, você mora no Bom Retiro? Bairro central, decadente?”, então os coreanos ganhavam dinheiro aqui e iam morar fora, na Aclimação, Higienópolis [...] (E4).

Observa-se atualmente um movimento contrário, em que muitos coreanos estão retornando a residir no Bom Retiro, principalmente aqueles com mais idade, pela facilidade de contato e acesso à comunidade. Outros preferiram retornar para o bairro também pela

---

<sup>28</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u501664.shtml>

vantagem de viver próximo do local de trabalho. O Bom Retiro hoje concentra a maior parte dos serviços e do comércio utilizados pela comunidade coreana em São Paulo, como os inúmeros restaurantes, as mercearias, igrejas, escolas, padarias, açougues, associações etc.

O Bom Retiro representa para esses coreanos a formação e a manutenção do “ser coreano” no Brasil. Representa o sucesso desse grupo de imigrantes que se estabeleceu em São Paulo com o objetivo de conseguir melhores condições de vida.

### 3.3 A comunidade coreana em São Paulo

Passados quase 50 anos desde a chegada da primeira leva oficial, a comunidade coreana na capital paulista continua sendo a mais numerosa do Brasil e da América Latina. O Ministério das Relações Exteriores sul coreano estimou em 2006 que havia uma população de aproximadamente 50.000 coreanos vivendo no Brasil<sup>29</sup>. Kim (2008) aponta que o número citado inclui coreanos natos, naturalizados e descendentes. De acordo com dados dos censos demográficos de 1991 e 2000<sup>30</sup>, como representado na tabela 6, residiam no Brasil aproximadamente 8.500 coreanos<sup>31</sup>, sendo que desse total, cerca de 7.700 no estado de São Paulo e cerca de 7.000 na cidade de São Paulo, ou seja, aproximadamente 80% dos coreanos que apresentam permissão de permanência e naturalizados vivem na capital do estado. De qualquer forma, acredita-se que há uma divergência significativa entre os dados do IBGE e da estimativa do governo coreano, mesmo que um inclua a população de descendentes. Diferentemente, Milesi e Andrade (2009) apresentam dados da Universidade de Brasília que sugerem que aproximadamente 16 mil coreanos vivem de forma regularizada no Brasil.

Tabela 7: Distribuição da população coreana no Brasil e em São Paulo

<b>Ano</b>	<b>Censo 1991</b>	<b>Censo 2000</b>
<b>Brasil</b>	8.528	8.641
<b>São Paulo – UF</b>	7.853	7.693
<b>São Paulo - capital</b>	7.241	7.027

Fonte: Censos Demográfico 1991 e 2000 - resultados da amostra (IBGE)

<sup>29</sup> [http://www.mofat.go.kr/english/regions/latinamerica/20070803/1\\_327.jsp?](http://www.mofat.go.kr/english/regions/latinamerica/20070803/1_327.jsp?)

<sup>30</sup> Os censos anteriores ao de 1991 não contemplam o número de coreanos residentes no Brasil.

<sup>31</sup> Provenientes da República da Coreia e da República Democrática Popular da Coreia.

Os dados censitários de 1991 e 2000 mostram também a distribuição da população coreana por distrito na capital paulista. Estão contemplados na tabela 7 os distritos em que popularmente sabe-se da maior concentração de coreanos, sendo que Bom Retiro e Liberdade são os bairros de residência mais populares. Cabe ressaltar que além do bairro homônimo, fazem parte do distrito Liberdade os bairros Aclimação e Várzea do Glicério, onde se localizava a antiga Vila Coreana. Contudo, nota-se que praticamente metade da população não se enquadra em nenhum desses distritos.

Tabela 8: Distribuição da população coreana por distrito da cidade de São Paulo – 1991 e 2000

<b>Distrito</b>	<b>Censo 1991</b>	<b>Censo 2000</b>
<b>Bom Retiro</b>	1616	1602
<b>Liberdade</b>	1214	1113
<b>Pari</b>	699	652
<b>Vila Mariana</b>	-	534
<b>Brás</b>	492	179
<b>Belém</b>	491	144
<b>Santana</b>	311	275
<b>Cambuci</b>	290	155
<b>Jardim Paulista</b>	111	78
<b>Santa Cecília<sup>32</sup></b>	102	279
<b>Outros distritos</b>	1915	2016

Fonte: Censos Demográfico 1991 e 2000 - resultados da amostra (IBGE)

Associa-se popularmente, o cidadão coreano em São Paulo com o Bom Retiro e com a confecção e venda de roupas femininas, obviamente por estarem presentes de forma significativa nesse mercado. A Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Coreia (KOCHAM) acredita que a comunidade sul-coreana no ramo de confecções representa mais de 30% do mercado nacional de moda feminina, gera mais de 300 mil empregos diretos e indiretos, sobretudo nos bairros do Brás e Bom Retiro.

A comunidade coreana em São Paulo constitui um grupo relativamente organizado, tendo como base de suas principais atividades o Bom Retiro. Desde o início da imigração

<sup>32</sup> Fazem parte desse distrito os bairros Santa Cecília, Campos Eliseos, Várzea da Barra Funda e parte da Vila Buarque.

dessa etnia a igreja sempre teve o papel mais importante na coesão do grupo e manutenção do ser coreano no Brasil. Na agenda comercial dos coreanos de 2009, constam 43 igrejas protestantes<sup>33</sup> e 1 igreja católica em São Paulo, das quais quase metade das protestantes estão no Bom Retiro, assim como a católica. A paróquia São *Kim Degun*, a única igreja católica coreana do Brasil com sede no Bom Retiro, reúne aproximadamente 4 mil fiéis em seus 40 anos de história. Hoje a igreja perdeu um pouco da função de aglomeração, conforme afirma a Entrevistada 7 que imagina que por volta de 30% da população coreana frequenta a igreja. Mesmo tendo menos fiéis e frequentadores, a igreja ainda é fortemente presente no cotidiano da comunidade.

Em oposição à divisão por religião da população coreana residente na Coreia, onde os habitantes que afirmam ter alguma religiosidade estão divididos quase igualmente entre cristãos e budistas, a maioria da comunidade coreana no Brasil é cristã. A agenda coreana lista apenas três templos budistas na cidade (dois no Bom Retiro). A Associação Brasileira dos Coreanos (ABC) diz que *Jin Gak As* é o templo budista coreano mais antigo da capital paulista, fundado em 1983 no Bom Retiro, com 30 fiéis atualmente. Se comparado aos milhares de fiéis cristãos, nota-se que o budismo coreano no Brasil é praticado por uma minoria pouco representativa, apesar de quando perguntados, os entrevistados afirmam com muita veemência que há vários budistas na comunidade. Choi (1991) diz que o budismo coreano chegou ao Brasil por um monge que saiu da Coreia e fundou seu primeiro templo no Havaí, e posteriormente seguiu para a América Latina, onde fundou templos no Brasil, Argentina, Chile e Paraguai.

Ao indagar-se sobre o motivo da adesão quase absoluta ao cristianismo pelos coreanos no Brasil, não se obtém respostas concretas, no entanto, pode-se inferir que com a chegada de coreanos possivelmente cristãos a um país de maioria cristã, o início da “construção” da comunidade se deu a partir dessas bases religiosas que permitiram o seu crescimento, até mesmo para continuar recebendo mais imigrantes, aumentando conseqüentemente o número de fiéis. Nesse sentido, é plausível considerar que a escolha do Brasil decorresse da sua religiosidade. Evidenciou-se nos relatos dos entrevistados que alguns daqueles que frequentavam a igreja o faziam principalmente pela função social promovida pela igreja, e não principalmente pela busca da religiosidade. Assim, é possível postular que os budistas podem ter se convertido uma vez chegados no Brasil para não isolarem-se, e participar das

---

<sup>33</sup> Kim (2009) afirma que há cerca de 60 igrejas coreanas em São Paulo. A Associação Brasileira dos Coreanos (ABC) afirma que a listagem da agenda coreana pode não estar completa, sendo então o número sugerido por Kim possível.

atividades da comunidade que aconteciam na igreja, ou eram primordialmente organizadas por ela. Em entrevista para Choi (1991), o pastor Moon Kyoo Whong afirma que “os imigrantes coreanos se convertem facilmente ao protestantismo. Muitas vezes, eu verifiquei que com algumas visitas minhas, eles começaram a assistir aos cultos”.

Choi (1991) apresenta em sua dissertação, relatos de entrevistados das primeiras levas que evidenciam a vinda de muitos protestantes para o Brasil, mencionam a realização de cultos protestantes nos navios durante a viagem, na Hospedaria do Imigrante, na Fazenda Seul e destaca que o primeiro culto protestante coreano realizado na cidade de São Paulo aconteceu na Associação Brasileira dos Coreanos em 1964. Também, ao considerar a cultura missionária presente no protestantismo, vai-se ao encontro da afirmação de Choi (1991, p.159) que sugere que os religiosos protestantes “tinham mais conhecimento sobre a vida no exterior em razão de suas frequentes viagens, e os protestantes eram mais esclarecidos e liberais do que os confucionistas”.

No caso das comunidades coreanas em outros países como Estados Unidos e Argentina, sabe-se que a relação do imigrante com a igreja é muito parecida. Similarmente, há uma maioria de cristãos protestantes, que também buscaram acolhimento na igreja, principalmente no início da imigração. Chang (2006) traz o número de 3.375 igrejas coreanas no EUA em 2001, e estima também que 68% dos coreanos que vivem em Los Angeles, a maior comunidade norte-americana, frequentam as igrejas, mas que essa porcentagem pode variar de 45% a 75% dependendo da cidade.

Park (1997) em sua pesquisa sobre a comunidade coreana na cidade de Nova Iorque sugere que o papel social do cristianismo vai mais ao encontro das necessidades da comunidade do que o budismo. A igreja católica coreana tende a valorizar e preservar uma cultura coreana na América enquanto o budismo foca na preservação da cultura tradicional coreana, que não é aquela vivida pelos imigrantes. Entretanto, Park (1997) não atribui o crescimento das igrejas coreanas e de seus fiéis à conversão de budista ao cristianismo, mas sim de não religiosos a cristãos.

Pode-se inferir talvez que o cristianismo “funcione” mais eficazmente como meio de coesão social para um grupo de imigrantes, pela sua característica de valorização do grupo, do que o budismo, até mesmo pela compreensão religiosa desta última, em que os frutos colhidos advêm do crescimento e investimento individual em si mesmo, sendo uma religião menos voltada para o grupo e mais para o indivíduo.

A comunidade nova-iorquina, descrita por Park (1997) compartilha similaridades com a paulistana no que tange a frequência às igrejas. A autora chega a descrever três tipos de

cristãos coreanos, sendo o primeiro e mais numeroso, aquele que frequenta a igreja por questões práticas e de conveniência. Nesse caso, cabe mencionar o relato da Entrevistada 7 que conta que a família de sua tia sempre foi católica, mas ao chegarem no Brasil passaram a frequentar a igreja protestante, “aí, depois eles também se enjoaram dos relacionamentos humanos, aí um dos filhos voltou pra igreja católica. Às vezes porque o parente vai para igreja protestante, também começa a frequentar”. Nota-se nesse caso a importância dos benefícios práticos advindos das visitas à igreja na “escolha da fé”:

Tem aquela questão financeira, às vezes frequenta uma igreja, mas o pessoal tem esses interesses envolvidos, leva muito prejuízo, aí fica muito decepcionado com as pessoas da igreja, sai da igreja, vai para uma outra religião, as opções que a gente tem são: católico, budista, testemunha de Jeová... (E7).

O segundo tipo é aquele chamado *born-again*, que é religioso fervoroso e fundamentalista, que atribui sua miséria e fortuna ao desejo de deus, e reinterpreta sua migração para os Estado Unidos como proximidade ao Messias na terra do cristianismo. Por fim, o terceiro tipo é caracterizado pelo indivíduo que mesmo cristão, frequentador da igreja ou criado como cristão critica a postura da igreja protestante principalmente no que se refere aos interesses econômicos da igreja e de autopromoção de seus frequentadores, assim como as atitudes segregadoras dos membros.

Significativamente, também, houve no Brasil uma leva de imigrantes, já tratada no capítulo anterior como aquela organizada pela igreja católica, que contribuiu para garantir a alta incidência de cristãos entre os imigrantes coreanos.

Infelizmente, os dados do banco do Memorial do Imigrante e do IBGE analisados no capítulo 1 não contemplam informações sobre a religiosidade dos indivíduos contabilizados. No banco de dados há um campo religião que, no entanto, não foi preenchido.

Ao tratar sobre a vida comunitária dos coreanos em São Paulo, não se pode ignorar a importância das inúmeras associações que promovem o encontro de coreanos que compartilham gostos por atividades similares ou que simplesmente buscam encontrar-se com certa periodicidade.

No início do estabelecimento em São Paulo, os imigrantes recém chegados não dispunham de muitas opções de lugares para a prática da sociabilidade, ou seja, manter contatos sociais, principalmente com membros da comunidade. Com efeito, as igrejas eram basicamente o único ponto de encontro em lugar público dos coreanos. Com o passar do tempo, os vínculos fortalecidos entre os membros da comunidade e aqueles novos formados



com a sociedade local, que permitiram a adaptação na nova terra, deram início a novas formas de sociabilidade, novas redes que não dependessem unicamente das igrejas e de sua função religiosa. Indivíduos se uniam para fundar associações culturais, esportivas, religiosas, entre outras, que representariam interesses comuns e incrementariam a vida social da comunidade.

Segundo a agenda comercial coreana, há em São Paulo 38 associações coreanas, das quais 15 estão no Bom Retiro. A Associação Brasileira dos Coreanos (ABC) foi a primeira delas, fundada em 1964, e está localizada atualmente no bairro do Cambuci na região central da capital paulista. De acordo com seus objetivos publicados, a ABC é uma entidade sem fins lucrativos que busca promover o intercâmbio e a aproximação sociocultural entre Brasil e Coreia, para o fortalecimento dos laços de amizade em ambas nações, assim como promover atividades culturais, sociais, esportivas, beneficentes e de assistência social. Nota-se a influência da ABC no cotidiano da comunidade e a preocupação em mediar e promover um bom relacionamento entre os coreanos e a sociedade, assim como manter uma boa imagem da comunidade. Alguns entrevistados mencionam que a Associação desencoraja empreendedores coreanos a empregar mão de obra informal e clandestina para tentar diluir o estigma da comunidade de exploração de mão de obra, assim como falaram sobre um incentivo aos confeccionistas de não jogar retalhos de tecidos não utilizados nas calçadas, como acontece no Bom Retiro.

Entre as diversas outras associações estão aquelas que reúnem seus membros pela afinidade esportiva, como golfe, tênis, *taekwondo*, *gateball*, *badminton*, montanhismo e futebol; associações culturais, como coral, coral de mães, caligrafia, fotografia; e outras de interesses variados, como associação do comércio, idosos, evangélicos, médicos, ex-combatentes da Guerra da Coreia, donas de casa, oficiais da marinha, pastores, pequenas e médias empresas, beneficente, universitários e Coreia Lions Club.

No campo dos meios de comunicação os coreanos também marcam sua presença e facilitam a circulação de notícias para a comunidade. Há três jornais (Cho Sun Brasil, Joong Ang e Jornal Dong-A) que veiculam diariamente notícias da Coreia desde a década de 1980, e outros dois (Jornal Cristão da América Latina e Jornal Evangélico da América Latina) dedicados exclusivamente à divulgação de assuntos religiosos de interesse da comunidade. Repletos principalmente de classificados, mas também com uma variedade de notícias da Coreia e do Brasil, ou mesmo com conteúdo religioso, circulam pelo menos sete tabloides, que são uma das formas mais eficientes de atualizar os coreanos sobre o que acontece dentro da comunidade. A Entrevistada 7 diz que por meio dos jornais da comunidade “a gente vê quem abriu o quê, que estabelecimentos, restaurantes, serviços diferentes estão surgindo na

comunidade”. Esses últimos costumam ser distribuídos gratuitamente no comércio e associações coreanas nos bairros mais frequentados pela comunidade. Virtualmente, provavelmente, a comunicação entre os membros da comunidade esteja aumentando não somente por meio dos três *websites* criados e mantidos por coreanos que oferecem uma mistura dos conteúdos dos jornais e tabloides impressos, mas também pela popularidade das redes sociais formadas em sites de relacionamento como *Orkut* e *Facebook*, que permitem a troca instantânea de informações e encontros por interesses. A Entrevistada 7 conta que usava *Orkut* para divulgar o curso de coreano que ministrava, e que também há diversos grupos formados de acordo com os locais de frequência, como grupo de uma igreja específica etc.

Por fim, há um canal de televisão pago, que desde 1998 exhibe para seus assinantes programação mesclada de quatro canais de televisão<sup>34</sup> com conteúdo na língua nativa. Cabe incluir que os jornais, tabloides e *websites* também são veiculados no idioma coreano, mantendo um vínculo da comunidade com a língua mãe.

O comércio voltado para a comunidade, também tratado aqui como o comércio étnico (coreano) é um dos traços bastante presentes. Há uma gama de pequenos e médios negócios, que comercializam produtos e oferecem serviços que atendem as necessidades dos coreanos. Na agenda comercial estão mencionados 55 restaurantes (40 no Bom Retiro) e 20 mercearias (12 no Bom Retiro). Além desses, são encontrados também salões de beleza, açougues, lojas de trajes típicos, lojas de artigos de golfe, livrarias, papelarias, lojas de presentes, vídeo locadoras, academias de ginástica, karaokês, cafés, casas de chá, laboratórios fotográficos, entre outros.

Estão presentes também hospitais, clínicas e consultórios médicos, que apesar de não servirem unicamente coreanos, são muito procurados pelos membros da comunidade. Os serviços médicos voltados para a comunidade são muito procurados pelos mais idosos que não conseguem se comunicar com facilidade em português para explicar, por exemplo, os sintomas de uma doença, assim como também estão mais acostumados aos métodos coreanos de tratamento. No Bom Retiro há pelo menos três hospitais e duas clínicas que atendem o público coreano.

Está localizada na Rua Sólon, no Bom Retiro, a única escola bilíngue (português-coreano) de São Paulo, que oferece a comunidade o ensino brasileiro de acordo com as normas da Lei de Diretrizes e Bases e o ensino da língua e cultura coreanas. O colégio Polilogos está presente no bairro desde 1999, no mesmo terreno onde funcionou a escola

---

<sup>34</sup> A TV Coreia exhibe conteúdo dos canais SBS, MBC, YTN e Arirang (IM, 2010).

judaica Renascença. Mantido pela Associação Brasileira de Educação Coreana (ABEC), o Polilogos conta com 30 salas de aula e uma equipe de professores brasileiros e coreanos. Há também várias outras pré-escolas e creches coreanas. Observou-se nas entrevistas a menção à popularidade das pré-escolas e creches coreanas, que recriam um ambiente escolar tipicamente coreano, onde fala-se somente coreano, usa-se material importado da Coreia etc. Em muitos casos esse é um dos contatos mais intensos da criança com a cultura coreana fora do ambiente familiar, já que ao ingressarem no ensino fundamental, um grande número de crianças acaba indo para escolas regulares brasileiras, ou internacionais/bilíngues (inglês-português), bastante populares entre aqueles coreanos que tem condição financeira de pagá-las.

No caso das pré-escolas e creches, cabe ressaltar a importância desse contato inicial intenso das crianças com a cultura coreana, fortalecendo o vínculo não só do estudante, assim como de toda a família com a cultura. A esse respeito, Borges Pereira (2002, p.173 apud ARAÚJO, 2005, p.40) ilustra com o caso dos imigrantes italianos a inserção da criança na cultura italiana por meio da escola vinculada à igreja. O autor afirma que a criança é introduzida à “uma micro-Itália, aprendendo a falar a ‘língua madre’, a se divertir à italiana, a entoar canções italianas, a formar o seu mundo fabulativo, à base de lendas e histórias infantis, retratando situações, paisagens e personalidades ligadas à tradição mítica italiana”.

Outro tipo de serviço disponível para os coreanos em São Paulo são serviços legais, oferecidos pelos diversos advogados coreanos que atendem principalmente os membros da comunidade. A agenda comercial conta 16 desses advogados, sendo que 12 deles estão estabelecidos no Bom Retiro. A Entrevistada 9 é advogada e em seu escritório localizado no Bom Retiro, atende sua clientela quase unicamente coreana: “dos nossos clientes posso dizer que 99% são coreanos. Tem vários jornais direcionados para a colônia que o pessoal faz anúncio, eu fiz por um certo tempo mas aí eu parei. Eu prefiro por indicação”.

### **Hospitalidade x hostilidade**

Nota-se que apesar de inseridos na sociedade paulistana, as relações entre os coreanos e não coreanos, excluindo as particularidades individuais, tendem a ser mais superficiais. No caso do Bom Retiro, as relações com os outros grupos étnicos, principalmente os judeus e bolivianos, restringem-se principalmente a assuntos comerciais. Os entrevistados afirmam que

isso se dá por não terem muita afinidade, inclusive por nenhum dos grupos mostrar muito interesse em conhecerem-se mais profundamente. Truzzi (2001) aponta também para o fato de que o Bom Retiro atual não é mais aquele bairro residencial coabitado principalmente por judeus e italianos, em que a sociabilidade acontecia nas ruas tranquilas e pouco ocupadas do bairro. Diferentemente, nos dias de hoje não há incentivo às relações pessoais que extrapolem o objetivo comercial.

Fica evidente, contudo, que apesar de não haver muitas queixas nos relatos, o relacionamento com os bolivianos é instável. Quando perguntados sobre a relação com os diferentes grupos étnicos no Bom Retiro, todos os entrevistados mencionaram a relação de negócios com os judeus, todavia, menos da metade citou espontaneamente os bolivianos. Por mais que hoje os problemas de contratação sem registro de bolivianos pareçam ser menores, ou ao menos não tão comentados como antes na mídia, e mesmo que o indivíduo não tenha tido nenhum problema direto, percebe-se que os coreanos tendem a evitar qualquer relacionamento com bolivianos.

Acho que conflito não tem. Essa é uma impressão minha, eu acho que os judeus tem um certo preconceito contra os coreanos, mas eles também precisam dos coreanos para ganhar dinheiro, eu acho que os judeus ganharam muito dinheiro através dos coreanos, porque eles alugam todos esses prédios, luvas. Então, acho que os coreanos trabalharam para enricar os judeus (E4).

Com os judeus, os coreanos têm uma relação de amor e ódio, porque são locatários, locadores, mas é muito de admiração. Se você for ver, os coreanos vão seguindo um pouco os judeus. Os coreanos gostam de estudar como os judeus fazem, como que é a educação dos judeus. Mas muitos reclamam, “os judeus tem os imóveis, ficam ricos cobrando aluguel, luvas”, e “os coreanos trabalham para enriquecer os judeus”. Mas eu não vejo um relacionamento muito ruim. Coreanos com árabes lá no Brás também não tem muito atrito. Acho que assim um povo que mais tem atritos são os bolivianos, apesar de serem pessoas que prestam serviços para coreanos. Já saiu vários artigos de exploração de trabalho escravo em relação aos bolivianos. E hoje em dia, acho que coreanos também pararam de usar o trabalho de bolivianos diretamente, como faziam na década de 1990. Coreanos não gostam onde tem muito boliviano, que vai acumulando (E7).

Independente do exemplo do Bom Retiro, as relações estabelecidas entre coreanos e outros grupos étnicos e mesmo com a sociedade paulistana de forma geral é vista por muitos como restrita e superficial. Tendo redes de sociabilidade formadas, muitos coreanos não sentem a necessidade de buscar relacionarem-se fora da comunidade. Im (2010) apresenta relatos de brasileiros que veem a comunidade coreana como “fechada”, rica e esnobe, sem

interesse em abrir-se, chegando até a expressarem opiniões de forma a estigmatizarem e estereotiparem a figura do coreano em São Paulo. No senso comum, muitas são as associações feitas com os coreanos e o trabalho escravo de bolivianos, com o consumo ilegal de carne de cachorro no Brasil, e de tratamento interpessoal reservado ou até mesmo grosseiro. Essas atitudes preconceituosas levam tanto os coreanos quanto os brasileiros e outros grupos étnicos a hostilizarem-se, cada um apontando seus motivos para tal relação.

Aquela questão da escravidão boliviana pelo coreano, isso sempre vai nos perseguir, não tem como, é um preconceito. Quando você fala no Brasil o que o pessoal pensa lá de fora é carnaval, futebol e mulheres seminuas. Coreano, acho que você fala escravidão, lojas da José Paulino. Olha o Brasil apesar de ser bem acolhedor ainda tem muito preconceito. Eu já vi vários amigos falando que foram vítimas de racismo, aqui no próprio Bom Retiro, no próprio Bom Retiro. “Volta pra sua terrinha. O quê você está fazendo aqui, para de explorar a gente”, e por aí vai (E9).

Duas filhas têm amigos, penetrando sociedade brasileira, está bem adaptado, trabalham com brasileiro. Agora, eu, na rua monte de pessoa especialmente mal educado, te olhando e tratando especial. Certas vezes discriminação racial, sinto isso (E8).

No caso deste último relato, é visto claramente que a questão da idade e conseqüentemente menor condição de adaptar-se são fatores importantes na integração do imigrante e sua relação com a sociedade local. Obviamente, as opiniões referentes à discriminação são muito pessoais e dependentes do histórico do indivíduo.

Im (2010) explora as raízes do choque cultural dos coreanos e aponta para possíveis origens de certos desentendimentos. A autora coreana afirma que justamente pelo fato dos coreanos relacionarem-se majoritariamente com brasileiros como empregadores ou clientes, há menos oportunidades de estabelecerem relações não hierarquizadas. Ao entrevistar coreanos e brasileiros, Im (2010) observou que as queixas mais frequentes dos brasileiros sobre os coreanos eram a excessiva hierarquização no tratamento, assim como a pressa na busca de eficiência e rapidez nos serviços, levando a um tratamento mais grosseiro para o padrão brasileiro. Por outro lado, os coreanos reclamaram que os brasileiros não conseguem oferecer o tipo de serviço esperado pelo padrão coreano de agilidade e qualidade. Para um coreano, o excesso de pessoalidade e extrema informalidade no tratamento, somado ao atraso, como uma noção diferente de tempo, podem significar permissividade, falta de interesse e imoralidade (IM, 2010).

Convém salientar que os coreanos da primeira geração, que enfrentaram barreiras maiores, por não dominarem o português e terem que começar a trabalhar aceitando as

condições dos códigos culturais brasileiros tendem a demonstrar hoje maior intolerância às características locais de relacionamento pessoal, como demonstrado nas entrevistas. Diferentemente, a geração 1.5 (aqueles que nasceram na Coreia, mas imigraram muito jovens e foram criados no Brasil) teve mais contato com a sociedade paulistana, uma vez que não frequentou escola coreana, e por essa razão pode ter se assimilado mais facilmente.

Chegou ao Brasil com 10 anos: Comecei a ter mais contato com o Brasil quando eu deixei de ser uma pessoa religiosa. Na minha adolescência, eu decidi não mais frequentar a igreja, mas eu não podia deixar de ir, eu era criança, meus pais me obrigavam. Então, eu continuava a ir à igreja, mas eu parei de ter todas aquelas atividades extra culto. Então, automaticamente eu fiquei sozinha durante um tempo, depois eu comecei a ter muito amigos brasileiros, principalmente a partir da escola, que eu estudei no Colégio Bandeirantes. Na época que eu entrei no Colégio Bandeirantes, só tinha cinco coreanos, incluindo eu, e não na minha turma, no meu ano. (E4)

Chegou ao Brasil com 9 anos: Eu sempre tive mais convívio fora da comunidade, na verdade. Eu comecei a ter convívio na comunidade quando eu comecei a trabalhar. Com dezoito anos eu comecei a trabalhar em loja coreana, eu tive que aprender o coreano que até então eu não sabia, eu sabia muito mal. Frequentar eventos da colônia coreana era uma vez por ano. Um acampamento geral de todas as igrejas. De resto, eu não tinha interesse. O principal motivo que eu tinha na época, eu achava o coreano, não posso generalizar, muito arrogante. Eu não gostava muito de algumas coisas que alguns coreanos faziam. Tem muita fofoca entre a colônia coreana. Nosso coreano era péssimo, então todo mundo falava “nossa é impossível sua filha não falar coreano” e isso e aquilo. Todo mundo começa a dar palpite (E9).

Percebe-se como um todo, podendo ser ilustrado com os relatos acima, que a geração 1.5 apresenta características muito peculiares às outras gerações, por terem sido expostas ainda jovens à maior contato com a sociedade paulistana. Mostrou-se evidente que muitos conflitos foram gerados a partir da pouca habilidade no idioma coreano e da menor frequência às igrejas. Parece compreensível do ponto de vista do pesquisador que o contato inevitável com pessoas de fora da comunidade, levem ao distanciamento da mesma, principalmente no caso de crianças e adolescentes que estão vivendo uma fase de autoconhecimento e questionamento. É bastante provável que muitos desses jovens coreanos não entendessem a necessidade imposta pelos pais de falar coreano (principalmente fora do ambiente familiar) e manter uma série de outros hábitos cultivados pela comunidade coreana. O fato de ser uma minoria étnica e por conta disso chamar mais atenção, pode ser motivo suficiente para um jovem coreano não querer se expor como diferente. Essa sensação pode gerar um movimento contrário ao de se fechar dentro do grupo – o de se misturar à maioria de forma que suas diferenças fiquem menos visíveis. Ser imigrante, pobre, não estar familiarizado com regras e

costumes locais, ter pais que não falam português e que talvez realizem trabalhos pouco reconhecidos, são motivos que podem levar uma criança ou adolescente a querer se afastar nessa imagem e não se orgulhar de sua origem.

A forma de negar o fato de ser coreano seria justamente não fazer parte daquilo que mais mostra vínculo cultural, dá noção de pertencimento e de formação de identidade. Dois exemplos claros estão ilustrados nos dois trechos de relatos acima – o idioma e a frequência à igreja. Não falar (ou falar menos) coreano, assim como deixar de frequentar a igreja e as atividades à ela relacionadas podem ser compreendidas como formas de mostrar distanciamento do grupo, como se não aceitassem, como se não se orgulhassem disso.

Da mesma forma que muitos coreanos da geração 1.5 se afastaram da comunidade, principalmente durante a adolescência, foi notado nas entrevistas que muitos passaram a se aproximar de volta ao grupo em diferentes momentos da vida adulta.

No entanto, o caso da segunda geração é novamente diferente. Esse primeiro grupo nascido e criado no Brasil desfrutou de redes de sociabilidade altamente organizadas que possibilitaram a convivência mais frequente dentro da comunidade, teve mais acesso a educação em escola ou pré-escola coreana, além de viverem um movimento de valorização da cultura coreana como acontece hoje na Coreia, por meio da mídia digital. Por esse motivo, aparecem novamente as queixas de preconceito, como mostra a pesquisa de Im *et al.* (2009) em que 66% dos jovens de segunda geração afirmam ser alvo de preconceito, principalmente por diferenças culturais e étnicas.

Ao ser perguntada sobre a imagem dos coreanos, a Entrevistada 7 afirma que a sociedade paulista e paulistana tem pouco conhecimento sobre os coreanos por serem uma comunidade pequena, pouco visível, sem nenhuma representação política no Estado. A entrevistada afirma que apesar dos coreanos serem associados aos atritos com seus funcionários brasileiros, à frequência a escolas de excelência como Bandeirantes e Etapa, ao comércio de roupas no Bom Retiro e à exploração da mão-de-obra boliviana, a comunidade coreana se esforça para não se mostrar tão diferente aqui no Brasil, em oposição aos exemplos da Argentina e do Paraguai, onde diz que os coreanos vivem bastante separados. “Aqui no Brasil eu vejo que o pessoal até fala menos coreano. Eu acho que tem uma tentativa aqui muito grande por parte das pessoas da comunidade de se integrar, de se ‘abrasileirar’ muito rapidamente. Não quer ser visado eu acho” (E7).

É comum a declaração entre os entrevistados de que comparado a outros lugares, como Argentina e Estados Unidos, o nível de discriminação no Brasil é menor. No caso de

São Paulo, o fato da presença oriental já ser muito visível antes da chegada dos coreanos, o choque cultural pode ter sido diminuído, apesar de não extinguido.

Na Argentina eles sentem muita discriminação, eles são chamados de *chinos*. No Paraguai é porque os coreanos discriminavam os paraguaios. Aqui no Brasil eles falam “você são muito engraçados”. Eu acho que aqui a discriminação comparada com os outros lugares foi muito menor, porque tinha bastante oriental já. Nas escolas não via maldade na acolhida do brasileiro em relação ao coreano. Aqui no Brasil nossa vontade é ser brasileiro, mas com a carinha oriental, viver o modo brasileiro de viver. Cada um tem uma opinião (riso) (E7).

Eu acho que a maioria, não só da colônia coreana, mas todos os que vêm, acho que são muito bem acolhidos. Eu também viajo muito hoje em dia, porque nós vamos pesquisar muito a moda, então nós vamos para Paris, Nova York, Londres, EUA, mas sempre que volto me parece que volto para minha casa. O Brasil tem uma força muito grande, brasileiros tem um coração muito grande, aberto. Eu tenho irmão que mora nos EUA, tenho umas outras pessoas que conheço que moram em Canadá, e ninguém tem esse tipo de acolhimento. Não existe lugar como Brasil para imigrantes (E1).

A percepção acima apresentada das Entrevistada 7 e 10 podem estar impregnadas pela experiência individual de imigrantes da geração 1.5, que tem maior visibilidade no espaço público, por diferir em partes do relato de entrevistados que chegaram no Brasil já em idade adulta.

O Entrevistado 8 atribui a imagem de comunidade fechada à dificuldade imposta pela língua, que leva muitos coreanos a conversarem entre eles. Contudo, em sua opinião essa é uma tendência que deve terminar, já que “segunda geração, terceira geração fala em português melhor que o coreano, ai vai abrindo mais” (E8).



## 4 HOSPITALIDADE E PATRIMÔNIO NO BOM RETIRO

### 4.1 Lugares de hospitalidade dos coreanos em São Paulo

Foram criadas quatro categorias que ilustram relações sociais dentro e a partir da comunidade coreana em São Paulo. As categorias são: 1) A importância do comércio étnico e rede de serviços como meio de atualização de práticas culturais. 2) O papel das igrejas no acolhimento e estabelecimento de imigrantes coreanos e na convivência entre a comunidade. 3) Associações e atividades esportivas e de lazer: encontro da comunidade fora da igreja. 4) O Bom Retiro como cenário de troca entre imigrantes coreanos e seus descendentes, assim como da convivência com outras comunidades. Vale lembrar que nesta pesquisa não se busca tratar de lugares de hospitalidade como espaços onde haja exclusivamente relações amigáveis e harmoniosas, mas sim lugares que propiciam o estabelecimento de certa prática.

De acordo com os relatos dos entrevistados, pôde-se perceber que é no comércio étnico, ou seja, nas mercearias, padarias, açougues etc., assim como na rede de serviços, como clínicas, escolas e restaurantes, que muitos coreanos encontram espaço para entrar em contato com outros membros da comunidade, e assim, atualizar suas práticas culturais. É nesses locais que os imigrantes têm a oportunidade de falar sua língua mãe, de trocar informações sobre familiares que permaneceram na Coreia, e falar sobre aqueles membros da comunidade que tiveram sucesso financeiro, discutir o passado e a situação atual do Brasil e da Coreia, estabelecer parcerias para negócios, discutir a educação dos filhos, e até arranjar casamentos. A Entrevistada 2 diz que quando reunidos, os principais assuntos dos coreanos são comida, dinheiro e casamento:

São os três principais assuntos dos coreanos. Quem ganhou mais, quem ganhou menos, quem faliu, quem está bem. Aí comida. Os coreanos adoram comer, o hábito de comer é um negócio muito espantoso, a quantidade de comida que eles comem e fazem. Se for uma festa pra 20 pessoas eles fazem para 40 pessoas. Sempre tem que sobrar, não pode faltar. E o casamento. “Ah, não sei quem casou com quem, não sei quem namora com não sei quem”.

Muitas vezes, é na visita ao comércio que o coreano, ao encontrar seu conterrâneo fica sabendo sobre as reuniões e encontros das organizações, associações, e agenda de encontros esportivos, como partidas de golfe. A Entrevistada 7 conta que seus pais, que residem e

trabalham no Bom Retiro estão sempre bem atualizados, porque “tem bastante gente que vai lá no estabelecimento deles. Então eles escutam bastante notícias, fofocas, coisas assim que rolam na comunidade”. Principalmente os mais idosos, que muitas vezes sentem-se mais solitários, se beneficiam dessas redes sociais estabelecidas informalmente ao caminhar pelas ruas do bairro e frequentar as mercearias.

Até mesmo aqueles que não residem em bairros de grande concentração de coreanos, costumam participar dessas redes sociais por meio de visitas frequentes ao Bom Retiro, por exemplo. A Entrevistada 5 menciona: “Todo sábado a gente vai lá no Bom Retiro comprar comida nas mercearias coreanas [...]”, o que pode mostrar que além da aquisição de produtos étnicos, busca-se também o contato com a colônia.

A igreja, tanto católica, quanto protestante teve papel importantíssimo na recepção, acolhimento e ajuda no estabelecimento de imigrantes coreanos em São Paulo, era, e talvez ainda seja, o melhor exemplo de lugar de hospitalidade para a comunidade coreana em São Paulo. Esse era inicialmente o local onde a grande maioria, que ainda não tinha nenhuma rede social formada, círculo de amizades, ou nem mesmo familiares, concentrava-se não somente em busca de ajuda espiritual, mas também de assistência para se estabelecer no novo país de residência. Nesse sentido, as entrevistadas 1 e 2 comentam:

[...] a gente largou a escola no meio do semestre lá na Coréia, aí viemos... Como era agosto, não dava para matricular na escola. E depois que eu cheguei à casa da minha avó, logo no dia seguinte, acho que era domingo, já fomos para a igreja. Porque a maior parte das pessoas, logo no início, faz amizade com pessoas da igreja para socializar, para conhecer gente. E acho que é assim que as pessoas se conhecem, se não tem parentes, se não tem um círculo... Ninguém tem um círculo de amizades, na verdade. A gente cria um dentro da igreja (E2).

Imigrante coreano, a maioria, se concentrou na igreja. Eu não sei exatamente o número, mas tem muitas igrejas coreanas. Então, quando os novos chegam, eles já vão à igreja. Além da fé, eles vão à busca de ajuda, por exemplo, de fiador, de conhecer a localidade (E1).

Para o recém-chegado, a igreja era o primeiro contato com a comunidade coreana e indiretamente também com a sociedade paulistana, já que ao conviver com aqueles que já estavam há mais tempo no Brasil, trocavam-se experiências acerca de como portar-se e agir para alcançar o sucesso tão almejado pelos coreanos. São apresentadas ao indivíduo que chegou há menos tempo, as normas de convivência da nova terra. Para o clandestino, a igreja ainda representava, além do conforto de estar entre iguais, uma segurança maior. Ficavam

ainda mais dependentes da igreja para encontrar emprego e matricular seus filhos na escola, por exemplo.

Por oferecer uma gama de atividades que promovem o vínculo social, que vão além dos cultos religiosos, tais como encontros de jovens, viagens e almoços, a igreja era, mais do que atualmente, o espaço onde se trocavam informações sociais de grande utilidade para um recém-chegado. Podia-se por meio dessa interação, saber sobre acomodação, onde era mais vantajoso alugar ou comprar imóveis, quanto se esperaria pagar por eles, além de encontrar um fiador. De fato, o imigrante aprendia ouvindo relatos dos mais experientes sobre obtenção e regularização de documentação, qualificação profissional, onde e como buscar empregos, e também, trocando informações mais pessoais, sobre a família. O caso é exemplificado pelo seguinte relato:

[...] até mesmo por razões práticas. Para alugar casa, tem que ter um fiador e muita gente não tinha RNE, em 1984 ainda. Sempre nas igrejas tem umas pessoas que a gente chama de patrono, eu apelidei de patrono, que é o cara bem de vida, que gosta assim de... Não sei se de fato ele gosta de ajudar, mas é o cara que acaba ajudando. Ele se torna fiador de várias pessoas, ele ajuda financeiramente, tem um papel assim de acolhimento na igreja (E2).

O papel de lugar de sociabilidade fica evidente nos depoimento que dizem que era na igreja que as pessoas criavam vínculos sociais. A Entrevistada 2 diz que “[...] acabam criando vínculos de amizade, têm pessoas que têm a mesma idade, ou pessoas mais velhas acabam acolhendo [...]”. Já a Entrevistada 4, apesar de hoje em dia não frequentar a igreja, reconhece o papel de inserção social do indivíduo:

O nosso culto era sábado à noite, e depois nós tínhamos que fazer ensaio de coral para cantar no culto principal no dia seguinte, e depois todo mundo almoçava junto, e depois o nosso grupo de jovens se reunia para ir ao Ibirapuera jogar voleibol. Sempre ficávamos em turmas. Eu por exemplo... Esse grupo de jovens tinha várias atividades, a gente organizava concurso de canto, torneio de esportes, tinha várias atividades [...]

Não somente as redes de sociabilidade são formadas na igreja, mas mostra-se presente também a formação de redes de solidariedade, como atividades filantrópicas para o benefício da sociedade paulistana em geral. A Entrevistada 2 diz que “[...] quando alguém falece por exemplo, tanto a igreja católica quanto a igreja protestante, eles tem pessoas que já estão preparadas, e eles vão ajudar a fazer certidão de óbito, eles se mobilizam [...]”. Duas outras entrevistadas, mesmo sendo protestantes, mencionaram participar de trabalhos voluntários

organizados por uma associação católica coreana que atua de diferentes formas na promoção do bem-estar social, oferecendo moradia para coreanos idosos que não tem família, distribuição de refeição para moradores de rua e até a disponibilização de uma biblioteca com acervo de livros coreanos para a comunidade. O Entrevistado 8 relata que a Associação Brasileira dos Coreanos realiza uma série de ações solidárias, como o caso da coleta de roupas, de 20 a 30 mil peças que são distribuídas pelas igrejas.

Além dos motivos mencionados acima, que tornaram a igreja um lugar de hospitalidade, Choi (1991, p.158) também menciona outras quatro razões, e diz que:

Diante de uma sociedade estranha, sobretudo para o recém-chegado ou para o clandestino, o único lugar onde podia ter tranquilidade psicológica era nas igrejas. Elas funcionavam como um verdadeiro esconderijo, sobretudo quando ocorriam situações indesejáveis ou qualquer tipo de problema pessoal.

A primeira é que muitos norte-coreanos, que emigraram já haviam rompido laços familiares e de amizade ao migrarem para a Coréia do Sul ao final da Guerra em 1953, e assim, já não tinham estabelecidos muitos vínculos, que puderam ser formados posteriormente na igreja. Em segundo lugar, como a imigração coreana foi organizada pela sociedade civil, não existia no Brasil nenhuma instituição que se responsabilizava por auxiliar esses imigrantes.

A possibilidade de se comunicar livremente na sua língua mãe, é para Choi (1991) o terceiro motivo pelo qual os coreanos se reuniam nas igrejas. Inclusive para muitos imigrantes que chegaram ainda criança no Brasil, a igreja era um dos locais onde se poderia aprender e praticar o idioma coreano. Alguns dos entrevistados de Kang (1993), em sua dissertação sobre socialização de jovens imigrantes coreanos, afirmam que sabem falar coreano em consequência da frequência à igreja, que além de contar com cultos realizados em coreano, também oferecia cursos do idioma.

Finalmente, o quarto motivo se dá pelo fato de muitos dos coreanos que não faziam parte da maioria cristã, terem se convertido ao chegar ao Brasil para não ficarem à margem do que ocorria na comunidade. Percebe-se nos relatos que alguns dos entrevistados deixaram de frequentar a igreja após muitos anos de participação. Pode-se supor que por já terem criado e estabelecido redes sociais mais firmes, não se fazia mais “tão” necessário frequentar e participar das atividades da igreja.

A Entrevistada 7 sugere que alguns pais frequentam a igreja porque preocupam-se em oferecer aos filhos a oportunidade de vivência em um ambiente coreano, “então a igreja serve

muito para esse suporte de manter a questão de ser coreano”. Ela também afirma que o interesse dos pais em ver seus filhos na igreja advém da vontade de ver seus filhos casarem com coreanos. “A gente vê que os pais que não frequentaram a igreja, que ficaram um pouco afastados da comunidade, os filhos chegam em idade de casar, e não vão casar com coreano, porque não tem convívio. Aí o pai tem dificuldade de aceitar” (E7).

Muito provavelmente no início, a afinidade, apesar de cada um ter um histórico distinto, e o fato de vivenciarem situações muito similares e poderem compartilhar os mesmos problemas, desafios e dificuldades, assim como alegrias, fez com que a comunidade se unisse em um único local, a igreja. Com o passar do tempo, no entanto, os imigrantes começam a se estabelecer e seguir seus caminhos mais independentemente, por isso eles passam a perceber mais claramente as suas diferenças. São formadas, portanto, outras redes, que se apoiam em bases diferentes daquelas da igreja, fundamentadas nos princípios morais religiosos.

Nesse sentido, o papel da igreja de praticamente único lugar de convívio começa a mudar. Muitas divergências ficam aparentes e a igreja perde aqueles fiéis que não a frequentavam principalmente por sua função religiosa, tendo em vista que novas formas e novos espaços de hospitalidade surgem. Até mesmo diferenças de denominação e ideologias levaram a igreja protestante a algumas divisões e subdivisões.

Essas divergências que surgem na igreja são ilustradas no discurso da Entrevistada 2, assim como em uma das entrevistas na dissertação de Kang (1993):

[...] tem aquela mentalidade protestante de pensar que é mais amado por deus porque ganhou mais, então tem essa competitividade mesmo dentro da igreja. É um negócio muito antagônico, porque ao mesmo tempo em que é uma instituição que acolhe e ajuda os que precisam, tem aquela coisa de castigar, fazer com que a pessoa se sinta mal porque não teve sucesso financeiro (E2).

Cada um acha que é dono da igreja. Parece que tão comprando ações da igreja. Mesmo na igreja, o pessoal que tem mais dinheiro, manda mais. O pessoal dá mais importância ao rico. Se for fora da igreja, tudo bem. Até na igreja, ignora o pobre (KANG, 1993, p.103).

Entre os jovens imigrantes coreanos, percebe-se também que muitos expressam em algum momento da sua vida não querer mais frequentar a igreja, talvez novamente pelo mesmo motivo de não ter a necessidade de encontrar nesse espaço o conforto e a ajuda encontrados em momentos mais difíceis por seus pais, que já chegaram adultos ao Brasil.

Atualmente, a comunidade coreana conta com uma série de outros espaços, que mesmo não substituindo completamente a função da igreja, oferecem a possibilidade de

convívio organizado de acordo com afinidades e objetivos pessoais. Por exemplo, hoje já existem diversas associações, por meio das quais muitos membros da comunidade se encontram e mantêm vivas suas práticas culturais. De qualquer forma, vale lembrar que mesmo hoje, a igreja ainda é muito importante no processo de agregar pessoas, segundo relato dos entrevistados.

As associações e atividades esportivas e de lazer, mostram-se atualmente como alternativas de encontro da comunidade. Mencionadas por todos os entrevistados, é por intermédio de encontros de associações que muitos coreanos mantêm antigos e fazem novos círculos de amizades, e que conseqüentemente se ajudam mutuamente para enfrentar os desafios e dificuldades que encontram hoje, bastante diferentes daqueles de quando tinham recém chegado e recorriam à igreja.

Mostrou-se evidente que o golfe é hoje uma das atividades que mais representa o encontro do grupo de imigrantes coreanos. A Entrevistada 2 chega a dizer em tom bem humorado que “[...] o golfe é um forte concorrente da igreja. Já aconteceu com o tênis também. Eles formam associações de tenistas coreanos, e associação de golfistas, eles se dividem por idade ou por sexo, participam de campeonatos [...]”. Ao dar seu depoimento, a Entrevistada 4 realça a importância social das associações: “[...] Existem associações, não só de golfe. Isso foi uma coisa importante. Existem associações de golfe, de tênis, de *badminton*, de caligrafia, de coral. Essas associações são importantes sim, as pessoas se encontram lá [...]”. Ao descrever a rotina das atividades de final de semana da igreja, Park (1997) adiciona que em meio a programação de atividades sociais, é comum que homens de negócios joguem golfe antes do serviço de domingo na igreja.

Também como uma alternativa às associações esportivas, o Entrevistado 6 menciona o encontro de ex-alunos de escolas e universidades coreanas onde os imigrantes estudavam antes de emigrarem para o Brasil. Nesses encontros discutem assuntos diversos: “Associação de ex-alunos da Coreia. A cada dois, três meses se encontram, para trocar ideia, falar de assunto político, social, assunto de família, essas coisas [...]”.

Assim como a cidade que concentra a grande maioria de coreanos é São Paulo, o bairro que se tornou cenário de troca entre imigrantes coreanos e seus descendentes, assim como da convivência com outras comunidades é o Bom Retiro. Em face do exposto, a Entrevistada 1 sustenta que: “Tem mais os que moram fora do Bom Retiro do que aqui, mas aqui se concentra como um centro, como um bairro coreano mesmo”. A Entrevistada 7 ao falar também sobre os coreanos que moram em outro bairros e o vínculo com o Bom Retiro, afirma que apesar de frequentarem o bairro em função de seus negócios estarem lá, muitos

vão até o bairro para encontrar as pessoas da comunidade, “quando é para fazer alguma reunião com alguém da comunidade o pessoal prefere lá”. Inclusive a Associação Brasileira dos Coreanos está organizando-se para mudar seu endereço do Cambuci para o Bom Retiro, dizem os entrevistados.

Desde que muitos coreanos iniciaram as atividades de confecção, o Bom Retiro passou a concentrar grande parte das oficinas e lojas, que já vinham sendo desenvolvidas pelos imigrantes judeus no bairro. Com a transferência inicial da atividade econômica da família localizada no Bom Retiro, muitos passam a residir ali também, por conta da facilidade de morar próximo ao trabalho e também pelo preço dos imóveis e do aluguel.

Muitos coreanos, conforme se estabilizavam financeiramente, mudavam-se para bairros próximos como Aclimação e Higienópolis, ou seja, bairros onde encontravam melhor qualidade de vida, e conseqüentemente mais valorizados. Por algum tempo, os coreanos que tinham bom poder aquisitivo trabalhavam no Bom Retiro, mas residiam fora. Porém, por vários motivos, atualmente esta situação começou a mudar, e muitas pessoas passaram a residir no bairro novamente, segundo os relatos:

Agora as pessoas estão voltando, tanto é que é difícil encontrar apartamento vago agora aqui. Estão voltando por causa do trânsito, por causa da comodidade, e tem todas as coisas coreanas aqui, restaurantes, mercearias, então acabam voltando muito, principalmente gente que tem idade, agora está voltando [...](E4).

[...] acho que é por causa do conforto e praticidade. Tem hospital de coreano lá [Bom Retiro], a clínica Nazaré. Aí quando os senhores ficam mais doentes assim, eles vão lá porque os médicos falam coreano. Aí tem dentista, um serviço praticamente completo (E2).

Mesmo não sabendo exatamente qual é a população coreana no bairro, a Entrevistada 3 diz: “[...] eu acho que 80% é coreano. Bom Retiro vale muito para o coreano.” E afirma também a importância do bairro para a comunidade, por toda sua história e por tudo que já conquistaram ali.

Ao analisar o bairro, que tradicionalmente acolheu diversos grupos de imigrantes ao longo de sua história, percebe-se que apesar de ter mudado drasticamente seu perfil, o Bom Retiro foi fortemente marcado pelos coreanos, inclusive na relação com os antigos moradores. Com fama de ser uma “colônia fechada”, os coreanos não costumam ter problemas com seus antigos e novos vizinhos, no entanto, também não estabelecem muita interação além da tolerância.

Sobre a relação com os judeus, moradores anteriores aos coreanos, a Entrevistada 1 mostra que as comunidades não tinham muita afinidade que justificasse uma relação mais próxima:

Eu acredito que esse relacionamento se restringiu mais a relacionamento de comprador e vendedor, ou inquilino e proprietário da loja. Acho que muito pouca gente se familiarizou com os judeus, porque eu acredito que são duas sociedades mais fechadas. [...] Eu acredito que não tenham interesse em se abrir. Não tem interesse ou necessidade de abrir para outra cultura, porque não acham muita afinidade entre comunidades. Então, o que interessa para eles, talvez para a gente não, e vice versa. Mesmo na faculdade eu tive bastante judeus amigos, mas eu tive oportunidade de participar de um *shabath* deles, e aquilo lá era para gente uma coisa totalmente alheia.

Ao ser questionada sobre a convivência e contato com imigrantes de outros grupos, como judeus e bolivianos no Bom Retiro, a Entrevistada 2, ex-moradora do bairro diz: “[...] acho que tem um contato superficial. Assim, de conhecer o dono da vendinha, o dono da padaria. Mas não amizade profunda, não tenho amigos fora da colônia coreana [...]”.

#### 4.2 O patrimônio imaterial no Bom Retiro

*Kasher, bulgogui, shabat, kye, bureka, kimchi, moussaka, salteña* e forró, são apenas algumas das palavras comumente pronunciadas no Bom Retiro que representam a multiculturalidade do bairro que sempre foi reduto de migrantes e imigrantes na região central da cidade de São Paulo.

A convivência, seja ela de forma mais próxima, em círculos de amizade ou apenas relações puramente comerciais, se dá nas ruas do bairro e no comércio que aparece como cenário de trocas entre os membros das mesmas comunidades, assim como trocas com indivíduos de grupos étnicos distintos.

O resultado de tamanha representatividade é conhecido por hibridação, como já tratada anteriormente. Nesse caso, cada uma das características culturais transportadas para o Brasil, em específico o Bom Retiro, são mescladas e reinventadas aqui. Assim, Toji (2007, p.9) discorre:

[...] dentro de cada nacionalidade ou cada região, há diferenciações locais, há italianos genoveses, do norte, e italianos do sul da Itália. Entre os judeus,



além da divisão entre asquenazitas e sefaraditas, há os poloneses, os russos, os lituanos e os bessarábios, entre outros. Entre os coreanos, há os que provêm da Coréia do Sul e outros, que passaram pela Coréia do Norte. Entre os latino-americanos, há bolivianos de Cochabamba e bolivianos de Santa Cruz de la Sierra; há os paraguaios de Assunção e os das áreas guaranis. Dentre os chamados nordestinos, há os provenientes de Estados muito diferenciados, como Bahia e Ceará. Tais diferenciações, que podem explicitar algumas diferenças alimentares, de gestos e hábitos nos lugares de origem, no Bom Retiro, podem ser esmaecidas e reformuladas, de modo a construir uma nova referência.

Imigrantes jovens ou da segunda geração em diante é que vivenciam esse processo de assimilação diferentemente dos adultos que costumam encontrar mais dificuldades no processo de adaptação à nova terra (KANG, 1993). Cada uma dessas pessoas carrega consigo uma bagagem cultural diferente, assim como memórias individuais e coletivas que formam o caldeirão cultural do Bom Retiro.

No âmbito do patrimônio cultural, o Bom Retiro é um bom exemplo, seja ele material ou imaterial. No que se refere ao patrimônio edificado, não necessariamente tombado, aquele patrimônio não sacralizado, o bairro é local de estudo fértil da arquitetura e paisagem da classe proletária, diferente do vizinho, Campos Elíseos<sup>35</sup>, justamente por seu histórico fabril, operário, comercial e residencial.

A apropriação do espaço e as alterações do uso social do Bom Retiro são resultados das necessidades políticas e econômicas de cada período da história do bairro e da cidade de São Paulo. A partir dessa noção entende-se que memórias são construídas sob memórias, expressando-se naquilo que se conhece como patrimônio cultural. O patrimônio como expressão da cultura, memória e identidade experimentam, dessa forma, a mesma maleabilidade. O patrimônio sobrevive a modificações a partir das circunstâncias e conjunturas vigentes nas diferentes épocas.

Vale relatar aqui os esforços até agora realizados pela 9ª Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional (9ª SR/IPHAN) em São Paulo para que o projeto Multiculturalismo em Situação Urbana: Inventário de Referências Culturais do Bom Retiro pudesse estar atualmente em desenvolvimento em estágio avançado.

Inicialmente a Superintendência Regional do IPHAN, juntamente com o Departamento de Patrimônio Histórico do Município de São Paulo (DPH) realizaram entre os

---

<sup>35</sup> Por ter sido bairro nobre, onde residiu a elite cafeeira a partir do final do século XIX, encontram-se nos Campos Elíseos antigos casarões e palacetes nas ruas largas do bairro que buscava remontar um ambiente europeu sofisticado. Com a saída dessa população ainda no início do século XX para outros bairros e com a desvalorização e degradação da região, muitas edificações foram abandonadas e algumas até transformadas em cortiços.

anos 2004 e 2005 um levantamento bibliográfico sobre o Bom Retiro que possibilitaria a segunda fase do projeto, com mais caráter de pesquisa de campo.

Nesse segundo momento, a 9ª SR/IPHAN dedicou-se à aplicação da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (já terminado) e de uma série de outras atividades e eventos que culminassem na decisão pública de solicitar ao IPHAN o reconhecimento e inscrição do Bom Retiro como Patrimônio Imaterial do Brasil, realizado em maio de 2010, junto com o lançamento oficial do CD-ROM do Inventário de Referências Culturais do Bom Retiro e do vídeo documentário “Bom Retiro de Muitos Povos”.

Entre as atividades e os eventos realizados de 2006 até 2010, estão as ações de Educação Patrimonial, como o Concurso de Pesquisas Escolares do Bom Retiro com a proposta de “[criar e fortalecer] vínculos entre a pesquisa e a população” (SCIFONI, 2007, p.1), a produção de coletânea de textos intitulada “Bom Retiro: memória urbana e patrimônio cultural”, assim como também foram realizados encontros com grupos de moradores e instituições locais, que ajudaram na orientação da pesquisa.

### **4.3 Patrimônio Imaterial Coreano no Bom Retiro**

São contemplados aqui análises sobre o patrimônio cultural imaterial e o legado construído pelos imigrantes coreanos e seus descendentes no bairro do Bom Retiro. Por meio do estudo do Inventário de Referências Culturais do Bom Retiro (2010) realizado pelo 9ª SR/IPHAN foram organizadas as ocorrências de bens culturais coreanos ou de alguma forma relacionados aos coreanos e sua presença no bairro. Eles são:

- 1) Datas comemorativas<sup>36</sup>
- 2) Missa do Dia de Ação de Graça (mês de setembro)
- 3) Shopping Fashion Center Luz (Antiga Rodoviária da Luz) – Desativado
- 4) Corais Coreanos
- 5) Dança Tradicional Coreana
- 6) Golfe

---

<sup>36</sup> Ano Novo “coreano” – Ano Novo Lunar (1º dia e 1º mês do calendário lunar); Dia da Imigração Coreana (12 de fevereiro); Dia da Independência da Coreia (15 de agosto); Dia de Ação de Graça (mês de setembro).

- 7) Imprensa Coreana <sup>37</sup>
- 8) Língua coreana
- 9) Tae Kwon Do
- 10) Colégio Polilogos (Rua Sólon, 1.018)
- 11) Hotéis Contemporâneos (proprietários e hóspedes coreanos) <sup>38</sup>
- 12) Igreja Católica São Kim Degun (Rua Nair de Teffé, 147)
- 13) Igrejas Protestantes Coreanas <sup>39</sup>:
- 14) Karaokês <sup>40</sup>
- 15) Lan House <sup>41</sup>
- 16) Ruas comerciais: Aimorés (lojas de confecção de coreanos); Correia de Melo (estabelecimentos comerciais coreanos); Guarani (estabelecimentos comerciais coreanos); José Paulino (lojas de confecção de coreanos); Prates (estabelecimentos comerciais coreanos); Prof. Cesare Lombroso (lojas de confecção de coreanos)
- 17) Kye
- 18) Ofício da Culinária Coreana
- 19) Ofícios da Confecção de roupas
- 20) Templo Budista Coreano Jingaksa do Brasil (Rua Joaquim Murtinho, 134)<sup>42</sup>

Foram selecionadas apenas cinco categorias de expressões, manifestações ou lugares, entre todas as arroladas acima, e outras possíveis que não aparecem na lista, que se caracterizam como patrimônio intangível desse grupo étnico. Algumas das referências culturais listadas a seguir são classificadas de forma distinta as do IPHAN. São elas: o idioma

---

<sup>37</sup> Hankook Ilbo; News Brasil (1984); Chosun Ilbo (jornal da Coreia com página em português a partir de 1986); Diário Dong (jornal da Coreia com página em português a partir de 1991); Jornal O Som (da Associação Cultural); Nova geração (1991, editado por ex-alunos da FGV); Cultura Tropical (1991, jornal com ênfase literária); Getúlio (1976, editado por ex-alunos da FGV); Koca (“Coreanos Cabeças”, 1989, em coreano e português); Jip (Jornal Interno dos Politécnicos, 1990, editado (ex)alunos Politécnica USP); Revista Vida Nova (caráter mais religioso).

<sup>38</sup> Luz Plaza (Rua Prates, 245); Travel Inn Prince Tower (Rua Mamoré, 305).

<sup>39</sup> Igreja Batista Coreana (Rua Lubavitch, 34, 2º Andar); Igreja Nova Vida (Rua Salvador Leme, 374); Igreja do Senhor (Rua Joaquim Murtinho, 204); Igreja Presbiteriana Feliz (Rua Prates, 878); Igreja Bom Retiro (Rua Afonso Pena, 314); Salão do Reino das Testemunhas de Jeová (Rua Antônio Coruja, 146); Igreja Presbiteriana União da América do Sul (Rua Antônio Coruja, 187); Igreja Missionária Oriental de São Paulo (Rua Mármore, 71); Igreja Presbiteriana Fonte da Vida (Rua Prates, 799 Cs 02); Igreja Pyong An (Rua Anhaia, 305); Igreja Sa Rang (Rua Prates, 554); Igreja Sae Ro Nam (Rua Newton Prado, 77); Igreja São Paulo Gi Poon So Sik (Rua Mamoré, 501); Igreja Soon Bok Um (Rua José Paulino, 235); Igreja Sun Dôo (Rua Joaquim Murtinho, 172); Igreja Sun Kyo (Rua David Bigio, 31).

<sup>40</sup> Man Nam Karaokê (Rua Prates, 712); Dream 21 (Rua Prates, 611).

<sup>41</sup> @ Net (Rua Amazonas, 57); Play net (Rua Três Rios, 91).

<sup>42</sup> Nas fichas do Inventário consta como Templo Batista, no entanto é o endereço do Templo Budista com mesmo nome.

coreano, o comércio étnico, a culinária coreana, as narrativas dos moradores coreanos do bairro, e o golfe como atividade esportiva e de sociabilidade.

É importante compreender, no entanto, que apesar da importância de cada uma dessas manifestações, expressões culturais e lugares no que tange a representação da cultura imigrante coreana em São Paulo, buscou-se entender todo o conjunto como formador do patrimônio cultural imaterial dos coreanos no Bom Retiro.

Muitos dos bens tratados nesta pesquisa, assim como na realizada pelo 9ª SR/IPHAN não podem ser considerados como representativos unicamente da cultura coreana e da cultura imigrante coreana, em função de envolverem muitos outros atores, não só brasileiros, mas também de outros grupos étnicos. Esse é um bom exemplo da hibridação e do multiculturalismo do Bom Retiro.

Diante desse cenário, é oportuno lembrar a cautela em discutir temas como identidade, identidade nacional ou identidade étnica, uma vez que são conceitos muito fluidos, e que facilmente levam ao uso de generalizações e conceitos errôneos. Talvez uma forma de tratar o tema, é abordar as identidades (no plural), sejam elas individuais ou coletivas, nacionais ou estrangeiras.

## **O idioma coreano**

A língua coreana é uma das expressões culturais ainda mantida por muitas famílias de imigrantes, mesmo quando os filhos já tenham nascido ou sido criados no Brasil. É muito comum ao visitante no Bom Retiro deparar-se com grupos, inclusive de jovens, caminhando pelas ruas do bairro ou concentrados em cafés, falando coreano entre si, mesmo podendo comunicar-se fluentemente em português.

A língua como expressão da cultura representa para o imigrante a segurança de que ainda há um elo com seu país de origem, ou melhor, com a representação trazida por ele de sua terra natal. A língua, em uma comunidade de estrangeiros pode significar fazer parte do grupo, ser (ou não) aceito, e mostrar a que grau de importância o indivíduo eleva sua cultura. Para o imigrante coreano e seus descendentes, falar coreano pode representar o quão “coreano” o indivíduo é para si e o quanto ele pretende mostrar aos outros que é coreano. A língua mãe permite ao indivíduo exprimir-se sem barreiras e censura, permite comunicar de forma profunda e precisa os sentimentos que podem ser expressos somente de uma forma, por

meio de palavras. A língua coreana evidencia uma trajetória pessoal ou coletiva, significa a resistência do idioma no tempo, a sobrevivência ao domínio da Coreia por outros povos e persistência da língua nos diversos países estrangeiros que acolhem coreanos.

Seja ela em sua forma oral ou escrita, a língua coreana caracteriza a comunidade e sua adaptação em São Paulo. Nesse sentido, além do convívio familiar e entre amigos promover a prática do idioma, as creches e pré-escolas coreanas no Bom Retiro, assim como outras instituições como a igreja, têm papel fundamental ao oferecer oportunidades para os membros da comunidade comunicar-se na sua língua mãe, mesmo distante da Coreia. O Colégio Polilagos e algumas igrejas, como a católica São Kim Degun também oferecem cursos do idioma para coreanos e não-coreanos.

A escola Polilagos está fazendo uma coisa importante. Aos sábados eles estão fazendo cursos de coreano. Não tão importante quanto o papel das igrejas, outra coisa muito importante também, são as creches coreanas, tem muitas creches coreanas. A pré-escola dos coreanos é geralmente nas pré-escolas coreanas. Eles usam material coreano, cantam músicas coreanas, algumas só falam em coreano (E4).

Tem um monte de jardins e prézinhos. Quando as crianças completam um ano e meio, dois anos, os pais colocam nessas escolas, eles precisam trabalhar meio período ou período integral, e essas escolas seguem o modelo coreano de prézinho Então o uniforme é muito parecido com o da Coreia. Eles trazem material didático da Coreia, eles ensinam só coreano, musiquinha coreana. Então aí as crianças ficam nesse ambiente que só se fala coreano, até quatro, cinco, seis anos (E2).

Alguns dos entrevistados queixam-se, no entanto, por não conseguir comunicar-se tão bem em coreano como gostariam e acabarem misturando o português nas conversas, ou mesmo lamentam-se por não terem sido mais rígidos no ensino do idioma aos filhos: “Com meus pais eu falava só coreano, porque meus pais já não falam bem o português. Meus filhos falam mal coreano. Eu trabalho e não eduquei bem. Devia ter falado mais coreano com eles” (E3). Outros se justificam por causarem certos mal-entendidos ou desconfortos nas ruas do Bom Retiro ao falarem apenas em coreano na presença de pessoas que não compreendem o idioma.

Ao apresentar o relato de um de seus entrevistados, Kang (1993, p.142) em sua dissertação sobre socialização de jovens imigrantes coreanos, relata que “o conhecimento da língua coreana não é necessário apenas no convívio com outros coreanos; ele é fundamental na definição da própria identidade. Para ela [entrevistada], falar a língua é igual a ‘estar na raiz’ e pertencer à ‘linhagem coreana’ ”.

Não somente na sua forma oral que o idioma é praticado pelos coreanos, mas também em sua forma escrita, principalmente por meio dos diversos jornais e tabloides produzidos pela e para a comunidade coreana em São Paulo, sem contar as mídias eletrônicas. No Bom Retiro encontram-se seis escritórios de jornais (Jornal Cristão da América Latina e Jornal Joong-Ang) e tabloides (Bom Dia News, IMOSP, News Brasil e News Namiro Brasil). Os tabloides, onde são encontrados classificados e notícias sobre a comunidade são distribuídos gratuitamente nos estabelecimentos coreanos, como ilustra a fotografia 7.



Fotografia 7: Distribuição de jornal gratuito em farmácia, Bom Retiro  
Fonte: Rafael Monteiro (2010)

Curiosamente, uma alternativa de comunicação entre a comunidade é a disposição de cartazes comumente colados nas paredes e vitrines do comércio coreano. Além de publicidade, esse é um meio de informar a comunidade sobre atividades religiosas, campeonatos de golfe, e outros eventos realizados. O fato de haver esse tipo de comunicação somente em coreano significa que grande parte da comunidade, mesmo nascidos no Brasil tem uma habilidade mínima no idioma.



Fotografia 8: Cartazes em coreano, Bom Retiro  
Fonte: Rafael Monteiro (2010)



Fotografia 9: Cartazes em coreano, Bom Retiro  
Fonte: Rafael Monteiro (2010)

Além das igrejas e das escolas, outros meios institucionais que fomentam a manutenção da língua coreana são a Associação Coreana de Caligrafia no Brasil, sediada na Rua Prates, e a biblioteca da Sociedade Pequeno Jesus, também no Bom Retiro, que recebe doações do governo coreano de livros recentemente publicados na Coreia para serem disponibilizados para a comunidade. A Entrevistada 5 que realizou trabalho voluntário na instituição relata: “eu tô trabalhando todo sábado lá na biblioteca. Porque eu estudei biblioteconomia. A Coréia manda livros para cá e a gente classifica tudo, para coreanos que moram aqui usar. Quase 10 anos que mandam livro novo publicado na Coréia. Tem mais de mil associados”.

Entre a população coreana jovem, principalmente aqueles criados ou nascidos no Brasil, a forma de contato mais frequente com a língua coreana é por meio da internet e outras mídias digitais, como filmes, novelas e músicas coreanas.

## O comércio étnico

Baseado na definição apresentada por Gomes (2002, p. 18) de comércio étnico, analisa-se como o comércio pode ser visto como patrimônio cultural, a partir da abordagem de suas funções não econômicas. Segundo a autora:

“Comércio étnico” é a tradução da expressão francesa *commerce ethnique* bastante utilizada pelos especialistas em estudos urbanos (*urbanisme comercial*) e sobre a imigração na França contemporânea, para designar diferentes tipos de empreendimentos comerciais pertencentes a imigrantes. Dessa forma, o “comércio étnico” não está relacionado à origem/procedência da mercadoria posta à venda, mas à organização do empreendimento e do negócio como um todo. Bem entendido, lojas francesas podem oferecer e expor produtos exóticos, considerados étnicos, mas isso não caracteriza o comércio étnico como tal.

Diante da compreensão do termo, é relevante mostrar a possibilidade de aplicação do conceito ao comércio existente no Bom Retiro, seja aquele que não comercialize produtos étnicos, mas que seja administrado por coreanos, ou seja, aquele que comercialize produtos coreanos e ofereça serviços voltados para atender a comunidade presente no bairro. Entre os empreendimentos da primeira modalidade estão as lojas varejistas e/ou atacadistas de roupas e acessórios, principalmente, femininos, nas ruas José Paulino, Prof. Cesare Lombroso e Aimorés.

Nesse tipo de estabelecimento comercial, que em alguns casos dispõem de confecções próprias, as marcas da cultura coreana reformulada no Brasil estão embutidas no histórico desse grupo em São Paulo e sua inserção no ramo de confecção e comercialização de roupas. O conhecimento da indústria da moda foi adquirido conforme entraram no mercado e ganharam força, e o tino comercial vem desde a prática do *bendê*<sup>43</sup>, quando vendiam roupas e outros produtos de porta em porta no início da imigração. A dinâmica do gerenciamento, a visão do negócio, a estratégia de transformar as antigas lojas com instalações precárias em lojas espaçosas com vitrines atrativas e produtos atuais e de boa qualidade a preços competitivos são traços típicos instaurados no comércio do bairro pelos coreanos. Esse comércio é hoje responsável pela atração dos milhares de compradores que visitam o Bom Retiro diariamente.

A segunda modalidade, que compreende estabelecimentos como restaurantes, mercearias, açougues, padaria, cafés, papelarias, lojas de presentes, salões de beleza, vídeo locadoras, livrarias, laboratórios fotográficos, lojas de trajes típicos etc. são os exemplos mais óbvios da importância do Bom Retiro para os coreanos. Para qualquer transeunte, que circule pelas ruas Prates e Correia de Melo, as intervenções dos letreiros, placas e outras referências visuais na paisagem serão óbvias menções à presença dos coreanos no espaço.

---

<sup>43</sup> “A palavra significa vender e se aplica de ambulantes a representantes de grandes ou pequenas fábricas” (KIM, 2008).



Ao entrar em uma mercearia coreana, o indivíduo não coreano é transportado para uma realidade diferente, talvez exótica para alguns, no entanto, para um coreano, ir a mercearia é poder falar o idioma, ser atendido por um conterrâneo, comprar produtos não encontrados em um mercado regular, adquirir alimentos e ingredientes para o preparo de pratos coreanos. Esses são fatores que reforçam um sentimento de pertencimento, que ligam o indivíduo a suas memórias e a suas raízes.



Fotografia 10: Mercearia coreana, Rua Prates  
Fonte: Rafael Monteiro (2010)



Fotografia 11: Açougue coreana, Rua Prates  
Fonte: Rafael Monteiro (2010)

### A culinária coreana

O sabor de certos alimentos e a singularidade de certos temperos são um testemunho do passado. Eles reafirmam, pela materialidade dos sentidos, que esse passado a cada dia mais distante não se perdeu, que ele sobrevive na maneira especial de assar o pão, no formato gracioso de biscoitos que marcam as lembranças da infância, ou no odor forte de ingredientes que, não sendo encontrados no novo país, são preparados em casa, impregnando os quartos e corredores da memória (BELLUZZO; HECK, 1999, p.13).

Como posto acima, a culinária representa para o imigrante um elo com sua cultura nativa, mesmo distanciado da terra natal. A comida e todo o ritual envolvido no preparo do alimento e a forma com que ele é compartilhado são muito representativos da memória coletiva, e por isso são tratados não somente como sustento físico. O alimento representa “vínculo emocional, relações sociais, construção de uma comunidade, práticas religiosas, além de ser um campo de batalha de culturas e políticas” (OUM, 2005, p. 109 – tradução

livre<sup>44</sup>). Estar à mesa partilhando pratos coreanos, é para o imigrante uma forma de resgate da memória, de contato com suas raízes, proximidade àquilo que simboliza ser coreano. No entanto, o significado e o valor desse ato para um imigrante em um país estrangeiro é completamente diferente da interpretação da culinária por um coreano que vive na Coreia, por exemplo. Nesse sentido, a culinária de imigrantes é compreendida por Belluzzo e Heck (1999) como uma marca de resistência à aculturação absoluta, de forma que o alimento como representação da cultura, possui mais valor sentimental do que importância em distinguir a autenticidade dos pratos produzidos fora da Coreia e consumidos pelos próprios imigrantes, ou até mesmo por pessoas de outras nacionalidades em restaurante étnicos tão populares atualmente.

Em seu estudo sobre a autenticidade e a representação da cozinha coreana americana na diáspora, Oum (2005, p.109 – tradução livre<sup>45</sup>) nota a similaridade da complexidade da comida com o estado de ser um imigrante como um todo, e afirma que para essa comunidade,

[...] a comida coreana pode ser um objeto de nostalgia, saudade e desejo; ou um símbolo de identidade nacional e consciência; ou a origem de um conflito, alienação e constrangimento. A cozinha coreana nos Estados Unidos é politizada e negociada, hibridizada e estratificada, classificada por gênero e classe, assim como qualquer outro aspecto da diáspora<sup>46</sup>.

Mesmo que os pratos sofram alterações em função da disponibilidade de ingredientes, que a estrutura básica das refeições seja alterada, que os métodos de preparo e as formas de apresentação dos pratos não sejam tão fiéis ao “tradicional”, o significado da apreciação da comida coreana pelo indivíduo na sua condição de imigrante é muito distinto daquele que aprecia a comida pelo seu valor gastronômico em si.

Diante disso, será que a busca pela autenticidade por parte do próprio imigrante coreano ou mesmo pela academia ao analisar a culinária como patrimônio imaterial da forma que está sendo proposto aqui, é fator de grande importância?

---

<sup>44</sup> “Food is a medium of emotional bonding, social relations, community building, religious practices, and is a battleground of cultures and politics” (OUM, 2005, p.109).

<sup>45</sup> “In the Korean American diaspora, Korean food is variously an object of nostalgia, longing, and desire; or a symbol of national identity and spirit; or a source of conflict, alienation, and embarrassment. Korean cuisine in the US is politicised and negotiated, hybridised and multilayered, gendered and classed, as is any other aspect of diaspora” (OUM, 2005, p.109).

<sup>46</sup> Com o intuito de ilustrar um dos pontos trazidos nesta citação, é curioso perceber que a culinária pode também ser objeto de constrangimento. Há na literatura relatos de jovens que se sentiam envergonhados por serem ridicularizados e associados aos fortes odores do *kimchi* e do alho. Nesse caso, principalmente entre jovens, período em que a formação da identidade pode ser mais conflituosa para o indivíduo, observa-se o efeito inverso na representação da culinária, em que aquilo que representa a cultura coreana para alguns é para outros alguns fato a ser escondido por motivo de constrangimento.

No caso da atitude do imigrante em face da autenticidade da “sua” culinária, pode-se perceber que a constante busca por símbolos e representações que expressem ou forcem a criação de uma identidade fora da terra natal justifique a necessidade de declarar que os pratos “típicos” produzidos ou consumidos pelo imigrante sejam realmente autênticos e tradicionais, já que o reconhecimento do prato como um híbrido de técnicas coreanas, com ingredientes brasileiros em um ambiente ocidental poderia gerar um conflito com a identidade que se quer ter ou pretende criar. Sabendo que as identidades individuais e coletivas são noções muito abstratas e dinâmicas, não seria percebida como engano ou falsidade a apreensão da culinária como realmente típica e autêntica por parte do imigrante. É inclusive plausível, que um imigrante diga que a alimentação seja uma forma de medição de quão coreano um imigrante ou descendente seja. Ao falar sobre restaurantes coreanos em São Paulo a Entrevistada 2 descreve alguns com as seguintes palavras: “esse está meio poluído, não é 100% coreano”, “você foi nos mais ocidentalizados, mais tropicalizados. Tem que ir no original”. Com efeito, nota-se que há uma distinção feita pelo coreano em relação à comida que sofreu mais ou menos alterações, sendo ela mais ou menos coreana. Esse fato ajuda a ilustrar a ideia supracitada da cozinha coreana fora da Coreia, como hibridizada e estratificada.

Já no estudo do patrimônio cultural, observa-se que a noção de autenticidade pode apresentar pouca importância em face do valor do bem ou do conhecimento reconhecido realmente como patrimônio. Sem dúvida, ao tratar da culinária, a noção de autenticidade não é um valor incorporado ao alimento, e sim uma experiência subjetiva fundamentada nas relações entre as pessoas e a comida (OUM, 1999). A ideia de que o adjetivo autêntico é sinônimo de bom ao descrever comida pode ser puramente um artifício de publicidade para agregar valor econômico a um bem comercializável. Nessa perspectiva, o real valor da culinária coreana reconhecida como patrimônio cultural imaterial coreano em São Paulo está no poder de sua representatividade, no significado do alimento na formação e manutenção da identidade e memória individual e coletiva dos coreanos.

Em suma, na análise do patrimônio não vale eleger um ou alguns pratos como tipicamente nacionais, evita-se cair em uma armadilha que seria dizer que o *kimchi*, ou o *bulgogui*, ou o arroz seriam os melhores exemplos do que é a culinária nacional<sup>47</sup>, contudo nota-se que há traços, similaridades e permanências que permitem reconhecer a cozinha coreana. “Pode haver grandes variações regionais e históricas em sabor, tempero, métodos de

---

<sup>47</sup> Para acesso mais detalhado à discussão sobre apropriação da cozinha nacional, consultar: OUM, Young Rae. Authenticity and representation: cuisines and identities in Korean-American diaspora. **Postcolonial Studies**, v. 8, n. 1, p.109-125, 2005.

preparo, uso e disponibilidade de certos tipos de materiais e ingredientes, mas há alguns princípios compartilhados que unem as cozinhas coreanas” (OUM, 2005, p.114 – tradução livre<sup>48</sup>).

O saber intrínseco à receita trazida da Coreia, ou aprendida e aprimorada aqui no Brasil mesmo, materializa-se na comida que motiva a reunião de familiares e amigos em festas especiais como casamentos, ou em refeições diárias compartilhadas em casa ou em restaurantes. As refeições têm papel primordial no estabelecimento de relações sociais, visto que qualquer reunião é geralmente organizada em volta de uma mesa, onde as pessoas comem e bebem enquanto socializam-se, desde celebrações importantes, como ritos de passagem a encontros de negócios, sejam esses encontros em locais públicos como restaurantes, como no âmbito doméstico. O oferecimento de alimento é prática comum na cena de hospitalidade, em que o anfitrião agrada seu hóspede com a oferta de suas melhores iguarias.

Atualmente encontra-se no Bom Retiro aproximadamente 40 restaurantes que se dedicam a servir pratos da culinária coreana, que atendem em sua maioria a comunidade residente ou não-residente no bairro.

Para o paladar não familiarizado com as cozinhas asiáticas, a culinária coreana pode ser muito facilmente confundida com a chinesa e a japonesa, não fossem alguns traços peculiares. A comida coreana é marcada fortemente pelo uso de temperos como o alho, a cebolinha, o gengibre, o gergelim, o vinagre, o açúcar, o *shoyu*, e principalmente a pimenta, seja ela em molho, em pó, assada, frita ou crua, o que confere aos pratos cores vibrantes. Os pratos são fartos em verduras, legumes, massas, sopas e carnes. Um dos alimentos mais frequentes nas mesas coreanas é o *kimchi*, uma preparação de vegetais como acelga, nabo e rabanete fermentados e temperados de formas variadas. Kim (2009) relata que a popularidade histórica do *kimchi* advém da dificuldade de encontrar verduras frescas nos meses de inverno na Coreia, e por isso as pessoas preparavam os vegetais dessa forma e armazenavam-nos em recipientes de cerâmica que eram enterrados, para que pudessem apreciá-lo durante o inverno.

---

<sup>48</sup> “There may be large regional and historical variations in tastes, seasoning, cooking methods, and usage and availability of certain kinds of food materials, but there are some shared principles that bind Korean cuisines together” (OUM, 2005, p.114).



Fotografia 12: *Kimchi*  
Fonte: Gettyimages (s.i.)

De acordo com Oum (2005), outra característica da culinária coreana é a organização da refeição que não segue o padrão ocidental de divisão por pratos (entrada, principal e sobremesa, por exemplo). Uma refeição comum coreana é composta por arroz branco, alguma sopa, *kimchi*, molhos e uma série de pequenas porções (*bancham*), que não devem ser confundidas com acompanhamentos, e que podem conter diferentes tipos de alimentos (por exemplo: brotos, legumes e verduras, tofu, ovo, alga, peixe ou carne) preparados de diferentes formas (marinados, ao vapor, fritos, cozidos, grelhados, secos ou crus). A composição das porções, que comumente são servidas em números ímpares e combinadas de forma harmoniosa, é que determina o nível de elaboração da refeição.



Fotografia 13: Refeição de *banchans*, arroz e sopa  
Fonte: Gettyimages (s.i.)

Um dos pratos mais consumidos nos restaurantes coreanos em São Paulo é o Bulgogui, conhecido popularmente como churrasco coreano, que pode ser preparado na mesa pelos próprios comensais na grelha ou na chapa, ou já pronto e servido em um prato quente. A carne marinada é fatiada, temperada e normalmente preparada com cebolinha. A carne é servida com as porções (*bancham*), arroz, sopa e *kimchi*.



Fotografia 14: *Bulgogi*

Fonte: marcelokatsuki.folha.blog.uol.com.br (s.i.)

Outro prato frequentemente consumido é o *Dorso Bibimbap*, um prato de arroz mexido com legumes, carne e ovo. Apesar das variações desse prato que a base é o arroz, são ingredientes comuns a cenoura, pepino, alga seca, ovo, cogumelos, carne moída, broto de feijão, abobrinha e pasta de pimenta (*gotchujang*). A comida é servida em uma cumbuca de pedra pré-aquecida, de modo que o arroz é colocado no fundo da cumbuca e os outros ingredientes sobrepostos. Às vezes o ovo é colocado cru por cima de tudo. O prato é levado à mesa dessa forma e o comensal costuma misturá-lo com ou sem a adição da pasta de pimenta. O arroz em contato com a pedra quente fica com uma textura crocante. Da mesma forma que o prato anterior, este também é servido com as porções (*bancham*), arroz, sopa e *kimchi*.



Fotografia 15: *Dorso Bibimbap*  
 Fonte: Gettyimages (s.i.)

Os ingredientes para o preparo dos pratos também podem ser adquiridos em uma das diversas mercearias coreanas no Bom Retiro e em menor número em bairros como Aclimação e Pari. Entre os entrevistados, há depoentes que mesmo não sendo moradores do Bom Retiro, vão semanalmente ao Bairro para comprar produtos coreanos nas mercearias e realizar outras atividades relacionadas à comunidade. Os Entrevistados 5 e 6 atestam que em função do envolvimento tanto do homem quanto da mulher no trabalho, não há tempo para a produção de certos alimentos como o *kimchi* em casa, o que leva os coreanos a frequentarem periodicamente as mercearias.

### **As narrativas dos moradores coreanos do bairro**

[...] “lugares de memória”, continuam sendo os locais privilegiados onde a cultura local é coletivamente elaborada, reproduzida e transmitida, especialmente através das inúmeras narrativas de seus moradores e frequentadores. A propósito da identificação do comércio como um importante lugar de fabricação da memória local, isso se deve também ao fato de as lojas em geral permitirem diferentes formas de apropriação pelos moradores e consumidores (GOMES, 2002, p.7).

Desde que as primeiras levas de imigrantes começaram a chegar ao Brasil, o seu estabelecimento no Bom Retiro e o reconhecimento do bairro atual como bairro coreano de



São Paulo, formou-se um grande repertório de narrativas que contam não apenas trajetórias individuais ou familiares, mas recontam a história da comunidade coreana em São Paulo e no Bom Retiro.

Essa referência cultural, quando mantida oralmente, talvez seja um dos patrimônios mais difíceis de ser protegido. Mas com o aumento do interesse pela pesquisa sobre características sociais da imigração coreana no Brasil, está sendo construído, sem o auxílio de qualquer órgão preservacionista, um grande repertório de relatos e histórias sobre esse processo e essa comunidade, muitas vezes por meio do método de história oral.

Do contrário, todo esse repertório é mantido no âmbito doméstico transmitido pelas famílias de coreanos de geração para geração, ou no âmbito público em locais de sociabilidade de coreanos, como já mencionados, a igreja e o comércio étnico, por exemplo. Nesse sentido, ressalta-se a importância da valorização desses encontros sociais e dos lugares que promovem os mesmos.

### **O golfe como atividade esportiva e de sociabilidade**

Entre os esportes mais populares na Coreia, o golfe é também praticado no Brasil pelos coreanos. Em publicação da Associação Brasileira dos Coreanos (2009) é afirmado que o esporte é preferido pelos homens da comunidade coreana, e muito utilizado para “quebrar o gelo” em encontros de negócios. Menciona-se também uma estimativa de mais de 1.500 coreanos praticantes de golfe na cidade de São Paulo.

Não somente homens jogam golfe, a Entrevistada 3 relata que é sócia de um clube de golfe, onde pratica com a família e amigos aos finais de semana. Esse fato demonstra a característica de sociabilidade por meio do esporte.

Eu jogo, meus filhos jogam, meu marido joga. Eu vou domingo com meu marido, jogo, volto à noite. Golfe você tem que jogar com 4 pessoas. Então você tem que fazer um grupo de 4, tem encontro de 10, 12 pessoas. Então tem aquele grupinho de amigos que sempre tem aquela afinidade, que são mais teus amigos, que encontra mensalmente, que encontra de domingo (E3).

Mesmo sendo uma atividade elitizada e praticada em sua maioria pelos homens, o golfe é um dos esportes mais populares na comunidade coreana, e uma das atividades que



mais bem representa o encontro do grupo de imigrantes coreanos. A Entrevistada 2 chega a dizer que a prática do golfe e outras atividades organizadas por associações são praticamente “concorrentes” da igreja, no que diz respeito à reunião de coreanos.

Apesar de não existir nenhum campo de golfe no Bom Retiro, há no bairro dois centros de treinamento de golfe (*driving ranges*), onde os praticantes podem treinar suas jogadas, sem contar as lojas de equipamentos, acessórios e vestimentas para a prática do esporte. No bairro está sediada também a Associação Coreana de Golfe do Brasil. Seguindo as tendências na Coreia, há um showroom na Rua Nilton Prado que comercializa simuladores virtuais de golfe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Kiki de Montparnasse nasceu em Seoul, Coréia do Sul e viveu por lá até os 7 anos de idade. Em setembro de 1987 imigrou ilegalmente com sua família para o Brasil, atravessando a Ponte da Amizade escondida nos fundos de uma VW Kombi velha. Eram um pai, uma mãe, duas filhas e muitas malas. Nas malas, além de peixes secos e pastas de pimenta trouxeram esperança, medos, ambições, apostas e sonhos de uma vida melhor. Não falava português e os pais não falam mesmo hoje. Passou por incontáveis situações de confusão, constrangimento, comédia e humilhação. Passa até hoje por constantes crises de identidade cultural, pois sabe que já não é coreana, tampouco poderia algum dia ser brasileira. Mas não se sabe se isso importa. Pertence a geração 1.5 – nascidos lá e criados aqui, entre os seus pais cruamente coreanos 1.0 e seus futuros filhos confortavelmente brasileiros 2.0. Acabou por tecer uma formação a partir desse convívio conflitante quanto interessante, que tem encaixe com as visões dos dois universos, mesmo vivendo num terceiro. Sua mãe vende tecidos, mas não sabe qual é a textura exata desse entrelaçamento cultural. Durante anos vivendo no Brasil sob a condição de sul coreana, já se sentiu estranha, sentiu vergonha, se sentiu natural, sentiu orgulho e, agora se sente apenas bem. Ser coreana é hoje apenas um *déjà vu* e adora ter *déjà vu*. É viciada na sensação de embriaguez e se aproveita indiscriminadamente do fato de ser estrangeira para justificar todos os seus erros gramaticais. Hoje, Kiki de Montparnasse bebe cachaça e possui visto permanente para residir no Brasil.

De forma bastante espirituosa e muito bem retratada, a jovem coreana que utiliza o nome fictício de Kiki de Montparnasse descreve na epígrafe acima a percepção de sua condição em seu blog<sup>49</sup>, e apresenta de maneira bastante concisa um resumo da situação e o histórico de muitos dos coreanos que vivem hoje em São Paulo. Ela consegue abordar a chegada via Paraguai e todos os riscos envolvidos nessa empreitada de chegar ao Brasil de forma clandestina, a questão das expectativas trazidas na mala junto com artigos do cotidiano, a situação das dificuldades enfrentadas por imigrantes da geração 1.5, questões de preconceito, aceitação e até mesmo do sentimento complexo de ser coreana, mas com hábitos e características brasileiras.

No decorrer desta pesquisa foram realizadas reflexões teóricas e empíricas sobre os três temas centrais do estudo – imigração coreana, hospitalidade e patrimônio cultural –, que se desdobraram em diversos outros assuntos correlatos, fundamentados em discussões propostas por estudiosos de cada área. Pôde-se por meio de levantamento bibliográfico, análise de dados e de entrevistas, assim como observações em campo, compreender melhor

---

<sup>49</sup> <<http://dejavudejavecu.wordpress.com/>> Acessado em 11/10/2010.

algumas das inquietações iniciais da pesquisa, destacar algumas dificuldades e oportunidades, e problematizar novos desafios para esse campo de estudo.

Em uma reflexão sobre a disponibilidade de referências bibliográficas, salienta-se o fácil acesso a materiais em formato digital em portais de pesquisa acadêmica online. Esse tipo de ferramenta possibilitou o contato com muitos artigos publicados recentemente no Brasil e em diversos outros países, principalmente nos Estados Unidos. A disponibilidade de muitos estudos no idioma inglês, inclusive de pesquisadores de países de fala não inglesa, podem, contudo, ser fato limitante para alcance da pesquisa. Artigos e *papers* em outros idiomas como espanhol e francês também são encontrados em menor número. Buscou-se fazer um levantamento da literatura produzida acerca da imigração coreana nas Américas afinadas aos temas centrais, e sobre os inúmeros outros ramos de pesquisa baseados nas comunidades coreanas mundo afora.

No caso do estudo sobre imigração coreana, destaca-se a produção dos Estados Unidos, não somente pelo alto nível de investimento nesse tipo de realização, mas também por ser o país com a maior concentração de coreanos nas Américas. Além da pesquisa sobre esse tema nos EUA ser um pouco mais antiga, ela é muito mais numerosa que as produções brasileiras e argentinas juntas. No Brasil o trabalho pioneiro de Choi (1991) revela também a desvantagem de influenciar a maioria, senão toda pesquisa sobre imigração coreana no Brasil, que costuma basear-se nela, produzindo uma série de abordagens não inovadoras. Todavia, seria inaceitável a desconsideração do trabalho dessa autora, já que mesmo sendo publicado há 20 anos, é um marco no assunto. Em virtude do exposto, valoriza-se a produção de novas fontes de pesquisa. Outro fato importante do trabalho de Choi e de alguns outros pesquisadores coreanos é que tiveram acesso a variados materiais relevantes no idioma coreano.

No que se refere a utilização e aplicação dos métodos de pesquisa adotados, mostraram-se evidentes as dificuldades ao lidar com a obtenção e análise de dados. Os dados coletados de um banco de dados *Access* do Memorial do Imigrante e do IBGE deram nova perspectiva ao estudo, apesar dos desafios. Inclusive a obtenção de muitos dados foi um obstáculo, principalmente porque vários deles estão incompletos. Não somente incompletos porque os documentos não são encontrados, mas também lacônicos porque muitas informações não foram registradas. Tentou-se igualmente obter dados referentes aos números de coreanos anistiados junto a Polícia Federal e ao Ministério das Relações Exteriores para orientar as estimativas, no entanto, não houve êxito algum.

A comparação de dados com estimativas e hipóteses trazidas pela literatura podem ser bastante subjetivas e inexpressivas. Por outro lado, esse trabalho de investigação induz a muitas inferências, relevantes ou não, “exatas” ou não. Por essa ótica, entende-se que não há a necessidade de constatar números exatos, mas semelhanças e permanências.

Em face das inúmeras divergências de informações encontradas na comparação dos dados com a literatura, não foi objetivo criticar e apontar possíveis erros em outras pesquisas. Não se objetivou apreender a “verdade”, e sim mostrar que as divergências são frutos das dificuldades de pesquisa, do uso de fontes não confiáveis e da forma com que elas são tratadas.

De qualquer modo, a contraposição dos dados com a literatura permitiu uma melhor compreensão do perfil e da motivação dos movimentos migratórios, e a partir da chegada do imigrante no Brasil ou na Hospedaria do Imigrante, entender como se organizaram na nova sociedade. Os dados do IBGE juntamente com o banco de dados do Memorial do Imigrante ajudaram a caracterizar o perfil dos entrados, e a partir das observações e inferências, desenhar a trajetória das diferentes levas de imigrantes coreanos. Partindo do estudo de uma amostra de indivíduos, pôde-se ter uma visão mais abrangente de como foram organizados os diferentes fluxos.

A confirmação de algumas informações (mesmo que não idênticas) apresentadas pela literatura, produzidas pela combinação de diferentes fontes bibliográficas e relatos orais, foi um êxito da pesquisa.

Similarmente, outro desafio metodológico foi a utilização da História Oral, que embora possibilite o pesquisador produzir suas próprias fontes de análise, propõe novas inquietações. Dentre as dificuldades, sobressaltou-se o fato do entrevistado em alguns casos não desenvolver seu discurso, ou ficar limitado pela dificuldade de se comunicar em português, comprometendo assim o conteúdo do relato. Obviamente, esse obstáculo pode ser resultado da falha em deixar claro o porquê da entrevista e a sua importância para o pesquisador. Observou-se também, que como constata a literatura, pode haver uma tensão entre o entrevistado e o entrevistador, seja ela pelo tema abordado, pelo local de realização ou qualquer outro motivo, que interrompe a fruição da conversa. Em alguns casos o entrevistado não percebe o valor da sua opinião e da sua percepção sobre alguns assuntos que podem ser tratados de forma oficial, como é o caso do processo imigratório da Coreia para o Brasil.

Em contrapartida, muitos foram os benefícios obtidos pelo uso da História Oral nesta pesquisa. Pôde-se utilizar trechos das entrevistas com o intuito de ilustrar e facilitar a apreensão do leitor no que se refere à dimensão dos fatos, além de situar as poucas biografias

em um contexto histórico-social mais amplo. Isso significa mostrar a partir das trajetórias individuais como as repetições e contradições nos relatos permitem uma melhor investigação de circunstâncias tão complexas como os processos migratórios, que envolvem toda uma sociedade.

De forma mais subjetiva, como característica da pesquisa qualitativa, porém, não menos relevante, percebeu-se que no campo da hospitalidade a imigração coreana rendeu análises bastante significativas. Evidenciou-se a reconfirmação de hipóteses sobre a importância do papel da igreja na socialização dos coreanos e na sua introdução à nova sociedade, por meio de uma adaptação menos sofrida. O acolhimento oferecido pela igreja (entendida como grupo, pensando também nos seus frequentadores, e não apenas na instituição) foi destacado, entretanto, como ambíguo, uma vez que ao oferecer a acolhida àquele indivíduo que mais necessita, em troca é exigido do imigrante a aceitação das condições de sociabilidade impostas pelo grupo. Isso é dito, porque principalmente no início do estabelecimento dos coreanos em São Paulo, mesmo que o indivíduo não fosse forçado a participar das atividades da igreja, ele acabava socialmente excluído da vida social da comunidade caso não participasse. Ali é que se formaram os vínculos sociais.

Evidenciou-se também o papel exercido pelas mulheres, que nos momentos de privação na chegada ao Brasil, com ou sem experiência de trabalho anterior, incorporaram a função de sair às ruas comercializando até mesmo produtos pessoais de porta em porta para sustentar a família.

Alguns dos conflitos familiares com a geração que nasceu na Coreia, mas que foi criada no Brasil, chamada geração 1.5, eram motivados justamente pela frequência a igreja. À medida que foram crescendo, esses jovens coreanos vivenciaram o esforço e as privações iniciais da família no início da imigração e começaram a ter contato mais intenso fora da comunidade por ingressarem nas escolas. Talvez também pela impossibilidade dos pais, que trabalhavam longas jornadas, de acompanhar o crescimento dos filhos, alguns formavam vínculos sociais com brasileiros e passavam a questionar a relevância de “mostrarem-se” coreanos para uma sociedade que mesmo não demonstrando tanto preconceito, poderia vê-los de forma que não queriam ser vistos – vulneráveis como qualquer imigrante. A preocupação dos pais era (e ainda é para alguns) o quanto seus filhos se assimilariam e se deixariam de reconhecerem-se como coreanos.

Partindo da prerrogativa de que um estrangeiro deixa de sentir a necessidade de formar e participar de redes de sociabilidade e solidariedade uma vez que já está (mais bem) adaptado, com o passar dos anos, os coreanos já estabelecidos e economicamente estáveis

passaram a notar a desvantagem de estar compartilhando um ambiente que não frequentariam se não fosse por conveniência. Nesse contexto, o número de igrejas começou a crescer em função da concentração de pessoas por afinidade, mesmo supondo que comparativamente o número de fiéis não crescia. Os fiéis ou somente frequentadores das igrejas passaram por um processo mais seletivo de ponderar onde e com quem gostariam de estar, e muitos simplesmente deixaram de participar das igrejas. Curiosamente, há o relato de uma entrevistada que continua a frequentar a igreja, mas agora simplesmente em busca de espiritualidade, tanto que diz não conhecer e ser conhecida por ninguém lá.

Hoje, mais familiarizada e confortável com sua situação no Brasil, a comunidade coreana encontrou novas formas de manter o convívio com o grupo fora da igreja, buscando até mesmo o encontro em locais ditos “não coreanos”. Vale reforçar, que de qualquer maneira, grande parte de tudo que os coreanos conseguiram construir deriva dos benefícios advindos do convívio nas igrejas.

As associações coreanas representam uma forma interessante de manutenção do convívio selecionado por afinidades, assim como a prática do golfe. Além da afinidade, essas outras formas mais organizadas de sociabilidade são naturalmente seletivas por critérios de renda, habilidade, faixa etária, entre outros. A prática do golfe, por exemplo, representa também o sucesso econômico do praticante perante a comunidade.

Alternativamente, o encontro informal no comércio coreano, tratado também ao longo do trabalho como comércio étnico é uma forma crucial de manutenção das práticas culturais e contato com membros da comunidade. No caso de *Belleville* estudado por Gomes (2002) e abordado no capítulo 1, o comércio funcionava também como ferramenta de introdução do imigrante à nova sociedade.

Diferentemente, o comércio étnico (os restaurantes, mercearias, padarias, açougues, cafés e outros estabelecimentos coreanos) atualmente representa a força e a organização da comunidade e sua complexidade na formação das identidades do coreano brasileiro. Esses lugares são bons exemplos do repertório cultural trazido com os imigrantes da Coreia quando da sua saída do país natal, e reformulados em São Paulo. Entre os agentes dessa reformulação estão as novas tendências culturais na Coreia dos dias atuais introduzidas pelos coreanos jovens da segunda geração em diante, que munidos de recursos como a internet e a televisão a cabo, tem comunicação fácil com um país onde não nasceram, mas que lhes confere identidade étnica.

É nesses lugares, dos quais fazem parte também as igrejas, as escolas, as associações etc., que estão “impressas” as memórias e a história dos coreanos em São Paulo. Ali os

membros da comunidade reconhecem características em comum que lhes confere uma sensação de pertencimento. Por essa ótica, é que se analisou o patrimônio imaterial coreano no Bom Retiro, e destacaram-se os lugares de hospitalidade e lugares de memória.

Para tanto, destaca-se a escolha do bairro do Bom Retiro na cidade de São Paulo para estudar todos esses temas principais relacionados à imigração coreana, como palco das expressões culturais mais evidentes da comunidade coreana no Brasil. O bairro, conhecido por seu histórico operário e imigrante, é onde a comunidade tem sua presença de forma mais marcada, não tanto na paisagem, mas principalmente na sua vitalidade. O Bom Retiro, além de cenário de relações interétnicas pacíficas ou conturbadas, é a representação da força e do sucesso dos coreanos.

Contudo, não se pretendeu sintetizar o conceito de hospitalidade a lugares. Concordar-se com Bastos, Salles e Bueno (2010a, p.14) quando afirmam que hospitalidade vai além da delimitação de espaços que contribuem para a instauração de bons relacionamentos humanos, já que simples gestos de solidariedade e acolhimento também podem “[romper] as barreiras do preconceito, da exploração e da discriminação e [construir] pontes de aproximação, de ajuda, de trocas, e de convivência”.

Para finalizar, vale lembrar o grande potencial de pesquisa que é o tema da imigração coreana no Brasil de forma mais generalizada. Muitas outras possibilidades de novas abordagens e novos olhares sobre esse tema mais amplo são vislumbradas. Possibilidades de estudo que representam grande potencial, mas que não foram objetivo dessa dissertação, ou que não puderam ser realizadas. Propõe-se a realização de estudos comparativos entre as diferentes comunidades coreanas, a investigação de outras formas de acolhimento oferecidas por outras instituições, como a Pastoral do Imigrante, e por fim, uma pesquisa novamente no âmbito da hospitalidade que busca a escolha de cenas hospitaleiras para identificar quem são os atores da cena e como se desenvolvem as relações dos envolvidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALBERTI, Verena. **O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003. 4 [f]
- ANTHIAS, Floya. Evaluating ‘diaspora’: beyond ethnicity? **Sociology**. Londres, vol. 32 n.3, agosto 1998, p. 557-580.
- ARAÚJO, Edson Isaac Santos. **Os missionários protestantes coreanos na periferia da Grande São Paulo (Cumbica): Um estudo de caso**. 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Das Religiões, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS COREANOS. 50 anos de relações diplomáticas Brasil e Coreia. 2009.
- BAPTISTA, Isabel. Hospitalidade e eleição intersubjetiva: sobre o espírito que guarda os lugares. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, ano V, n.2, dez. 2008.
- BAPTISTA, Isabel. Lugares de hospitalidade. IN: DIAS, Celia (org.). **Hospitalidade: reflexões e perspectivas**. São Paulo: Manole, 2002.
- BAPTISTA, Isabel. Para uma geografia de proximidade humana. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, ano II, n.2, 2005.
- BASSANEZI, M. Sílvia B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico”. In: PATARRA, Neide (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 2a. Ed., São Paulo, FNUAP, v. 1, 1995.
- BASTOS, Sênia. **Imigração qualificada no Pós Segunda Guerra Mundial: portugueses e italianos em São Paulo**. São Paulo, manuscrito, 2010.
- BASTOS, Sênia; BUENO, Marielys Siqueira; SALLES, Maria Do Rosário Rolfsen. Espaço, universo de relações e a questão da alteridade: uma reflexão sobre a cidade de São Paulo. **Cadernos de Pedagogia Social**, v. 2, p. 172-186, 2008.
- BASTOS, Sênia; SALLES, Maria do Rosário. **Imigração italiana para o Brasil no Pós Segunda Guerra mundial: perfil das entradas e trajetórias**. São Paulo, manuscrito, 2010.
- BASTOS, Sênia; BUENO, Marielys; SALLES, Maria do Rosário. Desafios da pesquisa em hospitalidade. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. VII, n. 1, p. 3-14, jan.- jun. 2010b.
- BASTOS, Sênia; BUENO, Marielys; SALLES, Maria do Rosário. **Receber, acolher: desafios da hospitalidade em São Paulo**. São Paulo, manuscrito, 2010a.
- BELLUZZO, Rosa; HECK, Marina. **Cozinha dos imigrantes: Memórias & receitas**. São Paulo: Dórea Books and Art - Db, 1999.



BIERNACKI; WALDORF. **Snowball sampling**. Problems and techniques of Chain Referral Sampling. *Sociological Methods and Research*. Vol. 10, n. 2, p. 141-163, November 1981.

BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. IN: BOSI, Alfredo (Org.). **Cultura Brasileira**. Temas e situações. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

BRUBAKER, Rogers. The 'diaspora' diaspora. **Ethnic and Racial Studies**. Vol. 28, n. 1, janeiro 2005, pp. 1-19.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. A pesquisa em hospitalidade. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, ano V, n.2, p.23-56, dez.2008.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Hospitalidade**. São Paulo: Aleph, 2004.

CANCLINI, Nestor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n. 23, 1994.

CHANG, Chul Tim. **Korean ethnic church growth phenomenon in the United States**. Paper presented at the American Academy of Religion. Claremont, CA: 2006. Disponível em: <<http://www.duke.edu/~myhan/kaf0603.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2010, 21:04:49.

CHOI, Inbom. **Korean diaspora in the making: its current status and impact on the Korean economy**. IN: BERGSTEN, C. Fred; CHOI, Inbom. Korean diaspora in the world economy. Institute for international economics. Special report 15. Washington, DC, January 2003.

CHOI, Keum Joa. **Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil**. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 1991.

CHOI, Keum Joa. Imigração coreana na cidade de São Paulo. **Rev. Inst. Est. Bras.** São Paulo, 40, p. 233-238, 1996.

CYMBALSITA, Renato; XAVIER, Iara. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. **Cadernos Metr pole** 17, 1º sem. 2007, pp. 119-133.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. **Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação brasileira**. *Educ. Soc.* [online]. 2000, vol.21, n.72, pp. 43-72.

DERTÔNIO, Hilário. **O bairro do Bom Retiro**. História dos bairros de São Paulo. São Paulo: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, 1971.

ELHAJJI, Mohammed. Memória coletiva e espacialidade étnica. **Galáxia**. São Paulo, n. 4, 2002.

FELDMAN, Sarah. As múltiplas faces do Bom Retiro. **Boletim Informativo Arquivo Histórico Judaico Brasileiro**. São Paulo, ano VII, n. 32, setembro/dezembro 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Fontes históricas para o estudo da imigração**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FONSECA, Maria Cecília. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. IN: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FREITAS, Clayton. Blitz de órgãos da prefeitura e do governo do Estado interdita shopping no centro de SP. **Folha.com**, São Paulo, 10 fev. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u501664.shtml>>. Acesso em: 03 nov. 2010.

FREITAS, Sônia Maria. **Contribuição dos imigrantes coreanos no Brasil**. Workshop Contribuição de povos de origem asiática na América Latina e Caribe. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Washington, DC, 2003.

GODBOUT, Jacques T. **Receber é dar**. S.I. 2003.

GOMES, Laura Graziela. “Comércio étnico” em Belleville: memória, hospitalidade e convivência. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 29, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo. **A retórica da perda**. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio com categoria de pensamento. IN: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GRASSI, Marie-Claire. Hospitalité. Passer lê seuil. MONTADON, Alain (dir). **Le livre de l'hospitalité**. Accueil de l'étranger dans l'histoire et les cultures. Bayard: Paris, 2004.

GRINOVER, Lúcio. A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade. *Revista Hospitalidade*. Ano III, n. 2, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

HALL, Stuart. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n. 24, 1996.

IM, Yun Jung (*et al.*). **The second generation of Koreans in Brazil**: a portrait. Korean Studies Group - University of São Paulo. UCLA Center for Korean Studies, 2009. Disponível em: <[http://www.international.ucla.edu/korea/latin/article.asp?parentid=112\\_638](http://www.international.ucla.edu/korea/latin/article.asp?parentid=112_638)>. Acesso em: 06 jun. 2010, 22:33:46

IM, Yun Jung. **Exploring the roots of cultural shock of Koreans in Brazil**. UCLA Center for Korean Studies – Small Research Grants Program, 2010. Disponível em: <<http://www.international.ucla.edu/article.asp?parentid=117314>>. Acesso em: 01 dez. 2010.20:32.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário de referências culturais do Bom Retiro**. Multiculturalismo em situação urbana. São Paulo: 2010. CD-ROM.

JOO, Jong-Taick. Korean return migrants from Brazil: ethnic and economic aspects. **Korea Journal**. Summer, 2007.

KANG, Sam. **Socialização de jovens imigrantes coreanos**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia-USP. São Paulo, 1993.

KIM, Yoo Na. **50 anos de relações diplomáticas Brasil-Coreia**. São Paulo: SSUA Editora, 2009.

KIM, Yoo Na. **A jovem Coréia**. Um almanaque sobre uma das imigrações mais recentes do Brasil. São Paulo: SSUA Editora, 2008.

KOWARICK, Lúcio. Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas. **Lua Nova**. São Paulo, n. 70, p.171-211, 2007.

KWON, Tai-Hwan. International migration of Koreans and the Korean community in China. **Korea Journal of Population and Development**. Seoul, vol. 26, n. 1, 1997.

LEMOES, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. 5ª ed. Brasiliense: São Paulo, 2009.

LEVITT, Peggy; DEWIND, Josh; VERTOVEC, Steven. International Perspectives on Transnational Migration: An introduction. **International Migration Review**, New York, v. 37, n. 3, p.565-575, Fall 2003.

MARTINE, Georges. A evolução espacial da população brasileira. IN: AFFONSO, Rui; SILVA, Pedro. **Federalismo no Brasil**. Desigualdades regionais e desenvolvimento em São Paulo: Fundap e Editora da UNESP, 1995.

MARTINE, Georges. Estado, economia e mobilidade geográfica no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 11, n. 1, Janeiro/Junho, 1994.

MERA, Carolina. **Diáspora coreana em América Latina**. Publicación del II Encuentro Latinoamericano de Estudios Coreanos, 2005. Disponível em: <<http://ceaa.colmex.mx/estudioscoreanos/images/mera.pdf>>. Acesso em: 19 Jun. 2010, 13:32:53.

MILESI, Rosita. **Regularização de Imigrantes no Brasil, pelo sistema do Registro Provisório**. Anistias de 1981, 1988 e 1998. 2009. Disponível em: <[http://www.migrante.org.br/anistias\\_no\\_brasil\\_artigo\\_rosita\\_05jun09.doc](http://www.migrante.org.br/anistias_no_brasil_artigo_rosita_05jun09.doc)>. Acesso em: 01 Dez. 2010, 17:21.

MILESI, Rosita; ANDRADE, William. **Migrações internacionais no Brasil**. Realidade e desafios contemporâneos. 2009. Disponível em: <<http://inscal.blogspot.com/2010/06/migracoes-internacionais-no-brasil.html>>. Acesso em: 01 Dez. 2010, 17:20.

MONASTIRSKI, Leonel Brizola. Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural. **Terr@plural**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p.323-334, jul-dez 2004.

MONTANDON, Alain. **Hospitalidade ontem e hoje**. In: DENCKER; BUENO. Hospitalidade: cenários e oportunidades. São Paulo: Pioneira-Thompson, 2003.

NASCIMENTO, Flávia. Edificações como documento: o patrimônio construído na região da Luz e Bom Retiro. IN: SCIFONI, Simone (org.). **Bom Retiro**: memória urbana e patrimônio cultural. Coletânea de textos para educação patrimonial. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes**. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2006.

OLIVEN, Ruben. Patrimônio intangível: considerações iniciais. IN: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

OUM, Young Rae. Authenticity and representation: cuisines and identities in Korean-American diaspora. **Postcolonial Studies**, v. 8, n. 1, p.109-125, 2005.

PARK, Kyeyoung. "I am floating in the air": creating of a transnational space among Korean-latin American remigrants. **Positions**. Duke University Press, vol. 7, n. 3, winter 1999.

PARK, Kyeyoung. **A rhizomatic diaspora**. Transnational passage and the sense of place among Koreans in Latin America. 2009. Disponível em: <<http://web.international.ucla.edu/article.asp?parentid=112643>>. Acesso em 28 Jul 2010.

PARK, Kyeyoung. **The Korean American dream**. Immigrants and small business in New York City. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, p.11-23, jun. 2007b.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos: Debates**, n. , p.01-10, 05 jan. 2007a.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PÓVOA, Carlos Alberto. **A territorialização dos judeus na cidade de São Paulo-SP: a migração do Bom Retiro ao Morumbi**. Tese (Doutorado). FFLCH-DG. São Paulo, 2007.

RAFFESTIN, Claude. Réinventer l'hospitalité. **Communications**, Paris: Editions du Seuil, n. 65, p.165-174, 1997.

RAMOS, Claudinéli; BLASSIOLI, Maria; ROLIM, Mariana. Desencontros e reencontros: a relação entre os bairros de Campos Elíseos e o Bom Retiro. In: SCIFONI, Simone (org.). **Bom Retiro: memória urbana e patrimônio cultural**. Coletânea de textos para educação patrimonial. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2007.

ROUCHOU, Joelle. **Noites de verão com cheiro de jasmim**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil no passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n.28, 1999.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. IN: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. IN: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SANTOS, Marcio Pereira. **O Bom Retiro**: uma paisagem paulistana. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FFLCH-USP, São Paulo, 2000.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno. Elemento constitutivo da condição do imigrante. **Revista Travessia**. São Paulo, ano XIII, número especial, janeiro/2000.

SCIFONI, Simone (org.). **Bom Retiro**: memória urbana e patrimônio cultural. Coletânea de textos para educação patrimonial. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2007.

SHEFFER, Gabriel. **A new field of study: modern diasporas in international politics**. IN: SHEFFER, G. *Modern diasporas in international politics*. Beckenham, Kent: Croom Helm, 1986. (google books)

SILVA, Sidney Antonio. **Costurando sonhos**. Etnografia de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalha no ramo da costura em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – FFLCH-USP, São Paulo, 1995.

SORJ, Bernardo. Diáspora, judaísmo y teoria social. **Revista Cultura y Religión**. Chile, Marzo, 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOJI, Simone. Bom Retiro: o multiculturalismo dentro e fora da sala de aula. In: SCIFONI, Simone (org.). **Bom Retiro**: memória urbana e patrimônio cultural. Coletânea de textos para educação patrimonial. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2007.

TRUZZI, Oswaldo M. S. Redes em processos migratórios. **Tempo Social** (USP. Impresso), v. 20, p. 199-218, 2008.

TRUZZI, Oswaldo. Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 27, 2001, p.143-166.

WON, Sung Sun. **As mulheres coreanas na Coreia e no Brasil**. As mudanças de seu papel com a imigração para o Brasil e suas implicações para o aconselhamento. Dissertação (Mestrado em Teologia), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2005.

## APÊNDICE

Instrumento de pesquisa utilizado para realização das entrevistas. O roteiro abaixo foi elaborado baseado no roteiro cedido pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sênia Bastos na disciplina de Hospitalidade e História para a realização do trabalho final da disciplina.

1. Identificação do entrevistado:

- a) Naturalidade
- b) Nascimento
- c) Chegada

2. Trajetória anterior da família

- d) Condições sociais e culturais na comunidade de origem.

3. Motivo da escolha do Brasil

- e) Instituições internacionais de ajuda: ( ) não ( ) sim. Identifique-as:

4. Trajetória da família no Brasil:

- f) Vínculo com o Bom Retiro. Motivo da escolha do bairro.
- g) Vínculos com a comunidade.
- h) Instituições que facilitaram o estabelecimento na cidade.

5. Como foi acolhido/recebido na cidade:

- i) Conhecidos no Brasil. Instituições de apoio.
- j) Expectativas antes de chegar ao Brasil.
- k) Relacionamento com população local e com outros grupos de imigrantes.
- l) Existência de discriminação da parte de outros grupos.

6. Ser imigrante

- m) Sente-se como imigrante.

7. Lugares da cidade que associa com o local de origem (convivência, odores, lembranças)

- n) Lugares de convivência de imigrantes da mesma origem.

8. Patrimônio cultural relativo ao grupo no Brasil (identidade étnica, idioma, religiosidade, gastronomia, música, festas, monumentos, edificações etc.)

- o) Onde e como atualiza práticas.